

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL METALÚRGICA DE VOLTA REDONDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA AMBIENTAL

DÉBORA REGINA CAMPOS CANDIDO

**A CONCEPÇÃO DE NATUREZA EM UMA COMUNIDADE CAIÇARA:
O CASO DE TARITUBA**

Volta Redonda, RJ
2015

DÉBORA REGINA CAMPOS CANDIDO

**A CONCEPÇÃO DE NATUREZA EM UMA COMUNIDADE CAIÇARA:
O CASO DE TARITUBA**

Dissertação apresentada ao Programa de
“Pós Graduação” em Tecnologia
Ambiental da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Tecnologia Ambiental.

ORIENTADOR: Prof. D.Sc. Ozanan Vicente Carrara
COORIENTADOR Prof. D.Sc. Gustavo Antônio das Neves Bezerra

Volta Redonda, RJ
2015

C217 Candido, Débora Regina Campos.

A concepção de natureza em uma comunidade caiçara: o caso de Tarituba. / Débora Regina Campos Candido. – Volta Redonda, 2015.

113 f.

Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) –
Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Ozanan Vicente Carrara.

Coorientador: Gustavo Antônio das Neves Bezerra

1. Filosofia ambiental. 2. Natureza. 3. Conservação.
4. Comunidades tradicionais I. Carrara, Ozanan Vicente. II. Bezerra,
Gustavo Antônio das Neves. III. Título.

CDD 304.2

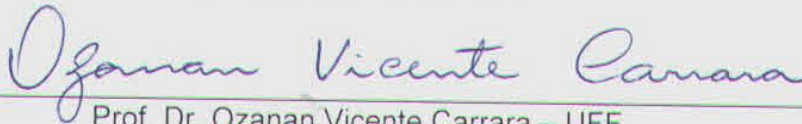
DÉBORA REGINA CAMPOS CANDIDO

**A CONCEPÇÃO DE NATUREZA EM UMA COMUNIDADE CAIÇARA:
O CASO DE TARITUBA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Tecnologia Ambiental

Aprovada em 30 de abril de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ozanan Vicente Carrara – UFF
Orientador



Prof. Dr. Gustavo Antônio das Neves Bezerra - UFF
Coorientador



Prof^a. Dr^a. Ana Paula Poll – UFF



Prof. Dr. Antônio Sidekum – UNISINOS

Volta Redonda
2015

Dedico este trabalho a Pedro e Vicente.
Também a Pedro Arthur, minha melhor
companhia no trabalho de campo e na
vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Mestrado em Tecnologia Ambiental, sua coordenação de curso e corpo docente pelo aporte de conhecimento proporcionado, essencial à realização deste trabalho.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos que permitiu que pudesse me dedicar ao programa e realizar os estudos de campo.

Aos professores Ozanan Vicente Carrara e Gustavo Bezerra por confiarem em minha proposta de trabalho e por acolherem-me entre seus orientandos. Suas valiosas aulas serviram-me de referências que vão além da produção deste trabalho, pois me servem para a vida e tornaram-se parte de quem sou.

Às amigas Irinéa Brígida, Daniele Barbosa e Carolina Dutra pelo companheirismo, solidariedade e sincero desejo de sucesso. Vocês tornaram o caminho mais leve.

Luís Paulo Silva, João Victal e tantas outras amizades que surgiram em Tarituba. Espero que meu maior agradecimento possa vir na forma de prestigiar a comunidade, buscando dar uma contribuição para que as pessoas que vivem lá possam se ver e se rever e assim, encontrar os melhores caminhos para seu desenvolvimento – no sentido mais amplo da palavra. E quem sabe, ao olhar de fora, outros possam se servir dessa contribuição para também pensar os caminhos que irão traçar para mantê-la sempre viva.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, fonte indispensável de força e de meus valores. Pai, mãe, sobrinha, irmã, marido, filho e os bons amigos que me fazem ir em frente sempre questionando sobre qual a melhor forma de ser quem sou.

Vicente, realmente sem você não estaria aqui.

Pedro Arthur, por você é que vale a pena acordar e dormir todos os dias tendo em meio a isso a luta para encontrar um bom lugar no mundo.

“o mundo está bem melhor
do que há cem anos atrás, dizem
morre muito menos gente
as pessoas vivem mais

ainda temos muita guerra
mas todo mundo quer paz, dizem
tantos passos adiante
e apenas alguns atrás

já chegamos muito longe
mas podemos muito mais, dizem
encontrar novos planetas
pra fazermos filiais

quem me dera
não sentir mais medo
quem me dera
não me preocupar

temos inteligência
pra acabar com a violência, dizem
cultivamos a beleza,
arte e filosofia

A modernidade agora
vai durar pra sempre, dizem
toda a tecnologia
só pra criar fantasia

deuses e ciência
vão se unir na consciência, dizem
vivermos em harmonia
não será só utopia

quem me dera
não sentir mais medo
quem me dera
não me preocupar
quem me dera
não sentir mais medo algum.”

Dizem – Arnaldo Antunes

RESUMO

Esta dissertação consiste em caracterizar a ideia de natureza em Tarituba, distrito de Paraty, RJ, comunidade caiçara situada no litoral sul que abriga uma unidade de conservação marinha. A análise leva em conta a influência do modelo de vida moderno na geração de conflitos ideológicos que se contrapõem às questões identitárias e de subsistência. Partiu-se do princípio de que o processo de modernização vem afetando significativamente as comunidades costeiras e com isso trazendo mudanças à forma como se relacionam com a natureza. Para conduzir o estudo, realizou-se uma síntese do tema natureza com teóricos de Filosofia e sobre os temas natureza, modernidade, comunidades tradicionais e unidades de conservação usaram-se teóricos das Ciências Sociais. A pesquisa de campo, de viés antropológico, foi realizada com base na observação participante. Serviu-se também da Análise do Discurso como suporte para as entrevistas de campo por conta de seu potencial para analisar as construções simbólicas na fala dos sujeitos da pesquisa. Os resultados alcançados apontam para elementos que permitiram agrupar visões de natureza em dois grupos segundo faixas etárias inferiores e superiores aos sessenta anos. Em síntese, no primeiro grupo predominaram representações conectando o tema natureza aos temas trabalho e economia, enquanto no segundo prevaleceram as associações com tradições e espiritualidade.

Palavras-chave: Filosofia ambiental, natureza, conservação, comunidades tradicionais.

ABSTRACT

This dissertation is to characterize the idea of nature in Tarituba, Paraty district, RJ, caiçara community located on the southern coast that houses a marine protected area. The analysis takes into account the influence of modern life model to generate ideological conflicts that oppose the identity and livelihood issues. It started from the principle that the modernization process has significantly affecting coastal communities and thereby bringing changes to the way they interact with nature. To conduct the study, there was a synthesis of nature theme with Philosophy of theoretical and on the subjects nature, modernity, traditional communities and protected areas have used up theoreticians of Social Sciences. The field research, anthropological bias was based on participant observation. It is also served Speech to support analysis for field interviews because of their potential to analyze the symbolic constructions in the speech of the research subjects. The results achieved point to elements that allowed group nature of visions into two groups according younger age groups and higher than sixty years. In summary, in the first group predominated representations connecting the subject nature to labor issues and the economy, while in the latter prevailed associations with traditions and spirituality.

key words: environmental philosophy, nature, conservation, traditional communities

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:	12
1 O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DA FILOSOFIA: UMA BREVE REVISÃO:	15
1.1 O PENSAMENTO FILOSÓFICO NO PERÍODO PRÉ-SOCRÁTICO E A IDEIA DE NATUREZA:	16
1.2 A CENTRALIDADE DO HOMEM NO DISCURSO DA ÉTICA: SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES:	19
1.3 A IDADE MÉDIA E TEOCENTRISMO:	25
1.4 O PREDOMÍNIO DA TÉCNICA COM BACON E DESCARTES:	27
1.5 OUTRAS PROPOSTAS PARA SE PENSAR ÉTICA E NATUREZA:	30
2. A NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS:	47
2.1 NATUREZA E MODERNIDADE:	49
2.2 PODER, CONFLITO E CULTURA:	52
2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:	56
2.4 CONTEXTUALIZANDO O TEMA COMUNIDADES TRADICIONAIS:	60
3 ESTUDO DE CASO:	63
3.1 A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO CAMPO:	64
3.2 CARACTERIZAÇÃO: A COMUNIDADE E O ESPAÇO DE TARITUBA:	66
3.3 SOBRE O RELATO DE CAMPO:	70
3.3.1 TRABALHO E SUBSISTÊNCIA:	74
3.3.2 A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS:	80
3.3.4 NATUREZA:	82
3.3.5 RELIGIOSIDADE, ESPIRITUALIDADE E O SOBRENATURAL:	84
3.3.6 TERRITÓRIO E USO DO ESPAÇO: TERRA E MAR:	87
3.6.7 ORGANIZAÇÃO SOCIAL:	89
3.6.8 SOCIABILIDADE, COMUNIDADE E VALORES:	90
3.6.9 CIRANDA:	92
3.4 IMAGENS QUE SE REPETEM – OLHAR CAIÇARA:	93
4 CONCLUSÃO:	98
5 OBRAS CITADAS:	102
6 OBRAS CONSULTADAS:	107
7 ANEXO:	108
7.1 LETRAS DE CIRANDA:	108

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- A vila de Tarituba: 67

Figura 2 - Mapa da ESEC Tamoios: 69

Figura 3 - Armadilha de pesca – covo: 75

Figura 4 - Peixaria em Tarituba: 77

Figura 5 - Procissão de Santo Antônio: 85

Figura 6 - Orla antes da especulação imobiliária: 87

Figura 7 - A orla de Tarituba hoje: 87

Figura 8 - Apresentação de Ciranda CIEP 495 Guignard, Perequê - Angra dos Reis / RJ: 93

Figura 9 - Abertura da exposição "Olhares do Fluminense": 95

Figura 10 - Representações recorrentes: 96

APRESENTAÇÃO

Este trabalho propõe a apresentação de uma análise da ideia de natureza em uma comunidade caiçara tendo como principal objetivo discutir em três capítulos a forma como essa ideia é percebida pelo grupo.

Para alcançar esse objetivo, dentre outras ações, foi proposta na primeira parte do trabalho a realização de uma síntese histórico-filosófica do pensamento ambiental. O ponto de início se dá na construção da ideia de natureza a partir dos principais marcos da filosofia. A revisão parte de uma filosofia centrada na ideia de *physis* como sistema mundo – com os pré-socráticos, fazendo uma transição pela filosofia que passa a dirigir suas questões à *polis* grega e como isso passa a se centrar no homem com Sócrates, Platão e Aristóteles. Esse ideal tem sua continuidade na Idade Média com o pensamento cristão, na perspectiva criacionista, que mantém o homem no centro das relações que ocorrem com a natureza. Em seguida é apresentada uma passagem em Bacon e Descartes propondo uma reflexão sobre a construção do pensamento científico e a perspectiva de dominação da natureza. Larrère e Larrère dão suporte a esse conteúdo e a revisão se conclui com Heidegger e Jonas trazendo contribuições a partir da ética do cuidado.

A segunda parte aborda alguns fenômenos da modernidade a partir das Ciências Sociais visando favorecer a análise da pesquisa de campo apresentada posteriormente. Esse tópico discute aspectos do processo de modernização e a forma significativa como vem afetando as comunidades costeiras, trazendo assim, mudanças na forma como os grupos se relacionam com a natureza. Para isso, são apresentados conceitos como o de violência simbólica de Bourdieu, aspectos do processo de modernização verificados em conceitos como o de desencaixe em Giddens ou ainda na velada resignação aos sistemas peritos. Aborda características das comunidades tradicionais costeiras apresentados por Diegues além de Harvey, que ao discutir a noção de modernidade, dialoga estes temas.

A opção pela perspectiva das Ciências Sociais neste projeto justifica-se na medida em que essa reclama uma abordagem mais criativa por parte de seus pesquisadores, conforme aponta Minayo (2012, p. 15). A antropóloga, ao discutir o conceito de metodologia e pesquisa social, atenta para riqueza de significados da vida coletiva e a conseqüente importância de impor novos desafios à prática de campo evitando a reprodução de resultados estereotipados. Chama ainda atenção

para o fato de outros autores como Feyerabend e Thomas Kuhn reconhecerem diferentes momentos históricos em que o progresso da ciência ocorre muitas vezes por conta de uma postura desafiadora das regras (MINAYO, 2012, p. 15; MOTTA-ROTH, 2003, p. 166). Busca-se ainda um aporte que permita observar o contexto da pesquisa minimizando a interferência por idiosincrasias em busca de um olhar “de dentro”, ou seja, mais próximo da perspectiva do sujeito.

Na terceira parte, são apresentados os resultados decorrentes do trabalho de campo com a proposta de contrapor as ideias dos sujeitos com o pensamento ambiental vigente. Para essa tarefa, propõe-se identificar e caracterizar as ideias de natureza dos sujeitos da pesquisa, realizando uma abordagem qualitativa com entrevistas de campo organizadas a partir da perspectiva das Ciências Sociais. A análise posterior às entrevistas é apresentada com base na Análise do Discurso, tendo em conta que é um método que favorece uma análise qualitativa que busca identificar aspectos subjetivos do discurso. As entrevistas, realizadas entre novembro de 2013 e novembro de 2014, ocorreram em uma comunidade caiçara chamada Tarituba – distrito de Paraty, localizada no litoral sul do Rio de Janeiro. Inicialmente os sujeitos da pesquisa foram os pescadores em atividade que fossem remanescentes do período anterior à instauração de uma unidade de conservação denominada Estação Ecológica de Tamoios. Não se descartou, no entanto, no decorrer do processo, ouvir outros atores que tivessem suas histórias de vida ligadas indiretamente à atividade da pesca, embora não tenha sido esse o foco inicial de levantamento de dados da pesquisa.

Ao identificar como se constitui o ideário do grupo, se deseja reforçar bases para rever as práticas tidas atualmente como mais harmoniosas ou ideais nas relações entre homem e natureza. Acredita-se, que ao discutir as práticas em relação à natureza, trabalhos como este estejam encorpando a discussão sobre as causas ao invés dos efeitos.

A pesquisa de campo foi estabelecida a partir de uma abordagem qualitativa com a realização de entrevistas de campo baseadas na observação participante, a qual pressupõe a interação entre pesquisador e pesquisado. Serviu-se também da Análise do Discurso como suporte para as entrevistas de campo por conta de seu potencial para analisar as construções simbólicas na fala dos sujeitos

O ponto de partida para se propor todas as análises se deu a partir do contato com possíveis conflitos ideológicos que contrapõem questões identitárias às de

subsistência. Em contato com a comunidade foi possível observar a dificuldade em conciliar seu modo de vida com o modelo de conservação ambiental. Por isso, entende-se de grande importância reforçar as análises acerca da influência do modelo antropocêntrico na forma como o homem se percebe na natureza e as particularidades do processo de modernização nessa percepção.

1 O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DA FILOSOFIA: UMA BREVE REVISÃO

Discutir ou buscar compreender a concepção de natureza em um determinado grupo requer uma análise do pensamento ambiental. Partindo da história recente do pensamento ambiental, o período a partir da década de 1960 caracterizou-se por incorporar veementemente uma crítica à forma como homens e natureza vinham se relacionando. Entende-se que para melhor compreender a forma como vem se dando esta relação seja importante uma avaliação da constituição do pensamento filosófico. Para isso, parte-se da Filosofia como ciência primeira que estuda os fenômenos.

No estudo da Filosofia, se compreende que refletir sobre o que já foi pensado, sobre o que já foi dito sobre determinado assunto é indispensável. Por isso, optou-se por deter o olhar sobre como se constituiu o pensamento, o olhar sobre a natureza no decorrer dos séculos consolidando-se na forma como hoje o homem se vê no mundo. A análise que se segue está dividida entre os pensadores gregos, medievais e modernos e pretende acompanhar o pensamento filosófico sobre a natureza em busca de apresentar o caminho percorrido até a visível consolidação do olhar antropocêntrico que predomina a partir da modernidade e configura um risco à sobrevivência das espécies.

Essa reflexão percorre um caminho pelo qual é possível identificar as características da produção do conhecimento científico da atualidade, as quais incidem nas formas de se lidar com a natureza. As reflexões aqui apresentadas foram apropriadas por filósofos e cientistas no decorrer dos tempos, sobretudo na forma de validar a importância da exatidão e precisão, assumindo contornos que incidiram na relação de controle com a natureza.

Não se acredita, no entanto, ao apontar este caminho, que tenha havido uma condução proposital, mas sim se busca com este trabalho evidenciar os principais pontos que favoreceram uma ruptura na ligação entre homem e natureza. A intenção é muito mais no sentido de ajudar a pensar “recomeços” possíveis do que apontar ou responsabilizar.

1.1 O PENSAMENTO FILOSÓFICO NO PERÍODO PRÉ-SOCRÁTICO E A IDEIA DE NATUREZA

Para fundamentar toda a contextualização histórico-filosófica que segue, optou-se por dar início à abordagem do pensamento grego a partir dos pré-socráticos, uma vez que estes tradicionalmente estão caracterizados como “filósofos da natureza”. De acordo com Japiassú e Marcondes (2006, p. 155), o termo pré-socráticos “designa, na história da filosofia, os primeiros filósofos gregos anteriores a Sócrates (sécs. VI -V a.C.), também denominados físicos por se ocuparem com o conhecimento do mundo natural (*physis*)”.

Legaram ao pensamento filosófico reflexões a cerca da natureza das coisas, sua origem, constituição e funcionamento. Preocupavam-se com a *arché* da *physis*, ou o princípio de tudo, a origem de todas as coisas. Daí vem à preocupação de alguns autores em desencorajar uma associação da produção desses filósofos estritamente à natureza como a vemos hoje. Spinelli (1998) ao apresentar a trajetória dos pré-socráticos, preocupou-se em chamar atenção para o fato de que todos buscaram compreender o *cosmos* e a natureza, mas nem todos o fizeram da mesma forma e nem obtiveram os mesmos resultados, distanciando-se por vezes do tema. Já Bornheim (1997, p. 09), ao analisar etimologicamente *physis* constata que há uma associação preferencialmente ao reino vegetal e ao ato de surgir – conceito que pode ser mais bem explorado na obra de Heidegger. Na ideia de *physis*, não é o homem quem faz com que a natureza se desenvolva. Para os gregos a explicação sobre o surgimento do mundo não parte da ideia da criação por um ser, pois o mundo surgiu por força de si mesmo em um “auto-emergir”. E assim também a natureza.

Sobre essa abordagem, Unger (2006, p. 28) chama atenção para a forma como se tende a um enquadramento desse período a partir de concepções atuais de natureza.

(...) entrar em contato com os pensadores pré-socráticos é fazer a experiência do fracasso de toda tentativa de enquadrá-los em nossos esquemas e classificações habituais; é ter de se dispor a pensá-los para além de qualquer utilidade, mesmo que esta utilidade seja a de um engajamento numa causa militante das mais nobres.

Neste período da filosofia situado entre os séculos VII e VI a.C., aproximadamente, surgiram os primeiros registros de indagações acerca da

natureza das coisas. Antes disso predominou o pensamento mítico, no qual os fenômenos estavam ligados invariavelmente à ação dos deuses. Esses primeiros filósofos dão início a uma busca por explicações racionais que possam ser encontradas fora dos mitos. Uma importante contribuição decorrente dessa mudança de pensamento está no fato de que, ao se recusar a explicação mítica, o homem está aberto para rever ou ampliar as explicações que encontra – o que não ocorria antes, uma vez que os deuses não podiam ser questionados.

As questões abordadas então diziam respeito à natureza, na medida em que se preocupavam em encontrar explicações para os fenômenos naturais, para compreender a constituição das coisas e seu funcionamento. Com isso, não se pode afirmar que o homem esteja excluído dessas reflexões, na medida em que é parte dessa natureza, mas as discussões sobre suas ações virão posteriormente com Sócrates, sob o aspecto moral.

Em busca de compreender um princípio único ou a *arché*, os pré-socráticos, por encontrarem diferentes explicações, deram origem a quatro diferentes escolas conhecidas como: milesiana, eleata, pitagórica e atomista. A escola milesiana ou jônica tem como principais representantes Tales de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaximandro de Mileto e Heráclito de Éfeso e sua preocupação fundamental era explicar do que se constituía a matéria. Na escola eleática: Xenófanes, Parmênides de Eléia, Zenão de Eléia e Melisso de Samos e tem como principal preocupação a comparação entre o conhecimento sensível e o racional. Para a chamada escola pitagórica, a constituição cósmica fundamental está nos padrões numéricos existentes em todas as coisas, criando uma harmonia matemática. Para a atomista representada principalmente por Demócrito e Leucipo o mundo seria constituído de partes indivisíveis, os átomos.

Existem ainda nesse período dois filósofos autônomos não associados a escolas específicas. Heráclito acreditava que nada é permanente, “tudo flui”, pois todas as coisas estão em constante movimento. A outro filósofo, Empédocles foi atribuído a primeira referência aos quatro elementos – água, ar, terra e fogo como constituintes básicos da matéria.

Para descrever uma visão de natureza desse grupo se pode voltar a Heráclito e às três palavras deixadas por ele em livro no tempo de Éfeso: “*physis kriptsthai phile*”, traduzidas posteriormente como “a natureza ama ocultar-se”. Adota (2006, p. 26) aponta menções recorrentes à natureza em trechos como “O vento ‘ama’ [tem o

costume de] soprar” e para aumentar a compreensão dessa e de outras expressões do pensamento desse período esclarece que a palavra “ama” (*philei*) deve ser associada não ao sentimento e sim a processo, continuidade, repetição. Por conseguinte se vê o aparecimento da ideia de ocultação associada à busca pela compreensão dessa “natureza”. A “natureza ama ocultar-se”, pois ao buscar compreender os mecanismos que permitem de várias formas o funcionamento da vida, uma complexa arquitetura esconde os reais caminhos a serem percorridos. Ou seja, a *Physis* como processo de formação não se dá ao entendimento tanto no sentido de seu surgimento quanto de seu desaparecimento.

A tradição caracteriza esse grupo como “filósofos da natureza”, uma associação fácil, já que todos os registros encontrados atribuídos a eles constituíam-se basicamente de indagações sobre a origem, constituição e funcionamento das coisas – a *arché* da *physis*. Ao pensar a origem de todas as coisas e buscar compreender a força que as regia, conectava-se com os elementos palpáveis da natureza – montanhas, rochas, água, vegetais, animais e outros seres vivos – e com o imaterial – os sentimentos, ou mesmo os deuses.

Neste período, a busca por compreender o aparecimento das coisas, o surgimento - a *physis* - está marcado na admiração por tudo o que dela faz parte.

Assim, na experiência grega, a tensão entre luz e mistério é um traço constitutivo da realidade. Neste sentido, o mistério não é aquilo que ainda não pode ser explicado. O mistério é aquilo que, mesmo sendo explicado, não pode ser esgotado, porque é a fonte de todo processo de realização, e por isso transcende a qualquer tentativa humana de controle, posse e decisão (UNGER, 2006, p. 27).

Há algo de sagrado na *physis* grega que concede a ela uma aura de veneração, enquanto a natureza como é vista contemporaneamente, constitui-se em um objeto a ser conquistado e dissecado. O objetivo de conhecer a natureza como vemos hoje, diz respeito a encontrar formas de manipulá-la em nosso favor – o que a posiciona distintamente da *physis* da qual o homem faz parte. O que há de importante para se considerar na conduta atual, não está no fato de que o homem é capaz de melhorar suas condições de vida no planeta, fazendo uso do conhecimento. O fato é que tais condutas não levaram em consideração encontrar as melhores dentre essas que contemplem a manutenção de todas as formas de vida e não exclusivamente a existência humana.

Recorrendo mais uma vez a Hadot (2006, p. 27), é possível acessar uma compreensão da visão de natureza desse período em que o autor expande seu significado ao descrever esta *physis* como algo que possui um sentido muito mais amplo, e que não se restringe a um conjunto de princípios ou fenômenos. O autor propõe que ela seja pensada como tudo o que acontece ou em seu funcionamento – como mencionado anteriormente.

Há um preconceito científico ante os pré-socráticos em função de recorrerem por vezes aos mitos e ao se servirem da linguagem poética. A ciência em sua concepção tende a rechaçar tal argumentação, concedendo-lhe a pecha de Otendenciosa. No entanto, o pensamento filosófico nesse período favorece um questionamento acerca das verdades científicas que foram sendo estabelecidas e que por sua vez permite aceitar novas formas de ver e compreender o conhecimento. Deve-se levar em consideração que o conhecimento, ou reconhecimento do mundo hoje, conforme mencionado, atualmente difere da Grécia dos séculos IV a V. Portanto, se em função da época outras formas de ver e interpretá-lo podem ser acessadas, isso só prova o quanto o conhecimento científico ainda pode se alargar.

1.2 A CENTRALIDADE DO HOMEM NO DISCURSO DA ÉTICA: SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES.

Na ética grega, a partir de Sócrates, a natureza não é o objeto central da responsabilidade humana e sim, a construção de uma ética que dê suporte a um convívio mais harmonioso entre os homens na *polis*. Essa, por sua vez, incide em uma filosofia centrada no homem e que não oferece um aporte para pensar as questões que envolvem a natureza. Na *polis*, os homens lidam com homens e com as questões necessárias para ordenar esse convívio do ponto de vista moral, o que produz reflexões das quais os outros seres da natureza não são o tema central. Desenvolveu-se a partir disso uma ética centrada na preservação da vida do homem em detrimento da natureza.

A partir de Sócrates (Grécia, c.470-399 a.C.), é possível identificar a centralização do homem como tema da reflexão filosófica. Ainda que os pré-socráticos não o excluíssem de suas reflexões, ele estaria situado entre, e não no centro, das coisas e do mundo que buscavam compreender.

A importância de se referenciar o pensamento de Sócrates, mesmo que brevemente neste trabalho, está justamente em marcar a centralização do homem como objeto da filosofia. E ainda que muito do pensamento filosófico posterior possa ser aplicado, de alguma forma, à questão ambiental o é justamente marcando o quanto homem e natureza se dissociaram no pensamento do próprio homem.

A observação da natureza passa então a ser substituída pela observação do homem, pois no pensamento socrático o foco está centrado nas ações, comportamento e nas atitudes imprescindíveis para que se pudesse conviver em uma *polis* mais justa e ética. Com isso, toda a filosofia ocidental posterior carregou este traço. A ética, tema que predominou a partir de então, dedicou-se a pensar formas de tornar o homem mais sábio e justo, haja vista a decadência política verificada na Grécia em que vivam Sócrates e Platão (a.C. 427-348 ou 347 a.C.), também filósofo grego e seu discípulo.

O surgimento da *polis* grega traz para o âmbito das preocupações filosóficas as questões relacionadas a seu ordenamento. Uma sociedade mais justa e racional deve ser regida por valores morais e éticos que são amplamente discutidos a partir de então. Tantas questões se impõem nesse momento que o homem passa então ao lugar central da ética enquanto tema e a natureza e seu surgimento perdem progressivo espaço.

Schneider, ao citar o “Fedro” de Platão, faz uma importante análise da relação homem-natureza que se revela no pensamento filosófico de então ao mencionar uma passagem em que situa Sócrates na natureza como um estranho. Ele olha, busca compreender, admira e respeita, mas deixa transparecer ao discípulo o quanto se sente incapaz de falar das coisas alheias uma vez que ainda há tanto para se compreender de si mesmo.

Embora ele (Sócrates) seja “ávido em aprender” (*philomathés*), “a paisagem (*choría*) e as árvores não dizem nada a ele, mas sim os homens da cidade”. O “homem, extremamente estranho” (*atopótatos*), verdadeiramente um homem extraordinário, Sócrates “parece ser mais um forasteiro que se deixa guiar do que um nativo” (230c). Quando está falando das belezas da natureza e de suas histórias, ele não tem tempo para isso, porque (229e–230a): “Ainda eu não posso conhecer a mim mesmo (*gnônai hemautón*), como a epígrafe de Delphi requer; ora me parece ridículo, estando ignorante aqui, cuidando das coisas com as quais nada tenho a ver”. Então, por isso, eu deixo estas histórias e, quanto a elas, sigo a opinião

comum e não as confiro (skópo) ou as pesquiso, como é dito, mas a mim mesmo (...)(SCHNEIDER, 2011, p. 201).

Vê-se nessa perspectiva um Sócrates que se sente incapaz de revelar os segredos da natureza, ou seja, de todas as coisas que compõem o mundo e, por isso, estão ocultas aos olhos do homem. Ele as vê assim, transcendendo o homem e inacessíveis à sua capacidade de investigação. Na tentativa de deixar na ocultação todas as coisas que mereciam se manter no mistério, a filosofia, a partir de então, volta-se decisivamente para o homem e para a urgência de organizar suas formas de conviver. Tal visão, embora tenha reforçado uma postura de afastamento da natureza, não deixou de lado seu aspecto “mágico” dado pelos mistérios não descobertos, e talvez por um lado os tenha reforçado ao mantê-los escondidos enquanto discutia o homem. O homem, esse sim que pode falar, responder e perguntar se não dá respostas claras ao filósofo, oferece perguntas concretas. Dá mais “certezas” do que um universo de seres com seus mistérios. Centrado na tarefa de autocompreender-se, Sócrates diz a Fedro:

(...) ainda não consegui, até agora, conforme recomenda a inscrição délfica, conhecer-me a mim mesmo; por isso vejo o quanto seria ridículo que eu, que não tenho o conhecimento de mim mesmo, me dedicasse a estudar coisas que me são estranhas (GOMES, 2000, p. 17).

Interessante pensar que ser o homem residente, nativo se contrapõe a ser o *polites*, o cidadão que precisava lapidar seu comportamento a fim de bem viver na *polis*. Um bom convívio político não baseado em sua relação com todos os seres, mas sim no bom funcionamento do estado. E todo o sistema filosófico que decorreu dessa forma de pensar, embora tenha sido prioritariamente dado ao homem, posteriormente foi empregado de forma normativa para determinar as formas como ele lida com os demais seres. O homem teria muito mais a dizer a Sócrates, ao passo em que as coisas que compõem o mundo encerram mistérios que acabaram por não receber atenção.

Sócrates só saiu de Atenas duas vezes e foi para lutar em guerras. Ele era um cidadão da *polis* e nela estava sua vivência. O “*Fedro*” de Platão inicia-se com a saída do filósofo para além dos muros da cidade como forma de continuar uma conversa que lhe interessava e que resulta em debates acerca da natureza do amor.

Um trecho permite entrever algumas visões de natureza por parte de Sócrates e de Platão nas entrelinhas. O “sair para a natureza” representa uma mudança de cenário durante a leitura do texto transcendendo os limites da cidade. O encanto ante a natureza pode ser visto na descrição dos cenários em que, de forma poética, mencionam os dois interlocutores a transparência e pureza da água, a beleza do caminho ou o sopro do vento (SHCNEIDER, 2011, p. 201). Embora seja um breve trecho, referencia as noções de paisagem, distância e proximidade, além de pertencimento.

Ao tentar explicar o surgimento do mundo no “*Timeu*”, Platão acrescenta novos elementos para uma análise da visão de mundo posterior aos pré-socráticos. Nesse texto que é o de maior popularidade do filósofo, se pode conhecer sua visão cosmológica. Quando se propõe a discorrer sobre a constituição do mundo e do homem, dá prosseguimento, de certa forma ao projeto pré-socrático, porém seguindo uma lógica que só consolidaria o homem como objeto central da ética e, portanto, da Filosofia. Ainda nessa obra, a segunda parte – Críticas – trata de abordar a constituição da dimensão social da vida do homem.

A obra “*Timeu*” então, na análise atual, cumpre o papel de dar uma resposta às “abordagens naturalistas” feitas pelos pré-socráticos no sentido de romper com as ideias sobre o mundo e sua constituição. Nesse texto, ao explicar o mundo, as coisas e sua constituição, recorre a um modelo Pitagórico na medida em que se dispõe de raciocínio matemático, recorrendo por vezes à geometria para fazer sua descrição, como no caso da passagem em que são atribuídas às formas dos elementos – terra, fogo, água e ar – equivalência às da geometria.

Sua compreensão acerca dos fenômenos aproxima-se muito mais de abordagens que predominam na atualidade. O trecho que segue trata da constituição do corpo humano:

Com efeito, de entre os triângulos, os primeiros em regularidade e lisura que, em virtude da sua precisão, eram mais capazes de produzir fogo, água, ar e terra, o deus escolheu-os separadamente dos outros gêneros, misturou-os uns com os outros na medida certa, concebendo uma mistura de sementes para toda a espécie mortal, e produziu a medula a partir deles (LOPES, p. 177 C, 2011).

Assim, é possível identificar em Platão a continuidade do debate sobre a natureza, ainda que com uma mudança de foco e propósito, uma vez que suas

preocupações, assim como as de Sócrates aproximam-se muito mais da compreensão da natureza do homem.

Aristóteles (384-322 a.C.) dedicou-se objetivamente à natureza, o que permite identificar claramente suas concepções acerca do tema. A ideia de finalidade¹ presente em suas reflexões permite aproximar esse estudo de duas análises possíveis, ambas com relação à concepção atual de natureza. Sendo que se pode pensar no quanto a ideia de finalidade enraizou-se no comportamento do homem, contribuindo para construir uma relação pautada pela utilidade e não pelo pertencimento. E é possível refletir ainda sobre o que é natureza nesse momento da história do homem ou como se compreende esse conceito tão amplo.

A mesma ética de Aristóteles dedicada a promover o melhoramento do homem possui uma possível aplicação em todas as suas relações com os demais seres como em “*Ética a Nicômaco*” onde afirma que “é em nossa relação com os outros que agimos de modo justo e demonstramos coragem e outras virtudes, respeitando o direito dos outros em todos os contratos e ações mútuas de todo tipo.”

Em “*Metafísica*” (1984, p. 11 – 14), Aristóteles dedica-se a discutir a causa de todas as coisas da natureza e inicia buscando demonstrar o desejo de saber que está na constituição das pessoas. Parte da Filosofia como “ciência das causas primeiras” para obter o conhecimento e organiza as diferentes ciências, diferenciando-as como de princípios simples e abstratos das mais complexas e menos abstratas. Nessa segunda categoria, situa a geometria e a aritmética como capazes de suprir o conhecimento com noções de espaço e quantificação, partindo do princípio da exatidão. No entanto, não perde de vista a importância das primeiras reflexões filosóficas como forma de “amadurecer” esse conhecimento.

Ainda em referência a Aristóteles, ao avançar na obra “*Metafísica*”, se vê uma busca por identificar a forma e a causa na constituição das coisas que compõem o mundo que o cerca – a natureza de então. Recorre aos pré-socráticos, Sócrates e Platão, apontando os elementos de sua cosmologia e a forma como se adaptam às suas próprias concepções. Por exemplo, como no trecho em que se refere aos pitagóricos:

¹ Corresponde ao conceito de teleologia: “Termo empregado por Christian Wolff para designar a ciência que estuda os fins, a finalidade das coisas, constituindo, assim seu sentido, em oposição à consideração de suas causas ou de sua origem. Concepção, segundo a qual, certos fenômenos ou certos tipos de comportamento não podem ser entendidos por apelo simplesmente a causas anteriores, mas são determinados pelos fins ou propósitos a que se destinam.” (*Idem*, p. 182)

A razão é que eles buscam os princípios fora dos sensíveis: as entidades matemáticas com efeito, entram na classe dos seres sem movimento, à exceção daqueles de que trata a astronomia. No entanto de nada mais discutem e de nada mais tratam que senão a natureza. Dão geração ao céu, observam o que se passa em suas diferentes partes e respectivas modificações e resoluções e, em tais fenômenos eles esgotam os princípios e as causas como se partilhassem a opinião dos outros fisiólogos para quem o ser é tudo o que é sensível, e contido no que chamamos de céu (COCEO, p. 28, 1984).

A obra supracitada faz inúmeros exercícios de reflexão sobre a natureza do cosmos e não consiste em uma tentativa de explicar o todo em constante mudança, mas sim de recorrer ao pensamento de então para buscar elementos que deem sentido ou que precisem ser refutados em busca do entendimento. Busca delimitar as formas de alcançar o conhecimento para em seguida partir para a constituição das coisas e levanta assim mais perguntas do que respostas, mas ao discutir e analisar traz referências que serão aprofundadas no decorrer dos séculos.

Em comum, Sócrates, Platão e Aristóteles tinham o fato de questionarem o pensamento mítico como explicação para as coisas. Envolvidos acima de tudo com suas buscas pela “verdade”, ainda que tivessem suas reflexões mormente centradas no homem e seu convívio na *polis*, os filósofos entendiam que a compreensão do mundo que os cercava não podia se restringir às explicações míticas. Assim como os pré-socráticos, entendiam que cada ente se revelaria segundo sua própria natureza e não pelos desígnios dos deuses.

Marcondes (2006, p. 37) situa a relevância da produção de Aristóteles para o estudo da relação homem-natureza sob dois aspectos: no sentido de sua integração com o todo – como parte do mundo natural e na caracterização da *techné* como o saber instrumental por meio do qual o homem intervém na natureza. No capítulo VIII de “Metafísica”, Aristóteles ao retornar aos pré-socráticos, apresenta uma crítica ao fato desses filósofos terem escolhido um elemento como primordial na constituição da matéria em detrimento do conjunto – água, fogo, ar e terra.

As reflexões apresentadas na “Ética a Nicômaco” dão conta de embasar um conhecimento relativo à ética e com isso, o cuidado com a natureza. Embora a obra não aborde este tipo de relação, ao estabelecer padrões morais para a conduta do homem, cria parâmetros passíveis de serem aplicados posteriormente.

O mundo seria uma unidade perfeita, divina, viva, contínua e autocriadora, regida por leis inteligíveis e dirigida por uma espécie de Providência racional que se encontra em todos os lugares. Assim, o mundo se identifica com deus e deus se identifica com o mundo (VALLANDRO, BORNHEIN, 1984, p. 178).

A palavra natureza, tão recorrente neste trabalho, não está presente nesses discursos no sentido como é empregada na atualidade porque não fazia parte do referencial das pessoas que viviam nesta época como faz hoje. Pelo menos não como se conhece agora. A natureza de então, era a natureza das coisas, seu princípio, sua constituição. Aos filósofos da antiguidade importava saber do surgimento, do ato em si e não dos mecanismos que o viabilizam. A ambição de conhecer a “mecânica” do cosmos foi sendo suscitada aos poucos por inquietações de ordem técnica, pautadas pela racionalidade e que só vão aparecer mais recentemente com as novas concepções acerca de sua constituição.

Embora desde os pré-socráticos as diferentes correntes filosóficas tenham buscado uma ruptura com as explicações míticas para a compreensão da natureza, a relação com o deus se faz presente em muitos momentos. Na busca de compreender o cosmos, há uma recorrente utilização da imagem de uma força suprema que muitas vezes se confunde ou se mistura com a própria natureza.

É possível ver ainda trabalhos em que se aborda a relação entre o estoicismo e a noção de natureza, uma vez que essa corrente filosófica entende natureza e deus como uma única coisa. Matos (2010, p.178) relaciona a esse grupo uma compreensão de natureza e deus como uma só coisa, o que chama de uma “cosmobiologia” na qual “o mundo seria uma unidade perfeita, divina, viva, contínua e autocriadora, regida por leis inteligíveis e dirigida por uma espécie de Providência racional que se encontra em todos os lugares”. Deus e mundo se confundem dessa forma.

1.3 A IDADE MÉDIA E TEOCENTRISMO

No período referente à Idade Média, as questões centrais da filosofia medieval estão alocadas na relação entre fé e razão. No período que compreende os séculos V e XV, há uma significativa manifestação do pensamento filosófico que se estende do norte da África até a Irlanda, compreendendo a produção de filósofos árabes, judeus e cristãos em um movimento incomum na História da Filosofia que

incorreu em grande diversidade. Esse período dividiu-se em dois momentos: um, onde houve fundamentação mais atrelada à teologia e outro onde se abriu espaço para a introdução dos textos de Aristóteles. A grande marca desse período é a presença do teocentrismo como estrutura central do pensamento (CULLETON, 2006, p. 44). Mais uma vez se fortalece o homem como figura central das preocupações da Filosofia. A natureza segue progressivamente perdendo espaço, dada a enormidade de questões morais que a existência humana impunha a esses filósofos.

Ainda em referência a Culetton (2006, p.46- 47) se vê esse período como o que ancora a razão que embasará o ideal da modernidade, pois entende que nesse momento os princípios da razão e da finalidade estão expressos na vontade do deus monoteísta. O que foge às explicações racionais encontra resposta no dogma. Tudo o que é criado o é para atender a alguma finalidade (humana) e este deus está ali para por ordem no mundo complexo e caótico. A expressão da divindade é agora a figura humana, perdendo de vez qualquer associação com a natureza.

O surgimento da natureza é obra de um deus supremo e criador e não a auto-emergência da *physis* grega dos pré-socráticos. “A natureza já não é um *cosmos*, deixa de ser eterna, nem sequer é engendrada, é criada”. (LARRÈRE; LARRÈRE, 2000, p. 67). Os autores ainda prosseguem demonstrando a perda de sentido da natureza para o homem. Ela deixa de ser uma referência na vida, pois o sentido moral das coisas só pode ser buscado no próprio homem. Este por sua vez assume em definitivo o lugar central da natureza, como “o senhor da criação”.

Ainda em referência aos gregos, cabe ressaltar que em suas perspectivas não é o homem quem faz com que a natureza se desenvolva. Para eles, o mundo não foi criado e sim, surgiu de si mesmo, por uma força que vem dele próprio. Ao passo que, a partir da Idade Média, se fortalece a ideia oposta de um mundo criado, que surgiu por força de um único ser, não de forma auto-emergente.

A natureza, nesse período, recebe o status de coisa criada por um deus antropomorfizado e perde o *status* de auto-emergência adquirido com os pré-socráticos. Não é mais auto causada, e sim objeto da criação e, portanto, do sobrenatural, é o efeito de uma causa primeira e que por sua vez está fortemente associada à figura do homem. Dá-se neste momento então, uma nova ruptura na relação entre o homem e a natureza.

1.4 O PREDOMÍNIO DA TÉCNICA COM BACON E DESCARTES

Em contraponto à filosofia do período medieval e com forte identificação com as ideias de progresso e renovação, o período conhecido como modernidade foi caracterizado por seu movimento no sentido de promover a libertação do indivíduo por meio da ciência e do conhecimento. Compreende o período entre os séculos XVI e XVII e tem em Francis Bacon (Londres, 1561 a 1626) e Descartes (França, 1596-1650) dois de seus principais expoentes (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 132).

Essa dicotomia homem-natureza e o enfoque antropocêntrico ter-se-iam agravado com o surgimento da ciência moderna, em que o mundo natural se torna objeto do conhecimento empírico-racional. Essa ciência, segundo Bacon, tinha por finalidade devolver ao homem o domínio sobre a criação que havia parcialmente perdido com o pecado original (DIEGUES, 1998, p. 43).

O abandono gradual de um sistema de pensamento que se estruturava harmoniosamente com a natureza foi sendo avigorado por pensadores que, como Francis Bacon, reforçavam cada vez mais o homem como personagem central na natureza e, em sua compreensão, acreditava que o conhecimento científico teria como finalidade servir à existência humana, dando-lhe poder sobre a natureza.

Com forte representatividade política durante o período da inquisição, Bacon foi um dos responsáveis por condenar práticas como o uso da medicina popular ou a participação em cultos politeístas que possuíam forte ligação simbólica com a natureza (GRÜN, 2007, p. 28).

Fatos como esses podem ser analisados sob outro aspecto além do desrespeito à vida humana na forma como contribuíram para delimitar claramente uma linha de afastamento em relação ao mundo natural. Ainda recorrendo a Grün, (2007, p. 28) encontra-se uma reprodução de um trecho de Bacon no qual ele se refere à “Natureza como fêmea a ser torturada através da intervenção de invenções mecânicas”. E prossegue o autor por ainda muitos parágrafos destacando reflexões onde Bacon deixa claro seu ideal de dominação da natureza como algo a serviço do homem. E assim foi se afastando cada vez mais da visão da natureza como um ser vivo e que ainda resistia.

O filósofo, físico e matemático René Descartes, é apontado como o primeiro a atribuir uma interpretação do funcionamento do mundo como um relógio - visão

mecanicista que predominou e influenciou o comportamento da sociedade em relação a si mesma e à natureza. O relógio aqui pode ser visto como o tempo mecânico em oposição ao tempo natural, a causa da primeira ruptura do homem com a natureza surge em uma comparação equivocada do relógio com o cosmos. Nessa concepção, toda a rede de seres vivos que compõe o tempo natural termina por estar associada a uma máquina da qual devemos compreender seu “funcionamento”. A forma mecanicista de ver o mundo está fortemente consolidada na sociedade atual e determina invariavelmente a forma como lidamos com a natureza.

A analogia entre o conhecimento e a natureza associando a um relógio, agregou a possibilidade de conhecê-la por meio de sua desconstrução. Desmontar, reduzir a partes cada vez menores com o objetivo de torná-la simples e de fácil compreensão, analisando-a parte-a-parte sem necessariamente ter o intuito de conhecer o todo que a compõe. E seguindo a mesma analogia seria como desmontar um aparelho complexo e não se lembrar de depois como montá-lo. O mecânico descuidado ao invés de refazer a organização inicial do aparelho monta e desmonta repetidas vezes, ora sem se preocupar com as peças que ficam pelo chão, ora sem se preocupar com o funcionamento todo. Achou-se o defeito e insistiu-se em corrigir a peça esquecendo que ela só faz sentido se o relógio funciona por completo. E ainda que se consiga repetidas vezes consertar o defeito ela pode se quebrar porque foi ignorado o que estava conectado a ela antes de sua retirada do “sistema”.

Essa forma que pretendia dar conta de compreender o homem terminou por estender-se sobre todas as coisas sobre as quais o homem tentasse debruçar seu entendimento – o que abarca o conhecimento da natureza. Vê-se em Descartes o dualismo metafísico, a partir do qual ocorre uma mudança com relação à compreensão do ser. O filósofo traz uma divisão entre pensamento e matéria na forma do *res cogitans* (o ser pensante do “penso, logo existo”) e do *res extensa* (a coisa extensa ou externa à natureza do homem), princípios estes que são associados por vezes à separação entre natureza e o fazer do homem ou ainda entre o intelecto e o mundo sensível. Ao propor esta divisão, abre caminho para uma internalização da natureza, reforçando-a no imaginário como algo externo ao homem em uma natureza em relação a qual ele também é algo externo. “A mente é fruto do cérebro contrapondo o dualismo cartesiano no qual a alma (razão pura) é

independente do corpo e das emoções, e não ocupa lugar no espaço” (TOMAZ, GIUGLIANO, p. 408, 1997).

A abordagem de Descartes de fato teve impactos positivos sobre a ciência e permitiu muitas soluções importantes para alcançar progressivamente o aumento da qualidade de vida do homem. Mas, ao se perseguir este ideal, a qualidade de vida dos outros seres vivos ficou de fora. É senso comum que o conhecimento obtido por meio do método científico não tem a pretensão de ser definitivo. Ao se refletir sobre essa forma de ver o mundo – mecanicista e utilitarista – por meio da filosofia natural é possível abrir novas bases para sua utilização revigorando-o e utilizando-o para a busca de soluções para seus pontos sensíveis. Compreender o mundo como uma máquina foi uma forma de pensamento útil por um determinado período, mas agora já se compreende que é uma percepção de fato arriscada, pois tende a comprometer a manutenção da vida. Extrair tudo o que se precisa da vida extensivamente, sem se considerar que esse “tudo” é parte importante para a manutenção de um sistema maior, é agir de forma fragmentada e desintegradora.

O relógio que acompanha o entendimento sobre “o que é o homem” vestiu-se de computador e agora a leitura do mundo é feita digitalmente, por meio de representações, de simulações, da virtualidade. Nessa realidade, são muito comuns as expressões: “estamos todos conectados” e “tudo está conectado”. Será? Há um momento de conexão opcional em que as pessoas se ligam com o que desejam. Em uma relação superficial que nem de longe reflete uma conexão entre todos os seres, a natureza da atualidade é, quando muito, um cenário. A ciência sob essa perspectiva traz a técnica para um significado diferente do de então, na medida em que destitui dessa técnica a significação de produção artística conforme se vê no período pré-socrático e posteriormente em Heidegger.

O método desenvolvido a partir do programa cartesiano abriu novos conceitos que foram sendo absorvidos no cotidiano da ciência e da sociedade de forma geral. Esses conceitos radicalmente novos foram se amalgamando sem que houvesse uma análise mais crítica de seus efeitos. De acordo com Larrère e Larrère (2000, p. 69) Descartes prefere os termos mais neutros “mundo” ou “matéria” para ilustrar a natureza onde seu método se desenrola. O próprio mecanicismo tornou-se a forma de pensar.

É claro que o pensamento mecanicista também não é mais o mesmo, que sofreu influências de outras correntes de pensamento e veste hoje outra roupa. Mas

literalmente seu *modus operandi* continua a influenciar a produção do conhecimento e até o pensamento ambiental haja vista seu viés muitas vezes sutilmente utilitarista.

O pensamento mecanicista trouxe uma mudança definitiva para a forma como o homem habita o mundo e se relaciona com ele. Redefiniu as formas de se obter esse conhecimento e de conhecer a natureza ou de tirá-la da ocultação como trata Pierre Hadot. Isto se dá na medida em que todos os esforços feitos pelo homem se dão no sentido de encontrar novas formas para alcançá-lo, pois todos os esforços são feitos no sentido de encontrar formas de manter o modo de vida tal como é hoje ou estritamente para minimizar os impactos que produz na estrutura social ou ambiental.

Descartes levou essa separação entre homem e natureza ao extremo, pregando um Deus totalmente transcendente, externo à Criação. Afirmava que somente o homem era um animal racional e negava a existência da alma aos animais, abrindo caminho para os maus-tratos aos animais. Nesse contexto a função da religião era controlar os instintos animais do ser humano. A partir do século XIX, essa atitude começou a mudar com o avanço da História Natural, com a valorização do mundo selvagem em relação à natureza domesticada (DIEGUES, 1998, p. 43).

O predomínio da técnica ocasionou muitas influências no modo de se pensar e estas implicaram não somente na forma de se obter e produzir conhecimento, mas também na forma como foi sendo artificializada a relação do homem com a natureza. A ciência nesse sentido contribuiu para uma centralização do homem em detrimento da natureza.

Não se trata de com essa linha de trabalho rechaçar a tecnologia ou negar todos os benefícios e facilidades proporcionados por ela, mas sim, tentar compreender quais pontos sensíveis que afastam o homem de uma relação harmoniosa com os outros seres vivos. Ou ainda, permitir subsídios para pensarmos sobre o que precisa ser mudado para dar um novo significado a essas relações considerando-se um longo prazo. Dar um novo significado diz respeito a promover relações, que gerem efeitos benéficos sobre o meio ambiente.

1.5 OUTRAS PROPOSTAS PARA SE PENSAR ÉTICA E NATUREZA

Aquilo de que nos orgulhamos não é aquilo que é essencial (FOLTZ, 2000, p. 188).

Todas as transformações de pensamento pelas quais a sociedade passou, desde a visão de mundo dos pré-socráticos até os dias atuais, foram consolidando uma relação fundada no uso em detrimento da convivência. As questões tendiam a se centralizar nos temas referentes às melhores formas de se utilizar a natureza. Pouco se discutiu sobre a convivência do homem com as outras espécies. Naturalizou-se então a postura segundo a visão antropocêntrica de que o homem deveria dominar e conduzir o destino da natureza.

A atitude de reverência do homem para com os outros seres com os quais compartilha a Terra revela-se por vezes no cotidiano ao se observar sua admiração ante a magnitude da natureza. O que não se sabe, é se tal atitude revela reverência ou espanto no sentido do distanciamento, como se a natureza fosse unicamente o ambiente construído e tais momentos fossem uma descoberta.

Oliveira e Borges (2008, p. 19) apresentam na introdução do livro “Ética de Gaia” uma produtiva reflexão ao afirmarem que “o desafio é repensar o lugar do ser humano no seio da vida e não transformá-lo num indesejável alienígena dentro da natureza”. Isso permite prosseguir em uma tentativa de não fixar a exclusão do homem como parte integrante da natureza e sim de compreender de que forma ele pode voltar a se sentir parte dela. Isso deve ocorrer de tal forma que exceda os limites da academia e passe a fazer parte do cotidiano.

Para guiar o capítulo nessa perspectiva, recorre-se a Martin Heidegger (1889, 1976) e Hans Jonas (1903 -1993), ambos filósofos alemães, sendo o segundo radicado nos Estados Unidos, discípulo de Heidegger. A escolha por ambos se deu por suas contribuições para se repensar em modos de se relacionar com a natureza (em Heidegger) e a elaboração de uma ética que se fundamenta na preocupação com a sobrevivência da humanidade e com o direito das gerações futuras (Jonas). Ainda que em sua obra Jonas indique pontos de discordância em relação a Heidegger, este capítulo propõe uma conexão entre ambos os filósofos na medida em que Heidegger favorece uma reflexão sobre a natureza e sobre a atual forma de existência do homem na terra. Por sua vez, Jonas traz para a reflexão a noção de responsabilidade, a qual só faz sentido de ser admitida na medida em que o homem reflete sobre sua existência e sobre a forma como coabita com as outras espécies. O homem que não pensa sua existência, que não reflete sobre a forma como existe

na Terra e se relaciona com outros seres, dificilmente vai tomar para si qualquer forma de responsabilidade.

Para prosseguir, foram selecionados quatro temas em Heidegger para constituir este capítulo, sendo eles: o ser, a técnica, a arte e a forma de habitar a Terra. Com esses temas, se propõe estabelecer um eixo para estruturar as questões que dizem respeito à natureza considerando a relação do homem para com elas. Ao tratar do ser, o filósofo fornece bases para que mais adiante se possa discutir o direito à existência e a ideia de igualdade entre os seres. Passando para a técnica, é possível encontrar um fio condutor da forma como esse fenômeno se consolidou no modo de vida do homem, dando forma por vezes às suas representações da natureza. Passando para a arte, encontra-se outra possibilidade de leitura do mundo, conduzindo a outra forma de compreendê-lo para então culminar na ideia de habitar poeticamente sobre a Terra entendendo o homem como o “pastor do ser”.

O ser, objeto de que se ocupa a “Metafísica”, diz respeito a compreender a essência do existir. Diz respeito a compreender o que é, o que existe, mas não segundo as referências que se obtém por meio de uma compreensão histórica. “Uma coisa não cessa de mudar no tempo (crescimento, envelhecimento etc.). Só o ser é estável na coisa, pois, sob a multiplicidade das formas que torna essa coisa no tempo podemos continuar dizendo que ela é” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 173). Nesse aspecto, a forma de entendimento que procura se livrar das idiossincrasias de cada época também pode ser associado à interpretação da natureza.

Heidegger entende o ser não como uma presença constante e estática, um existir que perdura, mas sim como “uma emergência abrupta ou súbita que demora e perdura” (FOLTZ, 1995, p. 76). Ajuda a desconstruir a ideia de natureza como algo que sempre esteve aí e sempre estará. A emergência² em Heidegger é um importante tema, e, como nos pré-socráticos, permite pensar todas as formas contidas na natureza como seres que independem do homem. Independem na medida em que não existem por causa do homem, e sim junto com ele. O homem dá sentido à natureza com a qual coabita, é fato, mas sua existência e os significados

² “Termo utilizado pelos filósofos para designar o fato de um fenômeno brotar de outro, não podendo ser analisado em termos de explicação causal. Assim, um fenômeno é denominado emergente quando é impossível, a partir das leis disponíveis no momento, fornecerem-lhe uma explicação causal. Por isso, a emergência se reduz a uma constatação, sendo relativa a um estado histórico do desenvolvimento das ciências.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 173)

que atribui à natureza nessa convivência geram um destino possível para a natureza, mas não o único destino possível.

Heidegger também ajuda a pensar que a natureza existe por si só e que se mostra ou existe aos olhos do homem por força de sua auto-emergência e não por conta do sentido que a ação humana lhe confere. Diz respeito ao fato de que a natureza como um todo independe do homem para existir. Ainda que essas existências coabitem com uma espécie que lhes atribui significados e usos, os homens têm o poder de modificar o ambiente, mas a existência independe de sua vontade. Esse pensamento vai de encontro às percepções de natureza em contextos onde a tecnologia é associada à manutenção de espécies, entre outras coisas, e que tende parecer por vezes ser por si só a via que permite sua existência.

Desde o advento da tecnologia o homem passou a ver o mundo somente por meio da técnica, a natureza como o que Heidegger chama de a “natureza produtiva”. Ele usou a interpretação de tecnologia para apresentar o sentido da palavra natureza tal como é vista pelo homem. Com isso, defende que o modo como a natureza se caracteriza no mundo diz respeito à disponibilidade. Sendo assim, nessa concepção ela seria uma reserva permanente de recursos, e não algo que existe por si mesmo. “A natureza torna-se numa gigantesca bomba de gasolina, uma fonte de energia para a tecnologia e indústrias modernas” (HEIDEGGER apud FOLTZ, 2000, p. 29)

Isso se dá porque para prover a tecnologia e fazê-la acontecer, é preciso recorrentemente abastecer-se de recursos naturais. O que a relega unicamente ao papel de atender a uma crescente demanda que visa suprir às necessidades unicamente de uma espécie. E nessa concepção, a técnica passaria a atuar na interconexão entre natureza e cultura, na medida em que esta última representa o mundo construído em oposição ao natural e seus modos de vida.

Heidegger posiciona o mundo natural como acontecimento. Essa visão do ser que se conecta à *physis* grega tira a compreensão do ser de uma abordagem em que recebe o significado segundo a concepção e o repertório do conhecimento produzido pelo homem. E conforme esclarece Foltz (1995, p. 82) isso ocorre como “uma sequência de épocas sobrepostas, e isso serve como um fator adicional para o obscurecimento daquilo que está em jogo na ‘dispensação inicial do ser como presença’”. Situa-o como existência que ocorre espontaneamente – como acontecimento. Não é o momento histórico que dá sentido ao ser e o faz ser o que é.

Não são as referências que constituem a sociedade em um dado momento histórico que irão defini-lo de fato e sim sua própria existência. Ainda que as percepções humanas sejam dadas pela cultura e, portanto sejam indissociáveis desse contexto, há que se pensar que é esse o fato que impede que a natureza seja como de fato é.

A visão do homem é sempre temporal, não se consegue lançar um olhar não-histórico sobre as coisas. O tempo de hoje influencia para que se veja somente pela técnica.

O movimento da vida pode, portanto, implicar, constitutivamente, ou seja, compreender, o ser do ente, enquanto este pertence ao ser automovente da própria vida. Eis o jogo heideggeriano: o que Aristóteles descreve como o ser do ente da natureza é atribuído à constituição do si, da vida do ser-aí; e o ser-aí, como ser no mundo, torna-se, por sua vez, o horizonte interpretativo último para compreender o ser do ente e o próprio sentido do ser (ESPÓSITO, 2010, p. 45).

A questão do ser discutida por Heidegger abre espaço para o debate sobre o direito à existência, considerando a natureza em sua totalidade e não somente a existência humana. A obra "Ser e tempo" traz o esforço em delimitar o sentido do ser mediante a compreensão da forma como se dá a presença do homem no mundo³. "O mundo faz parte do ser da natureza, faz parte de minha constituição como ser humano. Meu modo de ser é o meu mundo. Logo não posso compreender outro ser se não o compreendo em seu mundo" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 60). Ideias que fazem oposição à noção antropocentrista que coloca a natureza como algo exterior ao homem e que culmina na perda crescente de envolvimento com ela.

Mesmo a natureza, antes de ser a natureza "em si", que a posteriori o homem tematiza com o tudo que não é humano, é a princípio integrante do todo instrumental (a iluminação das ruas traz uma referência implícita ao instrumento "escuridão") (BARBOSA, 1998, p. 5).

O filósofo defende que por mais que se tente compreender as formas como ocorrem as diferentes existências, existe muitos segredos que não podem ser desvelados, pois fogem à nossa compreensão humanizada. Pierre Hadot, também

³O *Dasein*: "ser-aí", "existência", ou "pre-sença". É uma característica em Heidegger o emprego de muitas expressões próprias.

sobre essa perspectiva, utiliza a metáfora do véu de Ísis⁴ para abordar as insistentes tentativas de descortinar a natureza em sua totalidade.

A crítica à técnica como tema no discurso de Heidegger direciona-se não para uma perspectiva de denúncia, mas sim de compreender de que forma sua lógica foi interiorizada pelo homem, tornando-se constituinte de seu modo de vida. Não culpou a técnica como algo que não tivesse rendido benefícios à vida humana, mas ao identificar que ela seria mais um dos pontos de ruptura entre homem e natureza, buscou identificar como ocorreu esse processo. E conforme adverte Bruce Foltz (2000, p.23) não é de interesse do pensamento Heideggeriano, caracterizar a tecnologia como uma aberração, mas sim compreendê-la como parte da tessitura do pensamento ambiental para que então se possa surgir um “novo começo”, uma nova forma de perceber o mundo. Para isso, esse discurso filosófico busca reiterar sempre a forma como se deu a separação entre o homem e a natureza.

A técnica é um perigo, dirá Heidegger, já que implica a intenção de ordenar o mundo de uma única maneira, de explorar a natureza tendo em vista uma única via e, com isso, regular a vida dos homens conforme essa via. A essência da técnica estende-se para o campo das atitudes humanas, acarreta um comportamento, principalmente de separação da natureza (WERLE, 2011, p. 101).

Recorrendo à abordagem anterior acerca do pensamento mecanicista, a técnica ocupou um lugar como forma de organização da vida. O método que permitiu avanços científicos indispensáveis à manutenção da vida do homem tornou-se condicionante dos modos de vida. Constituindo uma forma de olhar a natureza em que, para vê-la, é preciso organizá-la segundo uma lógica compartimentada, organizando-a segundo o olhar humano. “A concepção corrente de técnica, segundo a qual ela é um meio e um fazer humano, pode, por isso, ser chamada de determinação instrumental e antropológica da técnica” (HEIDEGGER, 2007, p. 376). O desejo de dominar, conter e tornar previsível o que cerca o homem é o traço marcante deste modo de vida.

Compreender a vida que transborda no universo é uma tarefa que o homem busca saber, mas Heidegger, ao discutir o conceito de auto-emergência presente na natureza, mostra que para sabê-la não basta desejar, pois sua capacidade de se

⁴ HADOT, Pierre. *O Véu de Ísis*. Ensaio sobre a história da ideia de natureza. São Paulo : Loyola, 2006.

fazer existir desafia o ideal do homem de fazê-la existir por sua vontade. De acordo com o filósofo, nossas crenças e representações substituíram as coisas em si, e todo o repertório de informações que o homem carrega o impede de ver a natureza tal como ela é. Nesse repertório, a tecnologia é a referência mais forte para ver o mundo e sua linguagem acaba por determinar o *ser* dos *entes*⁵. Ou seja, nesse repertório a tecnologia predomina como visão de mundo, ainda que existam outras formas de se perceber e de se relacionar com a natureza.

Nossa relação com as coisas que nos cercam se dá de acordo com o entendimento que temos delas e na atualidade, se conhece as coisas segundo sua manuseabilidade. A vulnerabilidade da natureza se deixa ver na intervenção técnica do homem que a modifica na medida em que modifica a interpretação que tem de si mesmo. Ou conforme Foltz (2000, p. 25) em alusão à Heidegger quando afirma que “a tecnologia é constitutiva da existência contemporânea da mesma maneira que o cristianismo foi na idade média”. É por meio da tecnologia que o homem revela o mundo ao seu redor. Com base nas percepções que são embasadas pela tecnologia é que encontra as referências que usa para classificar também a natureza e criar sistemas de valores, terminando por situá-la segundo sua utilidade, manuseabilidade, e não necessariamente de acordo com algo cuja existência tem valor por si mesmo.

Na conferência “A questão da técnica”⁶ Heidegger a coloca como um constante desabrigar. Um tirar a natureza de dentro de sua essência em busca de compreender sua constituição e posicioná-la dentre os usos possíveis para o homem. Avança afirmando que ao seguir por esse caminho, nega a si mesmo a possibilidade de conhecê-la, pois, por meio da técnica, só há um tipo de relação e conseqüentemente de olhar possível para a natureza.

Por meio disso tranca-se a outra possibilidade, de que o homem, sempre mais cedo e sempre mais inicialmente, se entregue à essência do que se descobre e de seu descobrimento, para experimentar o pertencimento empregado <gebrauchte

⁵ “Empregado para traduzir o termo grego *toon* e o alemão *das Seiende*, participios presentes do verbo ser, o termo “ente” aparece, na filosofia de Heidegger, para designar o ser que existe, o ser concreto. (...) Esse ente geral se distingue dos entes particulares (objetos, astros, pedras, etc.) por seu caráter de totalidade”. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 62)

⁶ A referida conferência, no original “*Die Fragenach der Technik*” foi proferida no dia 18 de novembro de 1953 no Auditorium Maximum da Escola Superior Técnica de Munique, como parte do ciclo de conferências cujo tema era As artes na época da técnica, promovido pela Academia Bávara de Belas Artes, sob a direção do presidente Emil Pretorius.

Zugehörigkeit> ao desabrigar como sendo a sua essência (HEIDEGGER, 2007, p. 386).

Ainda nesse contexto, situa a técnica não como algo “demoníaco” e que, portanto devesse ser extirpado da vida do homem, mas sim como algo que condiciona, que determina caminhos em sua ação, sempre no sentido do desabrigar e com isso traz em sua essência o perigo. A ideia importante para ele, portanto, está no perigo em se ter ações sempre condicionadas no sentido do desabrigar sem se questionar as implicações que esses atos trazem. O importante nessa perspectiva é como lidar com a técnica, diz respeito à forma como é utilizada e não à sua existência propriamente.

Heidegger entende que a arte como forma de representação do pensamento humano pode ser uma solução para se opor à noção de natureza produtiva, sendo ela então a forma diferente como o homem pode habitá-la. É essa a maneira como responde aos aspectos negativos impostos pelo modo de pensar característico da técnica. Entende que “habitar poeticamente sobre a terra” é a forma de (re) harmonizar-se com ela. Para compreender o papel da arte e, portanto, da poesia em Heidegger, Marco Aurélio Werle propõe descortinar a relação entre arte e natureza sendo a primeira uma forma mais harmoniosa de olhar o mundo. São inclusive formas diferentes de se servir da técnica. Vê-se aqui uma oposição delicada entre arte e técnica, na qual Heidegger caracteriza a *technè* grega como um saber e não como um fazer.

Uma reflexão importante proporcionada pela obra de Heidegger diz respeito a aprender (ou talvez reaprender) sobre como morar sobre a Terra. E é instigante pensar em como esse filósofo traz para a reflexão uma ideia que é a que deveria ser primordial, deveria estar no cerne da relação entre homem e natureza, mas de fato não está. Quando trata de “habitar poeticamente sobre a terra” faz mais do que simplesmente recorrer à poesia como linguagem para se comunicar com o leitor. O filósofo ao propor essa tarefa deseja que se dê significado à forma como percebe a natureza.

A perspectiva de Heidegger traz a poesia como modo de conhecer a natureza em uma lógica diferente da utilizada em decorrência do conhecimento científico. Conhecer a natureza em uma atitude poética tem a ver com a forma como se busca compreendê-la. E é então esta abordagem uma alternativa ao olhar condicionado

que está sempre perseguindo o ideal do desabrigar que o impede de lançar outra forma de olhar.

Quando o pescador põe de lado suas redes, quando o lavrador é afastado de seus campos, quando todos nós somos encaminhados do Jardim do Paraíso, é então que nos tornamos totalmente conscientes de nossa natureza primordial que formou o cenário reticente de nossos sucessos. Então, como observa Schiller, começamos a escrever poesia (FOLTZ, 2000, p. 60).

Heidegger entende que, nesse afastamento, o homem sente a falta de algo que é parte essencial de seu ser. O olhar poético traz consigo uma abordagem afetiva. Percebe a natureza sob a ótica do respeito, ao passo que o olhar técnico incorre facilmente na ideia de dominação. A busca por conhecer os sentidos ocultos na natureza a reduz na relação à posição de objeto. Com isso, como já foi dito, incorre-se no risco de pensar as coisas de acordo com sua utilidade em detrimento de seu sentido.

Heidegger argumenta que a natureza tal como é vista pelo mundo está relacionada ao seu caráter utilitário, ou seja, à “natureza produtiva”. Uma natureza que por definição serve exclusivamente para suprir as demandas geradas pela existência humana. Com isso, a relação homem-natureza estaria ancorada nas possibilidades de administrá-la para melhor servir. Dá-se por sua manuseabilidade, e com ela, o estar com as coisas funda-se sempre no uso que se fará delas. Há um olhar funcional para as coisas em que o enfoque no que é útil e no que não é útil, não levando em consideração as existências. Há mesmo, certa aura de indiferença com a essência dessas coisas da natureza que tem utilidade ao homem, pois, ao olhar para elas, se reconhece o uso e não a essência (FOLTZ, 2000, p. 59).

Por outro lado, ao caracterizar “natureza primordial” oferece uma resposta a esse ponto de vista, na medida em que defende que essa mesma natureza deve ser apreendida por meio de um olhar desinteressado. Essa natureza primordial pode ser reconhecida como as existências autônomas, a própria subsistência das coisas em si mesmas de acordo com suas próprias leis imutáveis. É reconhecer a natureza em sua auto-emergência (FOLTZ, 2000, p. 61).

Deve, antes de tudo, ser apreendida a partir do envolvimento e interação. Tal perspectiva abre espaço para se pensar a noção de habitar poeticamente sobre a Terra, forma defendida pelo filósofo como preponderante para uma mudança nessa

relação. “Antes que os entes se tornem meros objetos, devem ser primeiro desvendados como ‘*pragmata* – isto é, aquilo que alguém tem de fazer nos seus procedimentos interessados” (Idem, p. 63).

Toda a argumentação que se segue ao apresentar o conceito de natureza primordial é feita no sentido de demonstrar como a natureza pode ser percebida para além da visão produtiva, em busca de um sentido fundado no poético. No entanto, essa percepção se dá por vezes, na separação. Como nas modernas abordagens sobre conservação da natureza, a relação do homem para ela está fundada na ameaça de extinção, assevera Foltz, que a “(...) natureza não tem que ser perdida para ser desvendada em sua primordialidade” (2000, p. 61) e que, por conta disso, um olhar poético não está condicionado a um enlutamento melancólico. Não é também uma poesia no sentido literário, com verso ou rima, mas sim uma disposição em ver o que há na natureza das coisas em sua condição mais essencial, da forma mais primordial como se manifesta.

Contrastando as noções de natureza primordial e primitiva, verifica-se que “tanto o comportamento prático que revela a natureza como manuseável como a descoberta de uma dimensão da natureza que precede a sua significação possível como campo instrumental emergem de um envolvimento com a mesma” (FOLTZ, 2000, p. 58). Ambos os comportamentos são formas de se estabelecer em relações com a natureza, o que difere de um para outro é o tipo de envolvimento.

Ao caracterizar diferentes visões de natureza, Foltz elucida brilhantemente olhares que passam despercebidos aos nos vestirmos do sentido de utilidade para nos relacionarmos com o mundo. Como no trecho em que caracteriza o vento que indica a chuva, que para o agricultor é muitas vezes algo que está ligado à percepção dada pelo trabalho. Procura mostrar com isso que não é meramente um fluxo de ar, qualificável e quantificável e que por vezes parece apenas se manifestar sob o aspecto técnico. Em outro momento, serve-se do exemplo de uma árvore florescendo na primavera que acaba por vezes dissolvida em um esquema representacional previamente estabelecido associado à lógica matemática e não à sua existência em si. Por outro lado, sempre remetendo à interpretação Heideggeriana, traz uma citação que melhor situa esta natureza primordial que precisa ser experienciada pelo homem.

Os poentes são apenas para os 'poetas' ou para as 'pessoas enamoradas'. No lugar da magia do mundo, outra magia surgiu. O mágico é agora a própria 'física', como uma realização suprema da humanidade. O homem encanta-se agora consigo próprio. O homem contemporâneo é agora o mágico (FOLTZ 2000, p. 29 - 28).

Heidegger explica o contraste entre a concepção científica de natureza e a poética, no que reclama sempre para o discurso que se ponha de lado a representação moderna, pois, neste sentido ocorreu uma sequencial "desnaturalização" feita primeiramente pelo cristianismo que a caracterizou como *ens criatum*, e posteriormente por meio da ciência moderna.

Sob esse olhar, uma nova forma de habitar a Terra é necessária como alternativa à atual, onde todas as ações fundam-se na utilidade que atende às demandas da técnica. Para entender o que seria "morar", vale uma breve passagem sobre como Heidegger vê a Terra. Segundo ele não é meramente uma localização geográfica, um ponto onde o homem referencia sua localização. Ele assevera que morar deve fundar-se no poético, pois essa seria a forma de habitar genuinamente a terra.

O filósofo compreende que morar é o caráter básico da existência humana, que a forma do homem de estar sobre a Terra é o morar. Ser um ser humano significa morar. No entanto, argumenta que a linguagem é que dá sentido e define esse morar, e que isso ocorre através da linguagem. No entanto, essa abordagem não situa a linguagem em geral através do discurso do cotidiano ou do discurso científico. Sustenta que a linguagem é primeiramente "o tipo de 'dizer' que constitui o poético" (FOLTZ, 1995, p. 190 - 191). Assim, o dizer da linguagem e da poesia como tal são um mostrar, que nessa perspectiva deve ser entendido no sentido de fazer aparecer, de libertar e tornar claro, tirando da desocultação o que é o mundo.

Se é no poético que o pertencer-conjunto da palavra e da coisa acontece em primeiro lugar, então só precisamos escutar. Pois quando a natureza nos fala, fá-lo poeticamente- reunindo-se a si própria na sua primordialidade ricamente significante e multiforme (FOLTZ, 2000, P. 191).

Para Heidegger habitar a Terra é estar com as coisas, não as submetendo à existência humana. Haja vista que o submeter é uma das formas possíveis de estar com a natureza e dessa forma é possível por meio do olhar de do filósofo abrir espaço para o debate sobre outras formas de estar com a natureza. Nesse habitar, o

homem que tem em sua essência o cuidado, é o guardião de todas as outras existências, e não seu senhor. E assim, deve estar com as coisas para que possa recuperar sua estada com elas.

Passando então de Martin Heidegger a Hans Jonas, nota-se que suas inquietações sobre a natureza do ser ajudam a refletir sobre as diversas formas de vida e seu direito à existência. Considerando a condição humana entre os seres da natureza, essa noção incide no conceito de responsabilidade defendido por Jonas. Sua obra, assim como a de seu mestre, busca desvincular a compreensão da natureza de uma visão unicamente utilitarista.

O filósofo tem como seu trabalho mais representativo “O princípio Responsabilidade: ensaio para uma ética da civilização tecnológica”, em que apresenta a ideia de responsabilidade para com as vidas futuras, discute os pressupostos éticos desse pensamento frente ao fato de que os avanços tecnológicos se fazem inevitáveis. Propõe nessa obra uma ética para o futuro.

Na obra, propõe uma ética de responsabilidade para com a natureza. Isso não significa que ele propõe ver a natureza como sujeito de direitos como alguns críticos chegaram a sugerir, mas ele admite sim ser necessário “conceder uma certa transcendência à natureza”. Falando de uma “Metafísica” da natureza, Jonas admite que se possa “falar de uma aspiração da matéria que chega a tomar consciência dela mesma e que sente” (CARRARA, 2014, p. 15).

O filósofo defende que até a publicação dessa obra, as éticas clássicas e modernas não haviam se ocupado de tratar as questões concernentes à responsabilidade do homem para com as vidas futuras. E, a partir dessa brecha no pensamento filosófico, ancora um questionamento central para o conceito de responsabilidade que estabelece: teríamos nós, direito de ameaçar a sobrevivência das vidas futuras? Toda a estrutura que dá suporte à vida do homem na Terra passa a ser questionada nesse momento, já que até então qualquer decisão no sentido de melhorar as condições de vida neste planeta levava sempre em consideração a ação no presente e mais a espécie humana.

Para propor o conceito de responsabilidade, como mencionado, Jonas analisa antes as éticas clássicas e modernas, demonstrando suas limitações quanto a resultados futuros das ações humanas. Segundo o filósofo, as ideias de até então propiciavam somente resultados no tempo presente como se as ações humanas até então fossem relacionadas somente aos resultados imediatos. Levando em conta

essa lacuna nas éticas clássicas, o filósofo indica que o caminho é sempre evitar comprometer a vida humana futura.

Inclui em suas discussões acerca da ética a ideia de responsabilidade com relação ao futuro dos seres e influencia diretamente o movimento ambiental alemão. Essas ideias são introduzidas em um contexto em que não era usual falar de direitos, a não ser do homem. Funda-se com isso um pensamento em que tudo o que existe, tem direito a ser, tratando de uma Metafísica que permite fundar-se na ética para se pensar as questões ambientais. Jonas precisou construir uma argumentação que mostrasse de forma clara o quanto as preocupações éticas tinham um curto alcance como demonstra o trecho a seguir:

(...) o braço curto do poder humano não exigia um longo braço e de conhecimento preditivo, agora a consciência no agir, em todas as suas etapas e desdobramentos futuros, passe a se opor a posturas imediatistas e fragmentadas (JONAS, 2006, p.26).

Fez isso com uma noção de responsabilidade que não se posicionou no sentido da atribuição de culpa, embora não fosse simpatizante da técnica, indo em direção a um compromisso com o futuro. Seu livro dava respostas à globalização da crise desenvolvendo uma crítica à utopia técnica de uma apropriação do mundo.

Para situar o âmbito dessa responsabilidade, propõe um imperativo categórico que viria a se consolidar como uma máxima no século XXI no que tange às questões ambientais: “Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (JONAS, 2006, p.18). O imperativo jonasiano dirigiu-se ao coletivo e adquire seu sentido a partir da ação individual por meio de um mandamento de consciência ou pela iminente necessidade de sobrevivência da humanidade. Toda a ideia de sustentabilidade que foi fortemente difundida e consolidada ao se evocar a temática ambiental veio em decorrência desse pressuposto.

A consolidação de uma teoria da responsabilidade deveria estar baseada em categorias de bem, de dever e de ser, pois a nova forma de agir por ele proposta exigia uma ética de responsabilidade de longo alcance (SILVA D. G. F., 2007, p. 07). Entendeu que a compreensão dos riscos das ações era por si só um chamamento à responsabilidade – ideias de causa e finalidade estão aí implícitas. Com isso, a responsabilidade seria inerente à natureza do homem.

o braço curto do poder humano não exigia um longo braço e de conhecimento preditivo, agora a consciência no agir, em todas as suas etapas e desdobramentos futuros, passe a se opor a posturas imediatistas e fragmentadas (JONAS, 2006, p.26).

Jonas defende que a responsabilidade frente a toda a natureza cabe ao homem e que um comportamento ético, implica em tomar para si a responsabilidade frente a esse projeto. Segundo ele a responsabilidade é intrínseca ao homem em sua essência moral e seria isso que o moveria e não uma consciência racional de seu dever. É, segundo ele, o sentimento de responsabilidade que faria o homem perceber que cada objeto reclama para si, sua existência e que cabe ao homem propiciar condições para que ela se faça.

Esse raciocínio foi resultado de uma preocupação centrada na construção de um pensamento que pudesse responder a uma iminente ameaça de destruição da humanidade ocasionada pelos excessos cometidos em nome do grande avanço tecnológico. Acreditava que, para alcançar êxito na proteção da natureza, era preciso partir do pior prognóstico. Só assim, se conseguiria a mobilização necessária para promover algum tipo de mudança comportamental. Tal ideia era a heurística do temor. Com o emprego do pior prognóstico, acreditava que seria possível conseguir uma maior sensibilização, já que o homem agiria em sua própria defesa.

Trata-se de uma opção ética pelo mau prognóstico, de um antídoto contra a esperança sem sentido que pode afetar a ação humana no mundo. Em vez das probabilidades otimistas e idealistas, Jonas propõe utilizar-se o medo como forma de aprendizado e fazer da projeção da possibilidade da previsão negativa como condição para alterar a atitude do ser humano frente à natureza. Para o autor, é preciso utilizar as predições e os presságios apontados pelos saberes científicos modernos como forma de antecipação das condições desastrosas previstas caso o ser humano não altere as suas ações, em sentido de fomentar a responsabilidade (LARRÈRE, LARRÈRE, 2000, p. 98).

Esse foi outro conceito instituído pelo filósofo que se popularizou e amalgamou-se ao movimento ambiental e que por outro lado dividiu correntes de pensamento que chegaram a apoiar-se no uso do pior prognóstico para amenizar a imagem da crise ambiental.

A justificativa para o uso do mau prognóstico como instrumento de sensibilização se mostra quando Jonas traz para o foco do debate a questão de sobrevivência como potencializadora da ação: "*O ser se afirma com a possibilidade*

de não ser que o ameaça a todo o momento” (JONAS, 2006, p. 01). Ou seja: a sobrevivência é o ideal que reafirma o instinto de preservação, sendo ele a causa das muitas decisões que o homem toma visando a autopreservação e que porventura venham ameaçar a existência das outras espécies que coabitam o planeta com ele.

Para Jonas, “O princípio responsabilidade” deve ser admitido com vistas a assegurar o direito à vida das gerações vindouras. A pressuposição das novas gerações por si só deve garantir que seu direito à vida não seja extinto. É justamente a preocupação com o que ainda está por existir que fundamenta o conceito, o que se faz sempre considerando a perpetuação da espécie humana. O imperativo ético do conceito Jonas, portanto, é a responsabilidade que se tem sobre as vidas futuras.

Portanto, para nós, contemporâneos, em decorrência do direito daqueles que virão e cuja existência podemos desde já antecipar, existe um dever como agentes causais, graças ao qual nós assumimos para com eles a responsabilidade por nossos atos cujas dimensões impliquem repercussões de longo prazo (JONAS, 2006, p. 91-92).

A técnica contribui para uma vida mais fácil e prática e agir de forma a respeitar os limites da natureza implica invariavelmente em perder conforto e praticidade. Abrir mão das facilidades já tão incorporadas à cultura que rege o cotidiano não é hoje uma alternativa sequer ponderada pelo senso comum. Talvez por isso a ideia de desenvolvimento sustentável tenha se moldado tão facilmente ao discurso sobre as melhores práticas com relação à natureza.

Assim, o progresso e suas obras situam-se antes sob o signo da soberba que da necessidade. Aqui, onde a proteção do provisório é insuficiente, entra novamente em vigor a sentença de que meu agir não pode pôr em risco o interesse total de todos os outros também envolvidos (que são, aqui, os interesses das gerações futuras) (JONAS, 2006, p. 85).

O conceito de responsabilidade proposto por Jonas se adapta facilmente ao de sustentabilidade que ganhou força na década de 1980, em que a vida futura depende das escolhas feitas na atualidade. No entanto, esse conceito está alicerçado unicamente nas condições de sobrevivência da vida humana e as demais espécies se beneficiariam somente como resultado e não como finalidade dessa lógica de pensamento. A ideia terminou por amparar-se mais no discurso de

desenvolvimento, do que na preocupação do emprego moderado dos recursos naturais.

Afirma-se que houve uma subversão, pois ao invés de ser promovida uma revisão do modo de relacionamento com a natureza a partir da ética de Jonas, o pensamento ambiental posterior a ele serviu-se da noção de responsabilidade como uma base para justificar o consumo de recursos naturais em prol do “desenvolvimento econômico”.

Complementando as perspectivas postas para discutir o rumo tomado pelas questões ambientais a partir de Jonas, Catherine e Raphael Larrère organizam as críticas ao que hoje constitui o corpo dos movimentos ambientalistas – a resposta da sociedade aos apelos pela responsabilidade humana. Segundo eles, essa crítica divide os movimentos em um grupo que identifica o homem, mormente na perspectiva utilitarista e outro que enxerga nesse olhar, um “mal necessário” – na posição de denúncia ou dramatização. Ainda que não sejam as duas perspectivas o pensamento ideal, os autores indicam que ambas podem ser superadas conforme este trecho:

Não há necessidade de dramatizar as relações do homem com a natureza. Não é necessária nenhuma grande narrativa prometeica para glorificar a indústria; é dispensável o mito do paraíso perdido. Se fazemos parte de uma natureza que é também tecnonatureza, basta que procuremos saber como nos comportarmos o menos estupidamente possível em relação a ela (LARRÈRE; LARRÈRE, 2000, p. 306).

O tempo da tecnociência, objeto desses autores é o tempo do “aqui e agora” do prático, rápido e facilmente executável. Em uma época em que as decisões são pautadas muitas vezes pelo menor tempo de execução, sobra pouco espaço para reflexões que conduzam a uma reflexão sobre as atitudes em relação ao meio ambiente. Muitas vezes, a conduta que melhor atende a todos é a que toma menor tempo.

O sistema capitalista para ser suprido tal como é hoje, ainda que se proponha a considerar as questões ambientais, não traz em seu bojo uma ideia de abnegação tal como seria necessária a uma relação do ponto de vista ético. Para se propor uma relação de maior equidade, o homem precisaria rever sua posição central na

natureza, o que o forçaria a abrir mão de uma série de práticas que o colocam em uma rotina muito confortável.

Foi visto em Heidegger a caracterização de uma natureza, cuja existência visa atender às necessidades unicamente de uma espécie. Conectando essa ideia à proposta por Jonas, abre-se espaço para uma reflexão: até que ponto a noção de responsabilidade, tal como é difundida na atualidade pode ser constitutiva de um modo de ver que permanece antropocêntrico?

Na medida em que a responsabilidade está centrada na conservação de uma natureza que aos olhos do homem traduz-se em recursos, ainda que possa beneficiar a vida como um todo, não visa à conservação de todas as espécies, e sim unicamente a humana. Dessa forma, incorre-se ao mesmo ponto fraco das éticas que descuidaram da natureza, porém por conta de um desvirtuamento de interpretação da ética, sobretudo, proposta por Jonas.

Um olhar afetivo em relação aos outros seres depende de uma mudança de paradigma, que, por sua vez, depende de deter o olhar sobre as coisas. Parar, observar e refletir. Na pressa para atender prazos e metas atendendo a exigentes padrões de eficiência sobra pouco tempo para de fato olhar e refletir, para a observação. Refletir aqui, diz respeito a conceber outra forma de pensar o mundo que não somente a que calcula, mede e avalia possibilidades. Heidegger e Jonas trazem para o centro do debate uma revisão das formas de se relacionar com o mundo indispensável para que se possam minimizar os impactos ambientais.

2. A NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Antes de dar início à apresentação dos resultados e após as contribuições da Filosofia, será feita uma abordagem a partir das Ciências Sociais, com vistas a dar conhecimento do suporte utilizado para a realização da pesquisa de campo, assim como de sua posterior análise. Os tópicos que seguem buscam contextualizar as construções sociais no que diz respeito às relações entre cultura e natureza (com Alfred Louis Kroeber e Clifford Geertz), modernidade e escassez (com Anthony Giddens e Gustavo Lins Ribeiro) e unidades de conservação, constituição e conflitos (com Antonio Carlos Diegues e Pierre Bourdieu).

A abordagem de Geertz traz uma contribuição para discutir a hierarquização entre natureza e cultura. A partir dos estudos produzidos por este e outros antropólogos foi possível migrar o debate acerca da constituição das culturas de uma perspectiva que a condicionava como decorrente da natureza para o inverso – como determinante das condições em que os ambientes se encontram. Passou-se então a buscar uma compreensão da importância do que é aprendido socialmente como condicionante do comportamento do homem, não sendo este causa de fatores biológicos. Para LARAIA (2005, p. 335-336) “(...) seria uma absurda limitação do significado dos fenômenos culturais considerá-los apenas como uma derivação dos instintos biológicos”. Segundo essa perspectiva, as diferentes formas dos homens de lidarem no mundo não poderiam ser explicadas por meio de processos biológicos. Assim, seu estudo não estaria condicionado à observação e repetição em laboratórios, e sim à observação direta, possível, portanto de diferentes observações.

O debate antropológico posterior ao século XX passa, portanto a expressar a oposição entre o biológico (natural) e o cultural conforme pode ser observado em Kroeber, que descreve o homem como um ser “superorgânico”, que por meio da cultura demonstra sua capacidade de estabelecer uma vida simbólica, além de sua existência biológica. Com isso, acrescenta à natureza um complexo sistema, dinâmico que se auto-aprimora para dar suporte à existência de instituições, tecnologias, linguagens, crenças, valores e outros, modificando-se constantemente como que com uma vida própria. Nessa perspectiva, a cultura encontra-se em um nível que vai para além do biológico.

Para organizar-se socialmente e aprimorar seus modos de vida, o homem transcende os espaços que as demais espécies costumam utilizar, transformando todo o espaço que compreende a Terra em seu *habitat*.

Embora a cultura seja uma questão central na Antropologia, sua complexidade conduz a uma variedade de abordagens, como com Clifford Geertz, que ao invés de seguir pela perspectiva superorgânica de Kroeber, segue por seu aspecto simbólico. Posicionou a cultura como uma rede de significados, ou seja, de sistemas de símbolos públicos. Esses símbolos são referências do comportamento adotado pelo grupo.

Para Geertz o homem pode ser visto como um ser que nasce preparado para receber diversas possibilidades de códigos de comportamento e a cultura pode ser vista como um sistema simbólico que corresponde a:

(...) não um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, de plano, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam programas) para governar o comportamento (GEERTZ apud LARAIA, 2005, p. 342).

De acordo com seu trabalho, a mente humana se organiza em função de trocas simbólicas e materiais de onde se pode operar uma delimitação entre o que seria natureza e cultura. Em sua análise, o que faz com que o ser da natureza se transporte de alguma forma para a cultura é o processo de socialização. O homem é decorrente de processo de construção social e com a internalização de um conjunto complexo de regras, deixa de ser o animal, para ser o homem. “Torna-se assim necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente” (DIEGUES, 2000, p.63).

Conforme visto em Heidegger, a visão do homem sobre a natureza perpassa um sistema de pensamento fundado na relação com a tecnologia que por sua vez condiciona um comportamento de controle. Embora o olhar tecnológico seja predominante, existem sistemas de pensamento que não se caracterizam pelo viés da “dissecação”. É fato que os grupos humanos sempre se valeram da natureza enquanto recurso para sua existência. No entanto, não é regra que essa relação seja puramente de extração. Há exemplos como os que são trazidos pela obra de Diegues em que há ainda um traço simbiótico em que prevalece a interdependência. Como nas populações caiçaras em que ainda que muito se tenha permeado o ideal

do desenvolvimento que vem a rebote da tecnologia, uma aura de reverência, veneração e um distanciamento que remete ao respeito à ocultação da natureza ainda podem ser observados. Justifica-se com isso observar a forma como esses sistemas de representação se desenrolam em diferentes contextos sociais.

2.1 NATUREZA E MODERNIDADE

Com a discussão acerca da racionalidade ambiental e suas implicações para o agravamento da chamada “crise ambiental”, há quem argumente que o debate ambiental assumiu um enfoque descritivo em detrimento do debate crítico essencial acerca de uma mudança no paradigma de consumista.

Gustavo Lins Ribeiro inicia seu artigo sobre “Ambientalismo e desenvolvimento” discutindo como a noção de “desenvolvimento” ocorre como uma forma de continuidade da ideia de progresso. Para o autor a noção de desenvolvimento sustentável seria uma revalidação do conceito de progresso. Diz-se revalidação na medida em que o autor compreende que o discurso relacionado a esse tema busca assegurar que, com confiança na técnica, há que se alcançar um “futuro melhor”. Isso sem se levar em conta que os hábitos que constituíram o modo de vida atual conduziram a cenários de previsão do esgotamento dos recursos.

A ideia de progresso foi propulsora de um modelo de relação que, em seu nome, devastou grande parte da natureza e, ainda em nome do acúmulo de capital, os governos abriram seus braços para toda e qualquer forma de “desenvolvimento” sem questionar sobre quais seriam seus efeitos.

Para discutir ambientalismo e desenvolvimento é importante contextualizá-los no conceito de modernidade. E há, a partir das sociedades modernas contemporâneas, uma marcada separação entre tempo e espaço. A separação entre tempo e espaço é um fenômeno próprio das sociedades contemporâneas que tem papel central na teoria sobre a modernidade de Anthony Giddens.

O mundo deixa de ser o lugar dos deuses e da espiritualidade e passa a ser o lugar das leis que permitem prever e manipular o cotidiano, tal como pode ser acompanhado na leitura do capítulo 1 deste trabalho. As atividades deixam de ser reguladas pelos ciclos naturais e passam a ser reguladas pelos ciclos do trabalho.

Na introdução de “As consequências da modernidade”, Giddens diz que modernidade se refere a “(...) a estilo, costume de vida ou organização social que

emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (1991, p. 08).

Tendo sido abordado o conceito de modernidade, é importante trazer para esta discussão alguns conceitos propostos por Giddens e que nos permitem identificar os chamados mecanismos de desencaixe, para que se possa fazer uma aproximação com algumas questões observadas no trabalho de campo. A ideia de desencaixe está na desconexão entre o tempo biológico e no tempo de trabalho e nos desencontros entre o tempo do relógio e o tempo biológico – que por vezes predomina nas ações do homem. “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (GIDDENS, 1991, p. 24).

Partimos do princípio de que a sociedade tende a olhar o tempo todo para os acontecimentos, visando pesar seu risco. Não mais se deixa levar por noções como a de destino, por exemplo, o que inflige a todos uma sensação constante de alerta, alimentando a necessidade de estar preparado para o iminente perigo. É preciso, portanto, estar preparado para lidar com ameaças como a da escassez. Daí depositar confiança nos sistemas peritos.

Sistemas peritos são ambientes materiais ou sociais onde há grande ênfase na técnica e na excelência profissional. Corresponde a um ajuntamento de pequenas racionalidades em um espaço, uma convergência de racionalidades. Ou, nas palavras de Giddens “(...) sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje.” (Idem, 1991, p.). É um suporte à tomada de decisões, quando alguém se sente leigo para lidar com determinado assunto. Consultorias ambientais, advogados, ou arquitetos podem ser exemplos de sistemas peritos colocados em prática. Portanto, o conhecimento destes peritos influencia diretamente no cotidiano das pessoas. A confiança nesses sistemas sustenta a vida dos indivíduos, perpassando-a de inúmeras formas. Está presente na confiança na tecnologia de sonar que permite que uma embarcação navegue à noite, ou na decisão sobre como melhor conservar o ambiente marinho, visando mantê-lo para esse mesmo pescador que utiliza o barco.

Essa confiança não está alicerçada no risco ou na fé pura e simples, mas muito mais no desconhecimento dos mecanismos de muitos desses sistemas. Um pescador não conhece necessariamente a tecnologia do sonar, ou não acumulou os

mesmo conhecimentos que o gestor que elaborou as políticas públicas. Pois dada a vastidão de conhecimentos peritos que permeiam a vida, há que se entregar ao conhecimento de outrem ou abster-se ao embarcar em um navio, utilizar um medicamento, um inseticida ou ainda beber água que vem engarrafada ou que sai dos filtros nas residências. No entanto, ainda assim se confia. Ou ainda segundo Giddens:

A confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico) (1991, P. 36).

Conforme trazem Oliveira e Borges (2008, p. 51), essa discussão não se trata de uma crítica à técnica, pois ela constitui uma parte importante de nosso modo de vida, mas ao esquecimento de seu sentido, "à negação de sua finalidade" ou mesmo a uma perspectiva que a reduz à busca pelo domínio da natureza.

No contexto das representações sociais acerca da natureza está a noção de esgotamento fundamentada no primeiro capítulo deste trabalho a partir de Jonas. As preocupações relativas à conservação da natureza que constituem o ideal das unidades de conservação, por exemplo, estão fundadas na idéia de esgotamento dos recursos e não em uma preocupação genuína com as espécies com as quais o homem coabita. Esse debate passa pelo conceito de "heurística do temor", a partir do qual se acredita que a transformação de hábitos necessária para evitar o esgotamento dos recursos, só se daria a partir da instauração de um clima de temor pelo futuro. Hans Jonas em "O princípio Responsabilidade" (1979, p. 251) propõe como regra que na dúvida, o ideal seja sempre ouvir o pior prognóstico, na expectativa de que este possa tirar da inércia os que apenas assistem a uma situação grave se instaurar.

No entanto, retornando a Ribeiro, pode-se notar que as posturas que visam exclusivamente prevenir o esgotamento entendem a natureza como um patrimônio a serviço exclusivamente do homem, e não como um todo interdependente. Ou seja, a abordagem chamada de utilitarista, de onde se entende que só haverá uma preocupação com o destino da natureza no sentido de assegurar uma fonte de recursos. "O Ambientalismo há muito é relacionado aos 'modos alternativos de desenvolvimento', mas há pouco se transformou em interlocutor dos principais segmentos do campo desenvolvimentista" (RIBEIRO, p, 25).

O autor introduz esse argumento para em seguida discutir a forma como o ambientalismo foi se moldando aos interesses do capitalismo e sendo incorporado ao debate comum, sendo naturalizado como algo contrário ao caráter do desenvolvimento, quando na verdade trazia em seu bojo o consumo em detrimento da conservação.

A perspectiva do desenvolvimento sustentável foi o resultado de uma construção ideológica que primou por manter o ritmo do desenvolvimento sobre os moldes globalizantes, dissociada de padrões que não os ocidentais. Trouxe consigo uma possibilidade de manutenção dos objetivos da globalização na medida em que Empresas, Estados e a grande mídia adequaram-se facilmente a esse argumento, ao discurso “verde”, já que incorporá-lo não implicava em abandonar práticas já consolidadas.

O autor aponta ainda a forma contraditória como a proposta de desenvolvimento auto-sustentado se consolidou, na medida em que ao propor um tipo de desenvolvimento “mediado”, reforça o modelo de sociedade que, para crescer, demanda o uso dos recursos naturais à exaustão.

Em sua conclusão chama atenção para o fato de que essa proposta, ao reafirmar o modelo atual de desenvolvimento, de forma alguma conduz a uma crítica ao estilo de vida da sociedade atual, nem tampouco pressupõe a participação coletiva, essencial à busca por novas formas de se relacionar com o meio ambiente natural.

2.2 PODER, CONFLITO E CULTURA:

Esse tópico permite oferecer suporte à contextualização da localidade estudada considerando as relações entre conflito, poder e cultura. Considera-se assim, debater a noção de escassez como um pressuposto para abordar os temas referidos, já que as representações de natureza passam por essa temática.

Marshall Sahlins trata da obsessão com relação à escassez que predomina no mercado. A ideia de sustentabilidade ao fundar-se sobre a escassez, no fundo alimenta uma necessidade de crescente aumento da produção visando suprir o fim iminente dos recursos. Reforça com isso, uma conduta de estocar recursos para evitar este fato e com isso, ancora-se mais na ideia de que é necessário consumir

recursos sob o pretexto de poupar a natureza. No ocidente vive-se constante mente sob o regime da falta.

A desgraça é que nesse jogo de livre escolha do consumidor, toda aquisição é simultaneamente uma privação, pois toda compra de alguma coisa é a falta de alguma outra, em geral marginal, muito menos desejável e em alguns detalhes mais desejável (SAHLINS, 1978, p. 03).

Sahlins para exemplificar a noção de escassez, frente ao modelo de vista ocidental capitalista, discorre sobre a rotina e os hábitos de certas populações (como os bosquímanos e nativos australianos) com populações coletoras e do erro incorrido por muitos exploradores ao explicarem como decorrentes da escassez. Situa-os na verdade como parte de suas escolhas, atentando para que durante a pesquisa se tenda a olhar com base em suas próprias representações sociais. Forma-se assim uma visão etnocêntrica acerca de outras formas de organização social que não priorizam o trabalho e a produtividade.

O autor supracitado dá uma dimensão da distância entre essa visão e o modo de vida de populações nômades. Para ele discutir o modo de vida dessas sociedades “(...) sob o ponto de vista do ‘homem econômico’ tentando avaliar possíveis desejos reprimidos é utilizar um parâmetro que para eles sequer existe” (*Idem*, 1978, p. 03).

O autor também discute sobre como as pressões materiais do mundo capitalista contribuem para que essa comunidade mude sua visão sobre o que é suficiente para sua subsistência, aspecto que se relaciona com as comunidades com o perfil abordado neste estudo. Isso se observa, uma vez que os modos de subsistência vão sofrendo pressões deste mundo capitalista na forma de atendimento às demandas de mercado e até pressões ocasionadas pela tecnologia associada à competitividade – como poderá ser observado no tópico “Trabalho e pesca.”

Considerando ainda as relações de poder e os conflitos vivenciados por comunidades tradicionais, há de se observar os diferentes sistemas de valores que se cruzam em espaços que além de abrigar comunidades tradicionais, comportam unidades de conservação da natureza. Constituem-se em áreas com essas peculiaridades, diferentes campos onde se desdobram as relações sociais e que por sua vez, influenciam também as relações com a natureza. Os chamados campos

sociais, propostos pelo sociólogo Pierre Bourdieu são “espaços” de relações sociais com regras próprias, ocupados por agentes que disputam algum reconhecimento dentro de um tema específico. São universos sociais diferentes e que por muitas vezes sequer se comunicam. Neste trabalho é possível classificá-los na dicotomia comunidade-unidade de conservação, onde ambos possuem diferentes sistemas de regras e valores atribuídos ao ambiente marinho.

Dentre esses dois campos, desdobram-se dois sistemas de valores diferentes. Um que diz respeito ao conhecimento do mar e da natureza como espaço de vida, e outro que diz respeito ao controle de um sistema de regras que permite regular as relações do homem com a natureza, visando sua conservação. No contexto de Bourdieu, esses dois universos são representativos do capital social de cada grupo. Embora ambos tenham a natureza em posição muito significativa em seus sistemas de valores a forma como as relações se dá é divergente.

Para uma comunidade tradicional, o conhecimento da natureza, majoritariamente associado ao mundo marinho, se adquire nas famílias, ouvindo histórias dos pais, tios e avós, passa por uma relação com o mundo espiritual e se apóia no conhecimento transmitido a cada geração. Para o grupo que opera o sistema de conservação da natureza, o conhecimento passa por organização de um sistema de regras fundado no conhecimento científico e na obediência ao sistema legislativo. Constituem assim dois diferentes campos, com conhecimento e formas de compreender o mesmo espaço, mas que não são necessariamente compatíveis.

Tudo isso, essas formas de se ver o mundo e de se sustentar essas visões tem valor intrínseco, é um capital, diz respeito a recursos raros repartidos desigualmente, sendo que um tem mais do que outros. E por causa dessa raridade constitui-se em proveitos.

Bourdieu exemplifica com o exemplo do sotaque na língua francesa e de como ele se constitui um elemento de diferenciação. Comenta que se todos falassem francês igualmente não haveria mérito ali. A existência do capital cultural pressupõe pré-saberes. O fato de haver pré-saberes favorece certos grupos em encontrar as melhores formas de existir dentro de seu grupo. Como um código de conduta que favorece os indivíduos ao lidarem nas situações cotidianas. Todos sabem como lidar, como um código interno.

A reprodução de desigualdades se dá através da transmissão do capital cultural. As desigualdades tendem a perpetuar automaticamente. Associa-se a

noção de desigualdade a um fator de sobrevivência de determinados grupos. Sutilmente permite entender que para sempre estar bom para determinados grupos, é preciso estar ruim para outros, ou, se não é preciso que esteja ruim, ao menos não importa.

Ocorrem também, de acordo com o autor, a violência e a dominação simbólica, conceitos que podem ser associados às relações aqui representadas. A dominação simbólica funciona na medida em que o dominado não tem plena consciência de estar sofrendo a dominação. É por isso, cúmplice em parte da dominação que sofre.

A violência simbólica pode ser observada na relação entre as coisas cujo princípio é uma dominação de tipo muito particular, não baseada, na violência física. Pressupõe que as pessoas têm princípios de percepção que são produto da relação de dominação de forma que as pessoas concordam, de certo modo com ela. Isso se evidencia por meio das relações de poder que ocorrem na sociedade. Pode ser identificado por meio das relações de poder e pela forma como as classes dominantes impõem e legitimam seus modos de vida, tornando-os o padrão de comportamento vigente. Se expressa na imposição legítima e dissimulada com a interiorização da cultura dominante reproduzindo as relações do mundo do trabalho.

O oprimido considera que sua situação é natural e inevitável, o que nos leva à banalização da questão ambiental ou dos riscos impostos às populações em situação de vulnerabilidade. Considerando o contexto do debate ambiental, entende-se como violência simbólica a imposição de um modo de relação com a natureza em que se reproduzem as desigualdades. Ao determinar um espaço de convívio entre o homem e o mar, há uma imposição do modo de vida dominante, a partir do qual se decidiu deliberadamente acerca do espaço de vida de um grupo.

Há, em localidades como a apresentada neste estudo, uma intensa relação entre seus sistemas culturais e a natureza, a qual não está refletida nas políticas públicas ambientais. E nisso corrobora o trabalho de Antônio Carlos Diegues ao chamar atenção para a criação de áreas conservação da natureza que não consideram o homem como espécie do ecossistema – os “parques sem povos”.

Parte-se com isso, do princípio de que a visão dominante, na qual o ideal de preservação que dissocia homem e natureza asseguraria que ocorresse uma adequada manutenção dos ecossistemas. Na visão de Heidegger, a partir da qual o homem deve se posicionar como o “pastor do ser”, se tem a espécie humana como

guardiã das outras espécies. No entanto, se o ideal de preservação não leva em conta os sistemas de conhecimento acumulados por comunidades tradicionais que permitem essa salvaguarda, o ideal de preservação está se consolidando em uma condição de dissociação. Dessa forma, reforça-se o homem como diferente da natureza e não como parte dela, como defende Heidegger e também Jonas.

Diegues permite outra aproximação, mas com Bourdieu, ao demonstrar a sobreposição da cultura de massa ante os saberes dos povos tradicionais. O debate acerca da violência simbólica abre espaço para verificar o quanto da gestão de Unidades de Conservação é permeado pelo ideal de um grupo dominante em detrimento dos povos que fazem uso do território e que por sua vez, possuem formas particulares de gerir. Outro ponto diz respeito ao modo como sociedades tradicionais acabam por sucumbir a esse sistema dominante, ainda sob a perspectiva da violência simbólica demonstrando não aperceber-se da dominação a qual está submetida, como no processo de comercialização do pescado por exemplo.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Embora a questão das unidades de conservação não tenha sido a de maior recorrência nas falas dos sujeitos da pesquisa durante o trabalho de campo, não é possível desconsiderar sua presença no perímetro que compreendeu o estudo – conforme será visto de forma mais detalhada adiante, no capítulo 3.

Por isso, o trabalho de Diegues (2011) se torna uma referência fundamental para dissertação, uma vez que aborda questões importantes para se olhar áreas com a particularidade de acolher uma unidade de conservação. Isso se justifica em função de aspectos históricos e ideológicos que influenciam o surgimento e manutenção dos modelos de UCs aplicados no Brasil, ou ainda as noções de população caiçara, e, portanto “tradicional”. A obra de Diegues está estruturada sob o conceito de sociobiodiversidade por meio do qual o autor defende uma vertente de discussão que evite a dissociação do homem como parte integrante da natureza. Na medida em que se posiciona o homem como parte integrante, não se abre espaço para a centralização.

O surgimento das unidades de conservação é recorrentemente associado à criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos em 1872, embora

existam iniciativas anteriores, como se verá a seguir. Outras unidades criadas posteriormente foram parques nacionais no Canadá (1885), na Nova Zelândia (1894), na África do Sul e na Austrália (1898), conforme aponta o autor (IBIDEM, 2001, p. 59).⁷

A ideia de parques sem povos, sem comunidades, vem desse período. O modelo de áreas destinadas à preservação ambiental instituído nos EUA pressupôs que para que se pudesse garantir a manutenção de seus fins era necessário retirar todas as populações humanas de seu perímetro.

Os propósitos da conservação eram muito associados à ideia de domesticação das espécies, tida como um alto valor do ponto de vista das realizações humanas a serviço da civilização. A própria forma como homem se entendia enquanto espécie é ilustrativa de sua realização com as demais, haja vista que nem todos os homens eram tidos como humanos e sim como animais.

O surgimento de Parques como Yellowstone está associado às questões ideológicas que se dividem entre as concepções conservacionistas e preservacionistas. O surgimento dessa unidade de conservação e os ideais que a consolidaram são importantes referências, pois influenciaram o surgimento de outras áreas com o mesmo objetivo em todo o mundo, inclusive no Brasil.

A criação das primeiras unidades de conservação nos Estados Unidos está associada às ideias de criação de áreas naturais, influenciadas por Henry Thoreau e George Marsh (DIEGUES, 2000, p. 26). Essas áreas têm como característica a ideia de parque como área selvagem e desabitada de vida humana. Ou seja, o conservacionismo dos parques nacionais norte-americanos ainda está conectado com o imaginário fantástico do paraíso terrestre próprio dos colonizadores. Esse modelo, mais tarde influenciou também a criação de unidades de conservação no Brasil, sendo marca das políticas públicas adotadas.

Diegues aponta ainda outro fator que se associa aos ideais de preservação – a idealização dos espaços de mar e praias à noção de paraíso perdido – uma natureza da qual o homem não faz parte. Essa visão contribui para que os ideais de conservação ambiental estejam mais uma vez “externalizando” as sociedades

⁷ Autores como DIEGUES (2000, p.14) e LARRÈRE, LARRÈRE (2000, p.222) fazem menção a outras iniciativas com os objetivos semelhantes na Europa no século XVIII com a existência de reservas de caça, parques e espécies de zoológicos. BRITO (2000, p. 20) menciona a criação de um parque para ursos e leões em 1800 a.C. pelo Rei da Pérsia, uma reserva natural criada pelo imperador Açoka na Índia no século III a.C., e a decretação de uma área de proteção total na floresta de Bialo Wiesa na Polônia, em 1423.

humanas em relação à natureza. Segundo ele os ideais dos viajantes pitorescos se adequavam perfeitamente a esses espaços e à busca pelo paraíso perdido. “Nessa procura, as ilhas marítimas e oceânicas desempenharam papel essencial nessa representação do mundo selvagem” (DIEGUES, 1996, p. 15).

Laura de Mello e Souza revisando o imaginário de viajantes como Hans Staden, Jean de Lery e outros com seus relatos, também traz essas referências ao identificar a América como o último continente a ser descoberto, e com isso cenário que concentrava todas as expectativas de descobertas pitorescas não concretizadas até então. “Nesta perspectiva parece lícito pensar que, conhecido o Índico e passado a desmistificar seu universo fantástico, o Atlântico passará a ocupar o papel análogo no imaginário europeu quatrocentista” (SOUZA, 1986, p. 26).

A associação das unidades de conservação com a ideia de locais paradisíacos está enraizada também nesses ideais, e com isso as expectativas dos viajantes de hoje e as ideologias que influenciam as decisões no sentido da conservação também.

No Brasil, as unidades de conservação começaram a ser instituídas no ano de 1937 com a criação do Parque Nacional do Itatiaia no município de Itatiaia, Rio de Janeiro. Iniciativa da qual se seguiu a criação dos Parques Nacionais da Serra dos Órgãos e Foz do Iguaçu. Esse fato marca o período de instituição das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente no Brasil. A instituição dessa política é acompanhada pelo desenvolvimento do movimento ambiental no Brasil por três fases: a fase ambientalista (1974-1981), o ecologismo em transição (1982-1985) e a opção eco política em 1986 (VIOLA, 1987, p. 06). Respectivamente esses períodos dizem respeito à existência paralela de dois movimentos auto-identificados como apolíticos: os de denúncia da degradação ambiental ocorridos nas cidades e o surgimento das comunidades alternativas rurais. A segunda fase, identificada como de transição, é marcada pela confluência parcial e politização progressiva dos dois movimentos verificados na primeira fase, tendo como consequência sua expansão em termos quantitativos e qualitativos. A terceira fase, caracterizada como de opção ecopolítica e tem início em 1986, quando a grande maioria do movimento ecológico passa a identificar-se como político e decide participar ativamente no aspecto político.

Atualmente existem 12 categorias diferentes de unidades de conservação entre elas, a de proteção integral e a de uso sustentável. O chamado SNUC –

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – instituído pela lei 9985 de 2000 define unidade de conservação. Dentre essas categorias existem duas unidades em que não se é permitido o trânsito de visitantes, a Estação Ecológica e a Reserva Biológica. Dentre essas UCs está a Estação Ecológica⁸ de Tamoios, que se relaciona diretamente com o grupo envolvido nesta pesquisa.

Outro ponto relevante diz respeito ao fato de que para a criação de uma ESEC não é obrigatória a realização de audiência pública. E no caso de Tamoios, uma audiência favoreceria a escolha de uma modalidade de conservação compatível com a realidade do local, evitando posteriores conflitos com a comunidade.

A questão que se impõe mais fortemente nesse contexto acompanha a perspectiva da obra de Diegues e diz respeito à forma como essas unidades de conservação são constituídas. Pois, como pode ser observada na figura 2 deste trabalho, a escolha deste modelo de UC representa forte incompatibilidade com a presença de um núcleo de povoamento, tendo em vista suas necessidades de deslocamento por mar.

Antônio Carlos Diegues, em sua obra chama atenção para o fato de que não se pode desvincular cultura de unidade de conservação. Ou seja, para o autor, a presença de populações tradicionais no perímetro de unidades de conservação, teria o potencial de, por meio de suas práticas e modos de vida, auxiliar o processo de conservação da natureza. No entanto, o que se verifica é um modelo de gestão no qual ocorre a desvinculação ou redução do potencial de circulação desses grupos no espaço em que se constituíram identitariamente.

Veremos que os recursos e os fins pertinentes à rotina de pesca dos caiçaras de Tarituba foram naturalmente se modificando. Os recursos abundantes passaram a ser escassos e os fins continuam destinados a suprir as demandas de consumo das famílias da localidade, mas também das muitas que se somam em decorrência do crescimento populacional. Como em outras localidades, a cultura tradicional passou a estar em crescente articulação com o modo de produção capitalista, trazendo uma nova condição de vida. Para Diegues, a maior ou menor dependência do capitalismo “(...) tem levado à maior ou menor desorganização das formas pelas

⁸De acordo com a lei 9.985, capítulo IV § 4o “Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2o⁸ deste artigo.”

quais o pequeno produtor trata o mundo natural e seus recursos” (DIEGUES, 2000, p. 66).

No entanto, esta pesquisa ressalta o interesse político e a mobilização em torno das tradições como peculiaridades. As tradições que muitos anseiam por ver resistir estão diretamente comprometidas com esses traços da economia da pesca. Os costumes vão se dissolvendo por conta de processos globais e junto com eles não só seu aspecto prático, mas a forma de pensar e de se relacionar com a natureza. Tudo isso diz respeito a um conjunto de valores e tradições que não se restringe, por exemplo, ao conhecimento de espécies e seu comportamento, entrando na esfera do relacionamento com os seres que compõem a natureza.

De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) a escolha da modalidade Estação Ecológica como concebida para a localidade revela-se restritiva e, portanto, incompatível com o cotidiano da comunidade de Tarituba para a rotina da pesca e outros deslocamentos por mar, que são práticas comuns ali. Sendo assim, a ESEC caracteriza-se como um dos tipos de unidade de conservação de uso mais restritivo e, portanto, com significativa incompatibilidade frente à presença de comunidades tradicionais.

2.4 CONTEXTUALIZANDO O TEMA COMUNIDADES TRADICIONAIS

Diegues argumenta que as populações tradicionais ocupam um lugar central na conservação do meio ambiente. Como visto anteriormente no histórico das unidades de conservação, o homem não se dissocia de meio ambiente até mesmo como espécie da qual faz parte e, como todas as demais, lança mão do meio ambiente como recurso e espaço de vida adaptando-o para sua sobrevivência. E na forma como essas populações fazem uso dos territórios está implícito seu modo de conservação.

Para descrever o papel dessas populações na conservação é importante caracterizá-las, situando-as adequadamente em suas práticas e contextos – o que pode ser feito com o auxílio das diferentes abordagens apresentadas anteriormente. Mais ainda, de acordo com Diegues (2001, p.75) há uma ambiguidade na utilização dos termos que as caracterizam, sendo eles: *população tradicional*, *sociedade tradicional*, *cultura tradicional* e *população tradicional*. Já que são esses mais

comumente empregados para designá-las, a abordagem deste tópico seguirá apresentando o conceito de comunidades tradicionais.

As culturas tradicionais estão apresentadas por Diegues (2000, p.48) como pertinentes a grupos que estão inseridos em um contexto social mais amplo e que se diferenciam por conta de desenvolverem-se dentro do “modo de produção da pequena produção mercantil⁹”. Distinguem-se do modo de produção capitalista que tem a natureza, assim como a força de trabalho, constituída em objeto de compra e venda. Essas culturas tradicionais, portanto, têm como fim último a reprodução da solidariedade familiar tradicional em detrimento da acumulação pura e simples de bens e lucro.

Outro aspecto que diz respeito à caracterização das comunidades tradicionais está relacionado à noção de território. Há na própria representação de território uma noção própria na qual existem descontinuidades que não são aparentes para o olhar das sociedades urbanas industriais. Os usos e suas épocas variam. Assim, existem até “utilidades” diferentes para tais espaços, haja vista que não são frequentados e utilizados segundo a lógica do trabalho – horas e dias subsequentes. Uma área de pesca em uma temporada não o é em outra – não continuidade. Ou, uma área serve para abrigo e não necessariamente para pesca, ou é caminho para outra área.

Outra característica das comunidades tradicionais diz respeito ao sistema de manejo dos recursos naturais, sua utilização e relação com os ciclos naturais.

Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 2000, p. 50).

É, portanto, esse manejo norteado por outros valores além dos que dizem respeito à exploração econômica dos recursos naturais, pois estão ligados a um complexo sistema simbólico caracterizado pelo conhecimento das tradições transmitidas a cada geração. O espaço de onde extrai o sustento também é onde se sustentam as relações sociais e o *locus* do imaginário. Esse imaginário cumpre até mesmo a função de controle dos excessos atuando na conservação na medida em

⁹ “(...) caracterizado pela justaposição de pequenos produtores independentes que utilizam sua força de trabalho e detêm objetos, meios e produtos deste trabalho” (BOUDON, 1995, P. 120).

que muitos desses mitos funcionam como um freio para qualquer “afronta” à natureza (Idem, p. 51).

A partilha é um dos aspectos que ajuda a perceber os vínculos entre a comunidade e a cultura tradicional em detrimento de uma completa associação ao contexto da pesca empresarial capitalista. Um exemplo dessa prática pode ser observado no tópico “Trabalho (pesca), economia / subsistência”, neste trabalho, em que os relatos de campo dão conta de hábitos como a doação do excedente.

Verifica-se com isso que os aspectos relacionados por Diegues para representar o conceito de comunidades tradicionais (Ibidem, p. 52) podem ser reproduzidos no objeto deste estudo. Pois a caracterização de comunidades tradicionais diz respeito a uma relação de dependência e até simbiose com a natureza, com profundo conhecimento de seus ciclos, os quais são utilizados como estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Tal relação desenrola-se em um espaço ocupado por várias gerações que se reproduzem econômica e socialmente dando significativa importância às relações de parentesco, mitos e simbologia e com forte autoidentificação como pertencente a uma cultura distinta.

3 ESTUDO DE CASO:

Para dar início ao relato dos dados colhidos em campo, segue uma breve contextualização histórica sobre a fixação do grupo na localidade, as razões que os trouxeram e mantiveram ali e o modo como constituem práticas e laços que os unem enquanto comunidade. Dar-se-á uma dimensão de longo prazo ao grupo, trazendo uma caracterização fundada não apenas no tempo presente, mas no processo histórico indispensável para que se discuta aspectos da atualidade.

Outro ponto importante para esta discussão, diz respeito à identidade, ou seja, quem são os sujeitos desta pesquisa e forma como se reconhecem e aos demais. Com isso, as identidades, suas diferenças e semelhanças, permitem saber mais sobre a forma como se relacionam e se identificam – ou não – com o contexto estudado. Aspectos de suas relações com o universo do trabalho, relações, uso do espaço, formas de manifestar, entre outros, serão apresentados a seguir buscando oferecer subsídios à questão central do trabalho.

Os Caiçaras de Tarituba servirão de estudo de caso para explorar as seguintes perguntas: quais sentidos orientam a ligação dos grupos humanos com a natureza? Ou ainda identificar ligações afetivas que conectam os grupos humanos ao mundo natural. Temos por hipótese que as restrições de um grupo caiçara ao relacionamento com o mar não são incômodas unicamente em função das limitações econômicas impostas pela Estação Ecológica. Para demonstrá-la, o estudo de caso pretende buscar elementos que revelem a identificação entre um grupo caiçara e a natureza.

Para registrar o discurso dos moradores da localidade de Tarituba sobre a natureza propõe-se descrever uma relação entre produção simbólica, na fala dos sujeitos da pesquisa e nas letras de canções de ciranda, com a temática da natureza. Como contraponto a esses discursos serão acrescentados registros fotográficos oriundos de um projeto de oficinas de fotografia realizado na localidade e que se transformou em uma exposição. A proposta é avaliar convergências e divergências com o discurso.

A fala dos sujeitos será registrada com base em uma vivência de viés antropológico, a partir da qual se buscará uma aproximação junto ao grupo com vistas a perceber seu cotidiano da forma mais espontânea possível. Outro elemento que irá se juntar a essa análise diz respeito à ciranda, que será mais bem descrita

na caracterização da localidade no tópico 3.2. De forma geral, entende-se que a ciranda, por representar o universo do pescador em suas letras, tem potencial para fornecer indícios de uma visão de natureza – sobretudo anterior à criação da unidade de conservação na localidade – na medida em que traz a natureza como tema com frequência. Essa modalidade tem forte representatividade no que diz respeito à identidade local e é tema recorrente nas poucas publicações existentes. Vale observar, inclusive, essa representação como linguagem poética, tal qual propõe Heidegger, cabendo-lhe, portanto, uma análise segundo a perspectiva do autor. Por último, como recurso visual para uma contraposição aos discursos e letras de ciranda, a pesquisa propõe lançar mão de um registro fotográfico realizado pelos moradores em uma oficina de fotografia que culminou em uma exposição¹⁰ e que traz recorrentemente a temática natureza associada a outros elementos de seu cotidiano como trabalho, religiosidade, culinária etc.

3.1 A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO CAMPO

O amor pela natureza era o do montanhista ou do marinheiro, que não falam muito sobre o mar ou as montanhas, mas que adoecem e definham se delas são afastados (MURRAY apud FOLTZ p. 2000, p.60).

Na citação acima encontrei a resposta para o que mais me inquietou no trabalho de campo: por que era tão difícil fazer com que esses homens e mulheres falassem sobre como se sentiam em relação à natureza? Era isso. A natureza era trabalho, era política, espaço, dinheiro, sociabilidade, religião; mas era antes de tudo afeto e morada. Ao reconhecer esse encontro do taritubense com o mar, pude ver que, o que há de mais genuíno na relação do homem com a natureza permanece em seu íntimo. Sinto-me também mais segura para reconhecer que ao reclamar um modo de vida mais genuíno para habitar a Terra, Heidegger não nos propõe uma utopia, e sim, revela o que há de mais íntimo na natureza humana. Antônio Carlos Diegues em uma participação no “Seminário Gerenciamento Costeiro UNESP -

¹⁰ Trata-se do projeto intitulado “Olhares do Fluminense” realizado pela unidade Barra Mansa, RJ do SESC – Serviço Social do Comércio que consistiu em três etapas: 1) realização de exposição dialogada de técnicas básicas de fotografia, 2) saída em campo para registrar o local onde a comunidade vive sob seu olhar, 3) realização de uma exposição itinerante que teve início em Tarituba e circulou por outros municípios de abrangência da referida unidade.

Gestão da Biodiversidade” diz algo para se pensar sobre o trabalho de campo: “O que a gente vê, muitas vezes depende da disciplina que a gente fez”.

A interação com o grupo experienciada na vivência em campo caracterizou um processo que se enquadra com facilidade na observação participante¹¹. A metodologia, que diz respeito à investigação social, traduz-se no esforço feito pelo pesquisador em inserir-se no convívio dos sujeitos da pesquisa, aproximando-se ao máximo de sua rotina. Busca realizar o levantamento de informações necessárias à pesquisa a partir do convívio e da busca por experienciar a dinâmica da vida cotidiana do grupo em questão.

Valladares (2007, p. 153 -154) discute alguns pontos importantes para a realização de um trabalho de campo segundo essa perspectiva, chamando atenção para a complexidade da coleta de dados. Resumidamente, verifica-se que, ainda que haja a busca por uma interação mais espontânea. A observação participante implica em reconhecer as limitações de tempo, familiarização, pré-disposição para ouvir e assumir uma rotina, busca por mediadores e compreensão de sua diferenciação em relação ao grupo.

Em comum com os pontos relacionados pela autora supracitada e a realidade no campo, pude observar a necessidade de tempo para vencer a fase exploratória; o desconhecimento de alguns aspectos da hierarquia social local; a dificuldade por ainda se reconhecer como diferente; apreender a realidade dos sujeitos com a maior proximidade possível. Notei também a importância dos mediadores e o valor de informações obtidas na observação ou em conversas informais, ou ainda em lidar com as expectativas e desconfianças do grupo frente à minha rotina.

Percebe-se assim que as características da observação participante podem ser associadas a este estudo. Destaca-se ainda que o processo de coleta de dados contemplou um período de fixação na comunidade, com o aluguel de um imóvel e a busca pela participação em algumas atividades locais, assim como pela integração no convívio.

É fato que não é dado ao pesquisador o *status* de habitante local, mas ao estreitar o convívio, há uma maior participação na rotina da comunidade, favorecendo a observação de significados e experiências subjetivas, sobretudo quando se trata de abordar as representações de natureza.

¹¹ Metodologia reconhecidamente empregada na antropologia por Bronislaw Malinowski.

Por fim, a análise do discurso orientou a revisão das informações colhidas em campo por conta de seu potencial auxiliar à observação das construções ideológicas presentes na fala dos sujeitos. Entende-se que o discurso enquanto construção social pode revelar uma visão de mundo, vinculando os atores à sociedade em que vivem e com isso ao pensamento ambiental da atualidade.

Eles ganham significado, exclusivamente, por via do contexto social em que estão colocados e no qual desempenham determinada função. Representações simbólicas adquirem relevância, justamente, em virtude de sua potencial “vacuidade” e “versatilidade” enquanto significantes (SCHNEIDER, 2004, p. 121).

O discurso e o aspecto simbólico são complementares, e para o conjunto de ideias sobre a relação dos sujeitos com a natureza, existe uma série de aspectos subjetivos que podem ser encobertos em um discurso formal. Assim, durante a pesquisa, essa metodologia propõe conectar os dados no contexto em que ocorrem para que se possa relacioná-los aos aspectos teóricos que dão suporte ao trabalho como um todo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO: A COMUNIDADE E O ESPAÇO DE TARITUBA

A localidade denominada Tarituba (figura 01) é um distrito do município de Paraty¹² na região conhecida como Costa Verde do estado do Rio de Janeiro, situado às margens da rodovia Rio-Santos entre Angra e Paraty, no Km 152 da BR 101. Sua área urbana divide-se entre o entorno da enseada que fica abaixo da Rio-Santos e a parte superior à estrada, onde originalmente se desenvolviam atividades agrícolas e para onde se expande desde a década de 1990 o povoamento (OLIVEIRA, 2004, p. 09).

Para dar início à descrição da localidade, cumpre informar que existe pouca variedade de fontes bibliográficas e que o registro do IBGE refere-se de forma genérica somente ao município sede do qual a localidade faz parte. Em primeira instância foi realizada uma busca na biblioteca municipal de Paraty/RJ, onde poucas informações foram obtidas. Partiu-se então para trabalhos que pesquisadores desenvolveram na região. De acordo com uma dessas pesquisas “É pela história

¹² Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.056, de 31-12-1943, o distrito de Humaitá passou a denominar-se Tarituba. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Paraty, Paraty-Mirim e Tarituba (ex-Humaitá). (IBGE, 2014)

oral que se fundamentam, portanto, as informações da população paratiense a respeito do surgimento do povoamento em Tarituba” (OLIVEIRA, 2004, p. 09). Mesmo a história de Paraty, município sede com grande visibilidade, constituiu muito de suas memórias a partir dos relatos orais, conforme relata Costa (2000, p. 09).



Figura 1—A vila de Tarituba
Fonte: Arquivo Daniele Barbosa, novembro de 2013.

Os antecedentes à formação desse núcleo populacional remontam ao século XVI com referência a presença no litoral de Parati, na serra do Mar e Ilha Grande, pelos Guaianá e na região de Angra dos Reis – que faz divisa com Paraty – é associada à presença dos Tupinambás, que por sua vez deram origem aos Tamoios (LIMA, 1974, p. 262). A área que se liga com ao interior de São Paulo e Minas Gerais é tida também como de intensa atividade de contrabando de ouro, assim como de tráfico de escravos. É atribuída ao período do Ciclo do Ouro a vinda dos colonizadores da região do povoado. Segundo Silva (2007, p. 14) os irmãos Tertuliano, Carlos, Bento e Anacleto Marins de Bulhões teriam dado origem a grupos familiares facilmente identificáveis na atualidade. A autora atribui a eles a constituição da Fazenda Tarituba, tendo cada um se estabelecido em uma residência, usando mão-de-obra escrava para subsistência.

Ainda de acordo com Oliveira (2004, p. 14) a história do povoamento da localidade está marcada por disputas territoriais no período de fixação no território no início do século XX quando havia maior atividade agrícola. No decorrer dos relatos vão surgindo menções à pesca.

Decorrentes da herança indígena, os nomes que foram sendo atribuídos às localidades próximas vão denotando a ligação entre o lugar onde se constroem as

vidas, as identidades e a natureza: Paraty, Mambucaba, Perequê e Tarituba, que significa 'lugar de muitas conchas' (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

De acordo com Campos, os moradores de Tarituba construíram, durante sua trajetória no tempo e no espaço, uma identidade de "gente do mar". A pesca, dentre as demais atividades produtivas da vila, seria a mais importante, "definidora da sua identidade social, bem como de suas diferenciações e articulações, já que demarca certos graus de hierarquia e subordinação tanto na água, espaço específico da produção, quanto na terra, onde se efetiva a apropriação desigual do produto". Além da pesca, que, como já foi dito, ocupa uma posição destacada na vila, há a prática de outras atividades como o turismo, a agricultura, o pequeno comércio que, no entanto, aparecem todos como complementares à pesca (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

A localidade abriga a Estação Ecológica¹³ de Tamoios (ESEC Tamoios), uma unidade de conservação criada em 1990 (Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990) e tem o objetivo de proteção integral para a realização de pesquisa e monitoramento dos ambientes marinhos e das ilhas da Baía da Ilha Grande. Localizada nessa baía, entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty, sua área contempla 29 ilhas, lajes e rochedos e respectivos entornos marinhos com raio de 1km, o que representa 4% da Baía da Ilha Grande. É constituída por 29 pontos geográficos, entre ilhas, ilhotas, lajes e rochedos, apresentando 96,64% de área marinha e 3,36% de área terrestre.

Para manutenção dos objetivos da ESEC Tamoios foram proibidas dentro de seus limites algumas atividades típicas de regiões costeiras e que incluem: o desembarque, mergulho, pesca, fundeamento e construção. Com relação às atividades cotidianas das comunidades próximas à UC. Cabe ressaltar que a área de uma unidade de conservação compreende a zona rural, e sua zona de amortecimento¹⁴ e estas, por sua vez; não podem ser convertidas em zonas urbanas.

Trata-se de uma unidade em que de acordo com seu Plano de Manejo possui 96,64% (8.407,1234ha) de sua área total (8.699,7460ha) constituída de área

¹³ De acordo com a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, por estação ecológica se entende: "áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, a proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista".

¹⁴ Como Zona de Amortecimento (Transição) entende-se o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei nº 9.985, de 18/07/2000).

marinha e somente 3,36% (292,6226 ha) como área terrestre. Conforme pode ser observado nas áreas lilases do mapa representado na figura 02, essa área marinha, corresponde ao entorno de 1km a partir do limite terrestre de cada uma das 29 ilhas, o que resulta na formação de 12 blocos que podem ser constituídos de apenas uma ilha, ou de mais, de acordo com a proximidade entre elas (ICMBIO, 2001).

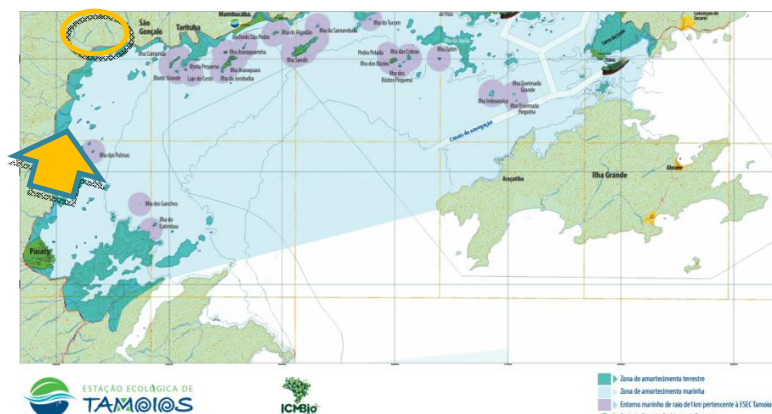


Figura 2 - Mapa da ESEC Tamoios

Fonte: http://www.icmbio.gov.br/esectamoios/images/stories/extras/mapa_esec_tamoios.pdf

Verifica-se nessa região um contraste entre a grande diversidade biológica e o crescente adensamento populacional. Embora a área da UC seja essencialmente marinha, a população de seu entorno mantém uma rotina fortemente associada ao mar. E por estar próxima à localidade Tarituba, a ESEC repercute significativamente sobre a comunidade e suas práticas de subsistência. Com isso, menções sobre restrições à pesca são comuns nas conversas. O trabalho de Silva (2007, p. 39) traz impressões sobre o assunto como está:

A intenção do IBAMA é proibir a pesca nas proximidades das 29 ilhas da baía. Os pescadores teriam que passar a um quilômetro das ilhas. O que os pescadores argumentam é que em muitos locais isso não é possível, pois a região é muito recortada. Muitos ironizam ao dizer que seria necessário colocar “asas” nos barcos para que isso fosse possível.¹⁵

¹⁵ A notícia publicada pelo site do ICMBio de sua posição quanto à navegação: “A equipe da unidade de conservação (UC) demonstrou a necessidade da delimitação da área nas cartas náuticas, de modo a orientar o usuário da baía da Ilha Grande quanto às restrições de uso desta área protegida. A Marinha do Brasil apresentou como proposta a inclusão dos limites gráficos da UC no Roteiro Costa Sul, publicação obrigatória a todos os aquaviários, bem como a edição de notas explicativas nas seis cartas náuticas que abrangem a estação ecológica, remetendo o navegante a consultar o roteiro que trará os detalhes de localização, abrangência e restrições de uso da unidade” (ICMBIO, 2013, p. 2-3).

Embora a limitação seja legal, as comunidades continuam a se ligar intimamente com esse espaço por conta de suas atividades cotidianas e de subsistência, sejam elas ligadas à pesca ou a outros hábitos ligados ao mar. Um processo de readaptação das práticas sociais desse grupo é uma proposta lenta e que possivelmente não poderá alcançar gerações que viveram seus dias de pesca sem restrições.

3.3 SOBRE O RELATO DE CAMPO

Optei por não identificar os entrevistados por seus nomes por conta dos acontecimentos durante o trabalho de campo. Fora a descrição de muitos moradores, em determinado momento, notei que algumas resistências começaram a se criar, e para não perder o contato que já tinha, optei por respeitar a distância imposta. Outro ponto foi a preocupação também manifestada de forma velada na difusão de informações pertinentes à Ciranda, como se houvesse um desconforto por parte de alguns membros da comunidade na divulgação de certas informações. Por conta desse cenário que se desenhou, presumi que seria mais respeitoso, não mencionar os nomes de minhas fontes.

Na medida em que a pesquisa avançou fui refazendo minha compreensão acerca do que seria a “amostra” ideal de minha pesquisa. No projeto, ainda muito influenciada por um olhar cartesiano, que precisava identificar uma fatia precisa da população, defini que entrevistaria vinte e cinco pescadores da ativa e moradores da localidade. No entanto, o contato com o campo foi revelando outros contornos que demonstraram o quanto essa amostra era insuficiente e não representativa de minha pesquisa. Mas, antes de prosseguir é preciso esclarecer o porquê desse número. Primeiro, por conta de meu primeiro contato com a localidade onde, ministrando cursos para pescadores, não tive a participação justamente de meu grupo de interesse. Segundo, por ser esse o número estimado por fontes locais como o de pescadores na ativa.

Prosseguindo, as conversas iniciais em Tarituba me fizeram perceber outras fontes igualmente importantes e representativas. Logo nos primeiros dias ficou nítido que existiam diferentes formas de olhar a localidade e os grupos familiares que predominam ali. Isso me fez pensar também sobre o papel das mulheres nesse

grupo e em sua influência na transmissão de informações e com isso de visões de mundo.

Decidi entrevistar membros de cada família e com mais conversas pude perceber uma nova forma de organizar as informações de campo, pois ficou mais claro que havia uma diferença de narrativa entre as gerações. Isso ocorreu a partir da comparação entre as conversas com os mais idosos (geralmente pessoas com mais de sessenta anos) e os mais jovens. Dentre os primeiros, prevaleceram mais temas associados à natureza, os mais citados foram: mar, trabalho, pesca, espiritualidade, música, ciranda e escrita. Dentre os mais jovens prevaleceram os temas mar, trabalho, pesca, política¹⁶ e economia. Nos tópicos que seguem, essas falas se evidenciam.

Existe um terceiro grupo, que não foi contemplado nesta etapa da pesquisa, pois são pessoas mais jovens e que optaram por se mudar ou que mantém empregos em Paraty e nas imediações e, portanto, não circulam com tanta frequência por ali. O contato com esse grupo se deu durante minha experiência como professora, pois era uma parte significativa da turma. Detalhes dessa experiência serão apresentados mais adiante.

O grupo era composto majoritariamente por pessoas com idades por volta de 15 a 40 anos – com algumas poucas exceções. Essas pessoas manifestavam interesse por temas como gestão pública, oportunidades de trabalho e desenvolvimento econômico. A preocupação com a degradação ambiental do ambiente marinho era um tema recorrente e que invadia as aulas, conduzindo todas as discussões sempre ao mesmo ponto. Mesmo ali, pude observar, embora ainda não fosse claro naquele momento, uma divisão de gerações no que diz respeito à valorização da cultura e do espaço em que vivem.

Estive em Tarituba pela primeira vez em novembro de 2009 com fins de lazer e desse contato surgiu em 2010 a oportunidade para retornar, quando meu anfitrião sinalizou com uma demanda para realizar cursos de capacitação de turismo. Durante nove meses ministrava cursos em diversos temas associados ao Turismo, deslocando-me quinzenalmente para lá. Foi por causa desse período e das longas e produtivas conversas com meus alunos que resolvi ampliar as questões discutidas

¹⁶ É importante informar que minha estada coincidiu com as eleições presidenciais, momento em que naturalmente o tema se torna mais recorrente. No entanto, não ocorreu em nenhuma conversa com os moradores mais idosos.

com este estudo. Alguns dos temas mais recorrentes serão apresentados nos tópicos a seguir, relacionados aos verificados no trabalho de campo.

Em novembro de 2013 e março de 2014 foram feitas visitas exploratórias para o trabalho de campo. A proposta foi fazer um contato preliminar, visando restabelecer vínculos e levantar possíveis locais para fixação durante o período do trabalho de campo. Conforme já mencionado, inicialmente, o grupo de interesse da pesquisa era composto por pescadores remanescentes da comunidade que de acordo com as fontes levantadas na etapa exploratória é de cerca de vinte e cinco pessoas.

Nessa oportunidade, foram realizados contatos por meio eletrônico, pois não foi descartada a possibilidade de contato com outros atores até mesmo em função de sua possível atuação como intermediadores das entrevistas. Desses contatos foram obtidas informações relacionadas à disponibilidade de fontes bibliográficas. Houve a tentativa de entrevista desses atores, embora não concretizada, o que leva a acreditar que somando com informações que serão disponibilizadas adiante, exista certo nível de resistência inicialmente.

A primeira incursão com visitas aos moradores da localidade ocorreu em 02 de novembro de 2013, ocasião em que foi ouvido um morador que se posicionou como um mediador informal das questões ambientais, procurando estabelecer vínculos com os moradores e a comunidade. Desde meu contato inicial, nas primeiras visitas a Tarituba, posicionou-se como alguém em busca de mediar um possível conflito entre a UC e a comunidade caiçara.

Desse encontro foi registrado um total de 1h 54 minutos de áudio com o objetivo de fazer um desenho inicial da pesquisa de campo, identificando possíveis contatos e em busca da criação de um cenário inicial. Essa entrevista foi o ponto de partida, por ter sido por meio desse interlocutor, meu primeiro contato com a localidade.

Dentre os resultados obtidos nessa entrevista, está a identificação de quatro fontes dentre as quais existem pescadores na ativa e remanescentes que redirecionaram suas atividades de subsistência para outras áreas. Todos esses com vivência no período de pesca sem restrições. Ao propor ao interlocutor o tema natureza, sua narrativa deu ênfase à relação da comunidade com a UC e ao cotidiano de trabalho. O depoimento enfatizou muito a preocupação com a conservação do ambiente marinho, considerando o cotidiano de trabalho dos

pescadores como uma possível ameaça a sua manutenção por conta do ir e vir dos barcos de pesca próximo a um ambiente destinado à conservação. Os acontecimentos entre a comunidade e a UC foram recorrentemente mencionados.

O mediador menciona uma redefinição da relação tida até então como conflituosa entre pescadores e Unidade de Conservação. Segundo ele, o diálogo entre ambas estaria a caminho de uma redefinição, na medida em que a unidade estaria se tornando uma provedora de informações para práticas pesqueiras. Isso significa que o pescador, que até então dominava um saber sobre o mar, passa por momentos de insegurança com as mudanças decorrentes de novos componentes nesse ambiente. O que antes era, sobretudo o território da pesca, passa a ser também o espaço onde transitam embarcações de turismo de origem internacional ou plataformas de petróleo, espaço esse gerido por um sistema perito na forma de unidade de conservação da natureza.

Em novembro de 2014, fixei-me em Tarituba na Vila São Vicente e lá permaneci por dois meses. A vila localizada na margem superior da rodovia Rio-Santos é um espaço que foi ocupado mais recentemente, na medida em que os terrenos à beira da praia foram sendo vendidos e que as famílias aumentaram. Cheguei em uma semana chuvosa, que me rendeu poucas incursões ao campo. Foi ao menos, um período de observação e adaptação.

Fui acolhida por uma das cinco famílias que predominam na localidade, alugando a casa que ficava no andar superior da mesma. Recebeu-me uma senhora tímida e muito discreta que foi um de meus maiores desafios durante a pesquisa. Digo isso, porque perguntar não era uma tarefa difícil, mas obter uma resposta “oficial” e não espontânea não era o que eu desejava. Por isso, foi preciso lidar com a discrição sem fazer perguntas diretas evitando que as pessoas me dessem as repostas que acreditavam que seriam as corretas, sobretudo quando se trata do tema “meio ambiente”. Foi assim que criei uma lenta aproximação com minha senhora e sua família. Permaneci por dois meses com meu filho, buscando viver um cotidiano o mais próximo possível da localidade. A rotina ajudou a criar proximidades e distâncias.

Nos tópicos que seguem, são apresentadas organizadas em tópicos as informações de campo que buscaram atender a premissa prevista de avaliar os valores identitários, sócio-relacionais, religiosos e trabalhistas como pontos estruturantes do trabalho de campo. A partir desses valores, foram extraídos os

temas mais recorrentes nos relatos dos sujeitos da pesquisa e que seguem apresentados.

Em sua descrição pode ser observada uma distribuição diferente das falas dos mais jovens e os idosos. Isso ocorreu justamente em função da preponderância dos temas apresentados nas narrativas destes dois grupos, conforme será mais bem explicitado. Portanto, em tópicos como religiosidade, não aparecem menções das fontes mais jovens, justamente porque esse tema não era presente em suas falas. Já as menções sobre escassez, são pouco associadas aos idosos, pois caracterizam a rotina dos jovens em atividade na pesca e em contato com a Unidade de Conservação.

3.3.1 Trabalho e subsistência

No início, tinha quatro, cinco barcos. Hoje, quase todo mundo que pesca em Tarituba ou tem, ou tá financiando um barco. (...) Quando não tem um barco, tem um barco agregado de alguém, né. Ou ele tá financiando seu barco pra comprar.

Vinham trinta quarenta barcos, lá da Pedra de Guaratiba.

Miorô mais, porquê parô de vir os barco de fora.

De acordo com a Colônia de Pescadores de Paraty¹⁷, Tarituba conta com cerca de cinquenta pescadores em atividade e é uma das mais antigas do município. A entidade informa ainda que todos os cinquenta podem ser caracterizados como pescadores artesanais, sendo que é considerado como “artesanal” aquele que pesca em embarcações de até 20 toneladas, utilizando poucos apetrechos de pesca. Segundo a Colônia, o número de pescadores fora da ativa é incerto e de difícil registro, tendo em vista que a regulamentação das atividades trabalhistas dos pescadores artesanais é recente. Diegues (2007, p. 20) corrobora essa informação ao mencionar o quanto são falhas as estatísticas sobre o número de pescadores artesanais no país.

¹⁷ Entrevista realizada em 11/10/2014 na Colônia de Pescadores Z18, entidade que representa exclusivamente os pescadores artesanais, localizada no município de Paraty.



Figura 3 - Armadilha de pesca – covo
Fonte: Arquivo Débora Candido, novembro de 2014.

Em Tarituba é muito comum a pesca em embarcações de pequeno porte e providas de poucos recursos tecnológicos e também a pesca de rede e linha em canoas. O uso de armadilhas como o covo (figura 3) é incomum e pareceu mais associada ao lazer e subsistência, não sendo condicionada pela atividade comercial, embora não se exclua a possibilidade de venda. Ainda de acordo com a Colônia, 95% da pesca no município é artesanal e de economia familiar. A área onde essas técnicas de pesca são utilizadas varia em função das restrições espaciais dadas pela unidade de conservação.

Durante a entrevista foi informado que o número de pescadores em Tarituba com registro na Colônia é de cinquenta, sendo que trinta encontram-se em atividade, tendo a pesca como única fonte de renda. Para fins de caracterização da modalidade de pesca definida como artesanal, cumpre informar as diferentes interpretações que existem da categoria por parte do poder público. O ministério da pesca reconhece como pescador artesanal aquele que pesca em embarcações com capacidade para até vinte toneladas. Já de acordo com o INSS, considera-se pescador artesanal o que pesca em embarcações de até seis toneladas.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca é considerada pesca artesanal a atividade que é praticada por “pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”.¹⁸

¹⁸ LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras.

A caracterização dos pescadores artesanais neste trabalho é relevante para diferenciação do grupo estudado em relação aos praticantes da modalidade empresarial. Pois essa caracterização permite que diferenciando os modos de produção de ambos, se possa situar o grupo de pescadores com atuação profissional em Tarituba nas práticas artesanais.

De todo modo, vale ressaltar uma diferenciação percebida por Diegues (1999, p. 05) em relação aos pescadores artesanais motorizados, no sentido de que eles vêm apresentando uma ideologia de pesca na qual a identificação com o mar está relacionada ao aspecto quantitativo na captura de peixes e a um prazer no saber-fazer. Fato esse que conecta o autor diretamente à predominância do tema trabalho nas narrativas dos pescadores mais jovens na ativa. Das conversas entabuladas com pescadores com idade próxima a sessenta anos, era recorrente o tema trabalho e conseqüentemente a menção ao quantitativo relativo à pesca, o que podemos observar no trecho a seguir:

Foi o que eu falei: com o aumento da população aqui na região, né. A maior facilidade de você obter recursos pra comprar os barcos. Então, isso facilitou ter um número maior de pescadores na região com barco, fazendo arrasto. Antes, era dois, três barcos, não se pescava tanto...

Em uma das conversas, um morador atribui as dificuldades com a pesca ao aumento do número de barcos tanto adquiridos pela população, quanto vindos de outras localidades. Para ele, parte do cenário da escassez está relacionada ao aumento do volume da pesca.

Sobre a forma como é feita a venda do pescado em Tarituba observa-se que o peixe é desembarcado na praia, onde ocorre uma série de intermediações para a venda em uma cadeia composta por moradores dos arredores, visitantes, proprietários de pousadas e restaurantes e ainda a peixaria local. Logo, o peixe pode ser vendido diretamente ao consumidor – sem necessidade de armazenamento pelo comerciante local – que pára seus carros no cais e dali mesmo transporta ao destino ou pode ser armazenado para venda na peixaria.

Em minhas incursões ao campo era comum ver uma cena: marido e mulher embarcando em uma canoa rumo ao mar. Diariamente, sob as condições de tempo mais adversas observei um trio em suas idas e vindas ao mar. Dois amigos e o sobrinho de um deles que iam jogavam as redes e voltavam em horas diversas do

dia. Com muito boa vontade contaram-me sobre sua rotina e a dificuldade com as redes que se rompiam e o risco frente às embarcações maiores.

Quando pergunto se o pescador que atende a peixaria em Tarituba é considerado artesanal, sou informada que a comercialização desse pescado está associada à melhor oportunidade. Por isso, o pescador pode vender seu peixe, para uma peixaria, restaurante ou hotel, ou para os muitos passantes que se dirigem ao cais em busca de peixe fresco logo cedo. Cena que presenciei por diversas vezes.

Embora esteja em busca da melhor oferta, não é incomum que doem peixes com menor potencial de comercialização à população ou visitantes na praia ou no cais. Eu mesma ganhei em uma ocasião um peixe e alguns “pregoais¹⁹”.

Na década de 1990, com a filmagem de uma novela de grande repercussão, a localidade passou a despertar o interesse turístico, passando a diversificar suas atividades também para esse segmento. A partir dessa ocasião, alguns pescadores passaram a também atuar como barqueiros, conduzindo grupos de turistas para ilhas próximas. Também surgiram pequenos meios de hospedagem e um avanço na construção de casas de veraneio e venda de imóveis e terrenos.



Figura 4 - Peixaria em Tarituba

Fonte: Arquivo Exposição Olhares do Fluminense - SESC Barra Mansa.

O tempo foi outro aspecto relevante na observação. Mas como se o tema aqui proposto é o trabalho? Falar de trabalho e de tempo é falar de relação com a natureza quando se observa que o tempo que dita as atividades não é o tempo do relógio, mas o da natureza. Pode-se observar os pescadores na praia em horários muito diferentes durante o dia. Isso ocorre porque a jornada varia em função das

¹⁹ Pregoái ou pregoais é como os pescadores chamam um molusco comum na região.

condições meteorológicas, do tipo de pescado que se quer – e com isso associa-se a pesca ao dia ou noite e a espaços preferenciais das espécies.

Ainda que a tecnologia aumente as possibilidades da pesca, a rotina de trabalho está invariavelmente associada ao ritmo da natureza e não há muito que se possa fazer para alterar essa rotina. Em um fim de tarde, enquanto estava observando a rotina das pessoas, dois pescadores se achegaram e puxaram conversa, querendo saber da pesquisa. Em meio à conversa um deles olha o mar e me diz sobre como está agitado. A enseada é muito mansa e não chega ter ondas. A agitação a que ele se refere é por conta de leves ondulações no mar indicando a presença do vento. Para ele, aquele era um sinal para ficar em terra. Embora ele e seu amigo tivessem redes “lá fora” ele esperou e nesse dia logo o mar serenou fazendo com que abandonassem nosso bate-papo para voltar ao mar em busca das redes.

“Eu vou por aí corujar. Se fizer uma noite boa eu trabalho se não, vou pra casa dormir”. Essa é uma fala de um dos pescadores entrevistados. Um dia de trabalho pode ter algumas idas e vindas ao mar. Pescadores como os dois amigos citados, que sempre saíam de canoa, podem fazer várias idas e vindas em um mesmo dia. Esses mesmos eu observei durante o período da pesquisa irem e virem. A impressão que tinha era que sempre estavam chegando ou saindo. Estavam entre os rostos mais conhecidos por mim. Tive maior dificuldade em identificar os donos de embarcações maiores.

Cabe aqui também o convite a uma reflexão sobre os aspectos da cultura globalizada da atualidade e sua participação no processo de mudança cultural. Não se trata aqui de uma comunidade isolada e, portanto, menos vulnerável às pressões do sistema capitalista e do avanço tecnológico e sim, de uma comunidade pesqueira às margens da rodovia Rio-Santos. Durante o trabalho de campo, refleti muitas vezes, sobre o quanto das referências desse grupo sobre “trabalho” são ancoradas em um comprometimento com a produtividade e atendimento a um sistema de produção maior – o de suprimento a atividade turística no município sede, Paraty. A tecnologia por um lado, dá suporte a uma ampliação da capacidade produtiva, ao passo que o próprio sistema de mercado se encarrega de pressionar por meio da demanda. Cabe ressaltar que a relação com a produtividade se expressa em grande parte nas relações mais jovens, pois suas narrativas trazem mais recorrentemente a preocupação com a produtividade.

Por isso, nesse espaço onde mesmo o deslocamento para lazer é condicionado ao modelo público de gestão ambiental, a comunidade pesqueira divide seu espaço com outras embarcações em busca do pescado. Há aqui também outro tipo de pressão ocasionada pelos avanços tecnológicos e que precisa ser registrada. Na medida em que as inovações permitem a obtenção de barcos mais potentes com maior capacidade de pesca e que chegam às proximidades da enseada disputando a pesca, o taritubense se vê na necessidade de aderir a essa modernização.

Mas ao fato de que a rotina de uma unidade de conservação impõe restrições ao cotidiano caiçara, soma-se o de que adequar-se ao modelo de sociedade capitalista coloca rotineiramente uma série de demandas para esse grupo. Trata-se de escoar sua produção atendendo aos apelos de um mercado que pressiona para o aumento da produtividade. Ou seja, o pescador, para se manter no mercado como um fornecedor busca atender a sua demanda plenamente, em seu crescente. Uma localidade como Tarituba conhecida como local de venda do pescado é destino certo para restaurantes e consumidores fiéis que caracterizam uma demanda significativa. Outro aspecto é o aumento da frota de embarcações e as facilidades para aquisição de modelos com maior capacidade de pesca. Não que seja uma realidade para todos, mas é algo que de fato interfere nos ecossistemas costeiros, não só do ponto de vista da extração, mas também do impacto causado por combustíveis e afins.

O mar, se considerado como o espaço de vida desse grupo é maior do que o pedaço de continente onde habitam. No entanto, o morador acaba tendo que lidar com as restrições de pesca, competitividade e redução da população marinha, o que interfere no interesse das novas gerações em dar continuidade às tradições que seriam essenciais à manutenção de modelo de conservação e relação com a natureza que integrasse população ao processo de conservação.

Ainda sobre trabalho há a questão da oferta, haja vista a pouca variedade de opções além da pesca para quem decide viver em Tarituba. Conforme umas conversas durante o campo, há por parte dos jovens menor disposição em lidar com as intempéries da atividade, ou de suas incertezas e é comum desenharem as dificuldades dentro do cenário da escassez, considerando a falta de peixe e a poluição como fatores que os desencorajam a seguir como pescadores. Um jovem de pouco mais de vinte anos quando perguntado sobre sua geração ter aderido pouco à pesca como profissão responde: “Tem pessoas que trabalha. Até mais novo

que eu. (...) Compensar, compensa. Muitas vezes o tempo não deixa. Sujeira. Trabalhei um tempo com meu pai. Compensa não...”.

Mesmo nos entrevistados de idade acima dos sessenta ou setenta anos foi comum identificar uma trajetória laboral na qual até a juventude predominava a pesca, com idas e vindas para o trabalho em embarcações de maior porte e companhias de pesca, tendo, no entanto, os entrevistados se consolidado no mundo do trabalho em outras atividades, como por exemplo, o ingresso ao corpo funcional da Usina Nuclear.

A roça, atividade característica do modo de vida caiçara, também aparece muito pouco como atividade de subsistência na vida adulta dos entrevistados na faixa etária anteriormente mencionada. É muito comum, associada às lembranças de infância e adolescência e, portanto, à atividade laboral dos pais deles, sendo uma atividade secundária que permaneceu na vida de alguns e foi dissipando-se na medida em que as demandas imobiliárias surgiram e que outras políticas públicas²⁰ de conservação da natureza foram dando forma ao território.

A proteção das encostas dos morros foi marcando uma nova organização espacial e limitando as roças que eram localizadas na parte superior da rodovia Rio Santos. Os moradores fizeram também menções ao cultivo de roças na localidade de “Prainha” que fica a poucos quilômetros de Tarituba no sentido Angra dos Reis. Em um desses relatos, um idoso comenta a mudança da roça de Prainha para Mambucaba. Outro ponto foi o aumento da construção de moradias e mesmo a presença de áreas de invasão, ponto ainda presente na região.

Alguns pescadores também se desdobram conduzindo barcos de Turismo pelas ilhas próximas e levando grupos de pescadores amadores para o “alto mar”, sugerindo que essa última seria uma atividade rentável.

3.3.2 A Estação Ecológica de Tamoios

Eles passaram de helicóptero e marcaram onde ia ser a Estação.

Demorou para que surgisse uma fala como essa. O interlocutor, em uma das poucas ocasiões em que a presença da Estação Ecológica foi abordada de forma

²⁰ Na ocasião em que realizei o trabalho de campo, houve certa tensão e um iminente conflito na região denominada “Prainha”, vizinha a Tarituba.

direta tentava demonstrar o quanto a população local esteve alheia ao processo. Mas de forma geral as conversas sobre a unidade de conservação eram sempre muito evasivas. Logo fiquei conhecida como “a professora” e essa associação me parecia sempre conduzir a conversa para o discurso sobre sustentabilidade e escassez quando conversava com os pescadores mais jovens e na ativa. Em meu primeiro contato com as pessoas de Tarituba, ocorrido em 2011 conforme mencionado anteriormente pude ouvir muitas insatisfações sendo a maior delas a forma como perceberam a instituição da unidade de conservação, pois embora já fosse legalmente criada, sentiram-se surpreendidos, quando comunicados em uma troca de gestão das restrições de navegação (conforme consta no tópico que traz a caracterização da localidade). Nesse momento sentiam-se todos muito à vontade para manifestar opiniões contrárias à presença da Estação Ecológica, fato que surpreendentemente não se repetiu em meu retorno para as pesquisas deste trabalho.

De acordo com uma fonte que procura atuar como mediadora informal entre as partes, esse arrefecimento dos ânimos decorreria da instauração de um clima de cooperação e uma política de aproximação com os pescadores por parte da ESEC. O estabelecimento de um TAC – Termo de ajuste de conduta sobre a pesca e trânsito no mar - também seria um destes motivos.

“Daqui a pouco, vem a lancha de binóculo.” Foi assim que um de meus interlocutores se referiu sobre a fiscalização e seu cotidiano na pesca. Das poucas vezes que se dispuseram a falar sobre a ESEC em 2014, falavam da frustração por não ter retorno sobre o TAC. Quando perguntados sobre outros assuntos que poderiam ser associados ao controle da estação (como sobre uma placa na entrada do cais que informa as restrições sobre pesca para um pescador), a conversa costumava não ir em frente. Pois era brevemente respondida que não tinha, que não podia pescar na baía e se desconversava. Sempre muito simpáticos, mas desconversando. Algumas falas foram: “Lógico que tem que ter uma regra (...) algumas pescarias tem que ser fiscalizadas.” “A estação foi criada e não fez um plano de manejo.”

Conversando com uma família sobre sua vida e as diferenças entre as vivências de cada geração, ouvi essas duas falas em sequência. Reconhecem o sistema de gestão ambiental como algo necessário, mas não revelam um profundo incômodo com as mudanças que interferem no ir e vir da comunidade. Nesse

aspecto a confiança na gestão da unidade de conservação como um sistema peritofica confusa, pois nas falas, ora aparece como um “mal necessário”, pois visa a conservação, mas ora surge com desconfiança, pois em seus modos de vida o morador sente-se cerceado de sua liberdade de ir e vir, usando o espaço para práticas de trabalho e lazer, pois a pesca nem sempre é lazer.

3.3.4 Natureza

A gente que é caiçara, a vida é o mar e a terra. A gente precisa disso.

Assim um pescador fala sobre sua rotina, tentando demonstrar a importância do ir vir no mar e certo incômodo com as restrições sobre como ocupar sua terra.

São essas representações frutos das diferentes formas de organização social e econômica. Enquanto para o caiçara o mar é um espaço de vida onde se desenrolam suas relações sociais e de trabalho, para o gestor público é um local a ser preservado da ação predatória do homem. São diferentes representações sociais que denotam a associação de valores divergentes a um mesmo espaço (DIEGUES, 2000, p. 64).

As águas de Tarituba são reconhecidas como um berçário marinho. Um local de grande biodiversidade. Pelo o que pude observar, as falar sobre natureza soavam mais como uma incorporação de um discurso oficial do que qualquer outra coisa. Os moradores até ficam mais atentos aos danos causados para o meio ambiente e se sentem incomodados com algumas situações, como com visitantes oriundos do turismo, mas não se sentem à vontade para comentar. O discurso sobre poluição e escassez da pesca permeia muitas falas sobre natureza.

Sobre a questão: “A partir de quando a ideia de que a natureza não poderia mais estar ali começou a surgir para você?” a associação mais comum foi a do acesso à tecnologia.

Embora a noção de escassez esteja incutida no discurso, a de abundância parece por vezes muito mais influente na relação que se tem com a natureza. Pois ao se lidar com ela como provedora de recursos indispensáveis à vida do homem, é comum ver cenas que só fazem sentido em uma lógica de existências infinitas a serviço do homem. É como se as cenas vivenciadas no cotidiano, levassem em

conta muito mais a abundância do que um discurso oficial da iminente escassez. O uso da água é um exemplo claro.

Enquanto para mim, a preocupação com um iminente esgotamento da água era a realidade – estávamos no auge das inquietações sobre a queda dos níveis dos reservatórios de água no estado de São Paulo –, a realidade da senhora Vera, que me acolheu por um período, era a de uma torneira que vertia água incessantemente por longos períodos durante o dia. A escassez na fala dos moradores da localidade estava associada ao mar e à redução do pescado. É essa a lógica da abundância ali. E mesmo para o pesquisador é difícil não ancorar o olhar na lógica da escassez.

Outro ponto conflitante em busca de um olhar distanciado foi vivenciado extermínio de espécies que atrapalham o cotidiano do morador da localidade. Assisti por cerca de três dias a tentativa de acabar com os ataques de gambás às dispensas dos estabelecimentos comerciais à beira da praia. As investidas consistiam em armadilhas que prendiam o animal, mas que pareciam ineficazes, já que no dia seguinte outro animal aparecia. No terceiro dia, testemunhei o momento em que a armadilha era checada e o animal abatido a pauladas e enquanto eu e meu bebê de menos de dois anos dividíamos a beira da praia. Uma cena das mais fortes para mim e algo corriqueiro para um morador. Talvez esteja eu mais vinculada às minhas próprias idiosincrasias, enquanto para os dois moradores tratava-se apenas de uma estratégia corriqueira para melhorar as condições de sua existência.

Quando perguntados objetivamente sobre o tema meio ambiente, ou natureza as respostas sempre convergiam para um discurso politicamente correto sobre “importância de se perseverar o meio ambiente”, que entendo associado à presença da unidade de conservação e com isso com a necessidade de se encaixar corretamente nesse contexto.

De outro lado, os mais velhos em seus relatos, situam o mar de outra forma. Inserem elementos como o som da mata, a luz da lua ou sua ausência, o brilho do mar, seu som. Muito impressionante a riqueza de detalhes sensoriais nos relatos de experiências noturnas. Como em uma história em que um senhor narrava uma pesca com seu pai descrevendo o brilho do peixe sob a água e a luz da lua que lhe permitia entrever a presa que lhes escapava.

3.3.5 Religiosidade, espiritualidade e o sobrenatural

Discutindo comunidades tradicionais, Diegues aponta para a carência de estudos que integrem a perspectiva da espiritualidade nas comunidades e as visões de natureza encontradas. Levando em conta o primeiro contato com a localidade, o trabalho de campo trouxe um surpreendente vínculo com essa temática ao trazer a tona relatos que misturavam os fenômenos naturais às manifestações do mundo espiritual.

Há necessidade de se estudar melhor a questão das representações, dos mitos e aspectos da religiosidade popular das populações tradicionais no Brasil, e analisar até que ponto elas podem ser parte de uma nova política de conservação. Com isso, se poderá partir da visão dessas populações sobre a conservação, e não das percepções das elites urbanas, que tem visões próprias e diferentes do que significa a “mata natural”, “o mar natural” etc. (DIEGUES, 2001, p. 86).

As representações explicitaram-se de formas diferentes para dois grupos: idosos e adultos incorporando as lógicas do trabalho e da economia à sua interpretação de natureza, sendo que os idosos fazem associações também com o contexto espiritual e artístico.

A religiosidade é um aspecto importante na vida comunitária de Tarituba, fazendo parte de sua história e dividindo-a em dois grupos. Historicamente a vila se organizou por meio de tradições católicas, aos quais um grupo se esforça para manter. Outra parte dos moradores aderiu ao protestantismo incorporando novas práticas à comunidade. Pode-se observar uma divisão espacial e social nos grupos pertencentes às duas religiões predominantes na localidade. Os católicos predominam na porção territorial litorânea e inferior à Rio-Santos, onde também fica localizada a igreja. É comum ver pequenos grupos reunidos em algumas noites – como na ocasião em que resolvi fazer uma visita e encontrei um grupo de pescadores em oração. Também ocorrem eventos para arrecadação de fundos para a igreja, procissões e outros eventos do cotidiano. O grupo de evangélicos reúne-se com bastante frequência e audiência em uma igreja situada na margem superior da Rio-Santos, muito próximo à casa onde me fixei, e também existe uma unidade desativada perto da praia. Pude acompanhar a movimentação e efervescência de atividades, além do envolvimento de um considerável grupo que aprecia reunir moradores também das vilas próximas. No entanto, persistirei um pouco mais na

narrativa do núcleo católico, em função de sua predominância no histórico da localidade e de algumas tradições que estão associadas ao mar.

A construção da igreja está associada a uma antiga moradora da vila. Essa personagem da história de Tarituba, além de figurar nos relatos sobre a localidade (OLIVEIRA, 2004, p. 13; SILVA, D. L. B. B., 2007, p.02) também apareceu por diversas vezes nas conversas com moradores. Tia Eva é descrita como uma ex-escrava já bem idosa, que vivia no alto do morro e que todos os dias descia com seu cachorro até a vila de pescadores. Curandeira e rezadeira, detentora de conhecimento sobre ervas medicinais e outras formas de cura, a senhora já impossibilitada de trabalhar, costumava descer a vila em busca de comida e roupas usadas. Até um dia em que os moradores deram falta de sua presença e se depararam com o cachorro sozinho e ao verificarem, encontraram a senhora morta.

No lugar de seu sepultamento foi colocada uma cruz, transformando-se em uma espécie de local de devoção, onde os moradores recorriam em suas aflições. A partir de então, habitantes curados de problemas de saúde passaram a atribuir o fato à sua interseção e anos mais tarde, a cruz é substituída por uma igreja que permanece até a atualidade, cuja padroeira é Santa Cruz.

A vida social da localidade está muito associada à vida religiosa, sendo que as procissões e festejos aos santos mobilizam intensamente a comunidade católica. Procissões, festas religiosas, bingos e outros são formas pelas quais alguns membros da comunidade procuram manter vivas as tradições católicas (vide figura 5).



Figura 5 - Procissão de Santo Antônio

Fonte: Arquivo Exposição Olhares do Fluminense - SESC Barra Mansa.

Sempre nas conversas com os moradores mais antigos o sobrenatural se sobressaía em algum momento. Eram “causos” que continham suas memórias de infância juventude e por vezes se misturavam às de seus ancestrais – como se deles também fossem de alguma forma. Nessas conversas alguns elementos se repetiam.

Alguns moradores relataram sobre uma luz azul ou uma pedrinha que aparece a noite. Um senhor disse: “Isso é coisa da natureza.” Acredita-se que quem encontra essa “luzinha azul” e consegue quebrar o encanto terá prosperidade. Se pelo contrário o encanto não é quebrado, ela some e não é mais encontrada. Essa luz é encontrada à noite iluminando a água ou a mata, de acordo com os relatos.

Quando acha essa pedra, tem que cortá o dedo rapidinho, botá em cima pra desencatá. Pra aquela coisa sumi da mão dele, não some mais. Aí ele fica com aquela pedra, depois vai procura um avaliador, pra saber quanto ela vale.

Em outra ocasião, um morador, também já idoso, contador de causos conta sobre o dia em que o avô, avistou uma tempestade vinda do mar e pondo-se em oração, com o poder de sua fé, controlou-a e afastou da praia. Tendo um grupo familiar, preponderante, são atribuídos muitos feitos fantásticos ao patriarca dessa família, já falecido há alguns anos.

Esses causos, menos valorizados pelas gerações mais jovens, são contados com saudade pelos antigos moradores. As histórias de assombração não faltam. Cavalos que empacam inesperadamente na mata sempre que passam por uma pedra e outros causos são imagens que se repetem e que mostram o temor ante ao desconhecido da mata à noite. Os moradores relataram que com a construção da Rodovia Rio-Santos esses acontecimentos foram cessando. Com essa afirmação demonstram como essa construção ajudou a descaracterizar o lugar.

As lendas e os causos contados pelos moradores de Tarituba misturam-se às suas representações de natureza, denotando um estreito limite entre uma coisa e outra. Nesses relatos, as forças da natureza, e os mistérios da vida cotidiana explicam-se pelo sobrenatural. As “lembranças dos velhos” e suas vinculações entre o mundo natural e o espiritual me remeteram a uma atitude de reverência. Foi inevitável a associação com as leituras de Heidegger conforme o tópico “Outras propostas para se pensar ética e natureza” e sua proposição sobre habitar poeticamente sobre a terra.

3.3.6 Território e uso do espaço: terra e mar

O espaço que constitui a orla de Tarituba é hoje essencialmente de propriedade de moradores de outros municípios. De uma ponta a outra da praia, não existe nenhuma habitação onde resida a população nativa. Salvo um restaurante e um *camping*, os imóveis passam a maior parte do ano vazia. Existe ainda uma casa abandonada em local bastante privilegiado.

De acordo com Oliveira (2004, p. 17), a década de 1970 marca um período de conflito por conta de disputas pela terra após a venda de lotes de propriedade das famílias Meira e Bulhões. Esse fato, somado à construção da rodovia Rio-Santos abriu a localidade para vinda de novas famílias e visitantes. A mudança na paisagem pode ser verificada nas construções à beira da praia posteriores a esse período conforme as figuras 6 e 7.



Figura 6 - Orla antes da especulação imobiliária

Fonte: Acervo oficina Olhares do Fluminense - SESC Barra Mansa / Arquivo José Antônio



Figura 7 - A orla de Tarituba hoje
Fonte: Arquivo Débora Candido

A presença da Rio-Santos divide a vila em duas. Na porção abaixo da rodovia, fica o mar, a maior concentração de habitações, comércio, agência dos correios, escola e campo de futebol. Na parte superior ficam algumas moradias, uma igreja e um restaurante. Logo ao lado, começa a surgir um novo ponto de expansão das moradias.

Com relação ao mar, cabe iniciar a abordagem com a citação de Diegues em sua apresentação dos aspectos que definem uma comunidade tradicional:

O território depende não somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das relações sociais existentes. Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas marcas podem ser físicas e visíveis, como as "caiçaras" instaladas na laguna de Mundaú e Manguaba (Alagoas). Elas podem também ser invisíveis, como os rasos, tassis, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundância de peixes de fundo (DIEGUES 2000, p. 49).

Nas conversas com os pescadores era comum, ao descreverem as limitações de locomoção, a descrição como apresentada no trecho acima. Pude perceber as dificuldades que a Estação Tamoios representava para eles, na medida em que restringia o acesso a abrigos que costumavam usar quando o tempo estava ruim ou para descansar. Tais lugares seriam os mais propícios a essas práticas, seriam os mais seguros. Eram, para o olhar desavisado, invisíveis. Para eles eram simbólicos, mas agora restritos para práticas antes corriqueiras. A fala do pescador nesse sentido demonstra que o pescar envolve mais do que a extração do peixe, pois diz respeito a formas de deslocamento e a um sentido de pertencimento em relação ao mar.

A racionalidade que orienta os deslocamentos do caiçara no mar os guia, por exemplo, em busca de um local abrigado para uma noite de tempestade. Por outro lado, precisam lidar com outra racionalidade que parte de uma concepção de conservação do ambiente marinho. O que para o caiçara representa um espaço de vida, para a gestão pública de meio ambiente significa a organização de um sistema que visa à preservação de espécies. Daí por vezes, a noção de uso do espaço de um e outro é tão conflitante.

O desejo ir e vir dos pescadores culminou com a realização de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta)²¹ celebrado por ambas as partes ao final de 2014, logo após o término do trabalho de campo. Esse ajustamento, decerto, já resultou em uma série de novos desdobramentos no uso do território. No entanto, por ter se consolidado posteriormente ao contato com o grupo, não será abordado aqui.

3.6.7 Organização social

Em 2011, na primeira vez que entrei na sala de aula perguntei o que havia de bom ali. A resposta veio como um “balde de água fria”: nada. Estava em Tarituba para ministrar cursos na área de Turismo e logo de início pude observar muitas tensões.

Ao trazer a temática do turismo, outros temas como a gestão pública surgiam naturalmente e traziam a rebote a manifestação de muitas insatisfações. As condições da água na praia, a unidade de conservação, a disputa judicial pela propriedade do campo de futebol, o sentimento de abandono por parte da prefeitura do município. Todos os temas discutidos em sala de aula facilmente convergiam para acaloradas manifestações. Parecia haver ali um pedido de ajuda, a sensação de que alguém de fora poderia de alguma forma interceder nessas questões. O grupo que na ocasião possuía duas associações de moradores, por vezes deixava entrever uma discreta disputa de opiniões.

Após nove meses de contatos quinzenais, aquele “nada” foi se convertendo em uma série de manifestações de orgulho. Esforçavam-se em demonstrar a riqueza das tradições, a história de seus antecedentes e as belezas da natureza.

O fato é que o grupo que ali estava era realmente representativo do desejo de promover mudanças. O curso havia sido pensado para atrair os pescadores visando oferecer uma alternativa profissional da área de turismo, mas apenas dois pescadores seguiram comigo até o final. A maior parte da turma foi composta por seus filhos, sobrinhos e netos.

Naquela ocasião, era comum que a unidade de conservação e a insatisfação com a gestão do município em relação à Tarituba surgissem nas conversas e de forma muito espontânea. Conforme mencionado, quase toda conversa incidia

²¹ Conforme consta em: <http://www.prrj.mpf.mp.br/frontpage/noticias/mpf-garante-pesca-tradicional-a-comunidade-em-paraty-e-conservacao-da-estacao-ecologica-de-tamoios>.

nesses temas, demonstrando um grande descontentamento com os rumos que a localidade vinha tomando. Mas, de forma geral, demonstrava-se grande mobilização no sentido de assegurar conquistas que julgavam importantes naquele momento. Falavam, sobretudo, de aspectos territoriais, urbanização, gestão do meio ambiente e manutenção das tradições locais, e especialmente da ciranda.

Sendo assim, com relação às formas de organização social, é um ponto relevante a existência de duas associações de moradores, a Associação Folclórica e a Associação à Colônia de Pescadores de Paraty, tendo sido uma delas já extinta. Considerei essas, as mais visíveis formas de organização social na comunidade, além dos grupos religiosos. Sendo importante destacar a relevância da representatividade desses grupos, inclusive na mediação de conflitos. Conforme Diegues,

A mobilização dos pescadores artesanais, a partir das bases, com as reivindicações econômicas, sociais e de cidadania caracteriza a existência de um "movimento social" como inúmeros outros que apareceram nos últimos anos (DIEGUES, 2007, p. 22).

Hoje, Tarituba possui uma associação de moradores e outra folclórica e recreativa, e já conseguiu obter legalmente a posse do terreno onde está localizado o campo de futebol. A efervescência dos debates que presenciei, arrefeceu, mas as questões que provocavam incômodo em 2011 ainda parecem latentes.

3.6.8 Sociabilidade, comunidade e valores

Nas minhas muitas idas e vindas aos espaços de convívio, não pude deixar de lado a experiência que tive em outra localidade também em Paraty. Nas duas vezes em que estive na Ponta da Juatinga, passei cinco dias percorrendo comunidades por meio de trilhas no interior da mata. Nessas duas experiências, pude observar uma relação lúdica com a natureza diversa. E esse fato me fornece outro parâmetro além de minhas vivências cotidianas e as da pesquisa. Em Ponta Negra, por exemplo, é comum nos fins de tarde ver amontoados de crianças empoleiradas sobre as rochas e sob o sol, ou disputando a bola na areia da praia.

É de fato, uma tentação recorrer à poesia de tais imagens como parâmetro sobre esse tópico, mas o fato é que ao observar os espaços de convívio em Tarituba, pouco vi das pessoas no cotidiano do lazer. O espaço mais utilizado é campo de futebol, onde se vê homens adultos e ocasionalmente crianças. Segundo

alguns, o campo é muito utilizado por moradores de fora da localidade, mas eu mesma vi muitas vezes os mesmos poucos personagens por ali. Mulheres e crianças são pouco vistas e me pareceu muito mais que a sociabilidade se dá nos espaços religiosos.

Das vezes em que testemunhei um fluxo maior de moradores circulando pelas ruas, foi com o acontecimento de alguma atividade associada às duas igrejas do local. Entre os católicos a vida comunitária se dá nas procissões, festas religiosas, bingos e outras atividades que estruturam suas práticas religiosas. Entre o grupo evangélico também há uma vida comunitária intensa, expressa nos frequentes encontros e eventos promovidos, além de suas práticas cotidianas.

O mar ocupa local central na vida destas pessoas, e possui sua representatividade como espaço de sociabilidade, pois reúne não só os trabalhadores, sendo um espaço de convívio em comunidade.

No ir vir dos barcos, era comum ver pessoas em deslocamentos diversos, não só a trabalho ou como transporte, mas gente que ia para o mar. Sempre via um casal embarcando na canoa e ouvia pescadores contando sobre estar com suas famílias no mar. Como na transcrição anterior cheguei a ouvir sobre como a restrição nos deslocamentos pelo mar, decorrente da UC também afetava os momentos de lazer. Em uma visita a uma família ouvi sobre como eram suas as rotinas de fins de semana indo para o mar como forma de lazer e como estas idas iam diminuindo, também em função dessa restrição. Eis uma das falas:

E essas gerações futuras? A minha filha, os filhos dela não vão ter oportunidade de repente, se ficar dessa forma engessada, de nem poder passear como a gente passeou. De sair pra essas ilhas pra fazer uma pescaria, pra fazer um passeio sem ser cercado ou monitorado”

A ciranda também ocupa importante papel em relação à sociabilidade. No passado, era uma importante atividade de lazer que reunia grande parte da comunidade. Hoje está mais associada a um grupo que se esforça para mantê-la viva. Mais detalhes poderão ser observados no tópico que segue.

De forma geral, a comunidade organiza-se em torno da vida religiosa, do mar e da ciranda, como é típico entre os caiçaras, sendo pouco visível o desfrute da natureza para fins recreativos, já que o cotidiano dessa comunidade está em grande parte associado ao trabalho.

3.6.9 Ciranda

Em um primeiro contato com o lugar, é muito recorrente a menção à Ciranda, uma prática que envolve música e dança e que está muito associada à identidade desse grupo e que o mobiliza significativamente. Das pesquisas que se encontra sobre a localidade é o tema certo.

A ciranda é uma tradição proveniente do Nordeste do Brasil, onde é dançada em forma de roda e que ocorre na região de Paraty com algumas diferenciações na forma como é dançada, principalmente por nessa localidade, apresentar uma maior variedade de passos e dança em pares (figura 8). É uma prática festiva associada à colheita ou ao retorno da pesca (OLIVEIRA, 2004, p.20). Ocorre como um baile popular, com indumentária peculiar, que busca reproduzir os trajes vestidos pelos trabalhadores da Fazenda Tarituba. Tamancos de madeira fazem parte desse vestuário e sua batida marca o compasso durante a dança.

A ciranda é um fandango valsado que naturalmente foi sofrendo a influência da industrialização dos instrumentos musicais e hoje conta com um violão de seis cordas, uma viola de dez e mantêm-se como peças artesanais em Tarituba os pandeiros e o mancado (NASCIMENTO, BULHÕES, 2006, p. 108).

A forma como tradicionalmente transcorre o baile é iniciando com a dança denominada xiba ou cateretê, que tem o compasso marcado pela batida de tamancos. Em seguida, vêm as chamadas de miudezas – cana verde, caranguejo, marrafa, flor do mar, canoa, limão, arara, chapéu, caboclo velho, que tem ritmos que se aproximam do samba valsa, passando assim como da quadrilha junina. Na sequência, o encerramento se acontece com a tonta.

Atualmente em Tarituba, a ciranda está atrelada majoritariamente a um grupo familiar²² que predomina e que se esforça para manter a tradição. Esse grupo hoje é que regularmente pratica a dança. No passado, reunia outros moradores e outras famílias como uma das opções de lazer. E, de acordo com os relatos de campo, era

²² “Possivelmente, o fato de Tarituba ser um local onde fundamentalmente duas famílias se desenvolveram, desdobrando-se em famílias derivadas, contribuiu para a importância da Ciranda como elo reforçador das relações sociais em Tarituba, constituindo tanto uma ocasião de encontro como um evento festivo. Com o desenvolvimento das famílias Meira e Bulhões, surgiu um sentimento maior de aproximação afetiva e solidária entre os elementos afins às novas famílias constituídas” (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

inicialmente dançada nas casas das famílias, passando a ser dançada em espaços públicos e na atualidade é comum a realização de apresentações públicas.



**Figura 8 - Apresentação de Ciranda CIEP 495 Guignard, Perequê - Angra dos Reis / RJ.
Fonte: Arquivo pessoal, novembro de 2014.**

Nos versos das músicas de ciranda as relações que se desenrolam no cotidiano vão sendo reveladas. Ora contam a vida em comunidade, ora a vida no mar e na roça de onde saía o sustento das famílias. Nas letras vai-se evidenciando a natureza como tema, como parte desse cotidiano (vide Anexo). Mesmo os nomes das danças muitas vezes fazem associações com a natureza como: Cana Verde, Arara, Caranguejo ou Flor do Mar. Nas narrativas históricas de Silva e Oliveira²³ é recorrente a associação entre o mundo natural, o trabalho e a cultura – notadamente na Ciranda e na produção de artefatos. Essa manifestação é uma importante referência de identidade para a comunidade.

3.4 IMAGENS QUE SE REPETEM – OLHAR CAIÇARA

O registro de imagens durante o trabalho de campo é um recurso que acompanha antropologia desde seu início. Primeiramente por meio de ilustrações e pinturas, para depois ganhar lugar à fotografia. Em 1883 Boas já lançava mão desse recurso nas pesquisas realizadas na Ilha de Baffin, Columbia Britânica e Vancouver, tendo registrado rituais, máscaras, danças, trabalho, comida, etc. Esse recurso permaneceu em voga até a década de 1960 tendo sido empregado também por

²³ Que recorre diversas vezes ao trabalho: CAMPOS, Maria de Freitas. Espaço, tempo e pessoa em Tarituba. A disputa pela terra e pela água (tese de mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992

pesquisadores como Gregory Batterson e Margaret Mead como uma solução que buscava captar com precisão e integridade a espontaneidade das pessoas.

As fotos que em princípio não eram meu instrumento de coleta de dados ganharam espaço no projeto por seu potencial de realizar uma dupla função na análise de dados. Primeiro por permitir entrever alguns hábitos e costumes relacionados ao seu convívio com a natureza e depois pelo acesso a um material que poderia revelar de forma espontânea o olhar dos próprios moradores sem os subterfúgios que a linguagem contém.

Por isso, distribuídas pelo tópico “Estudo de Caso”, estão imagens extraídas do olhar dos moradores de Tarituba. São elas outra forma de manifestar seu olhar sobre a natureza. Essas fotografias têm origem em uma oficina de fotografia e posterior exposição, realizadas concomitantemente com o curso que ministrei em 2011. São, portanto, em maior parte, representativas do grupo descrito no tópico 3.6.7 onde o trabalho mencionado atingiu um público que correspondia em sua maioria a filhos, sobrinhos e netos dos pescadores. No entanto, ainda dois pescadores ingressaram no grupo e permaneceram até o fim.

A prática das fotografias ocorreu posteriormente a uma aula com técnicas introdutórias de fotografia com uma saída em campo, cujo objetivo era registrar as “belezas de Tarituba”. Portanto, os participantes deveriam registrar seu melhor olhar para o lugar onde vivem.

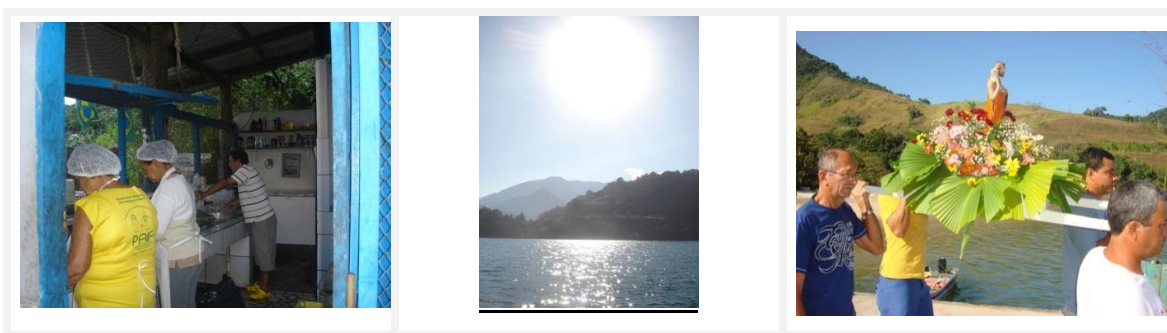
O resultado superou as expectativas dos organizadores da atividade e se transformou em na bela exposição (figura 9) que para mim, por sua vez, permitiu na ocasião um contraponto entre as imagens e a fala ouvida no primeiro dia de aula quando perguntados sobre o que havia de bom ali. O “nada” daquele dia em 2011 era a oposição dos registros fotográficos.



Figura 9 - Abertura da exposição "Olhares do Fluminense"
Fonte: Arquivo Oficina Olhares do Fluminense - SESC Barra Mansa

Conforme mencionado anteriormente, a proposta deste tópico é encontrar elementos comuns com os relatos de campo, assim como com as letras de ciranda. A importância dessa diversificação das fontes se justifica ante a subjetividade da fala, sobretudo, considerando a temática ambiental e a preocupação observada ao sempre informar um discurso politicamente correto. “Imagens fotográficas são fundamentais na construção de imagens mentais de qualquer povo” (NOVAES, pg. 26, 2012).

As imagens que aparecem aqui não representam número total da exposição e foram distribuídas no trabalho em concordância com os temas mais recorrentes nas entrevistas (Figura 10). Em comum, os dois recursos, assim como as letras de ciranda, tem o fato de retratarem de forma mais recorrente os temas: natureza, trabalho, religiosidade e culinária.



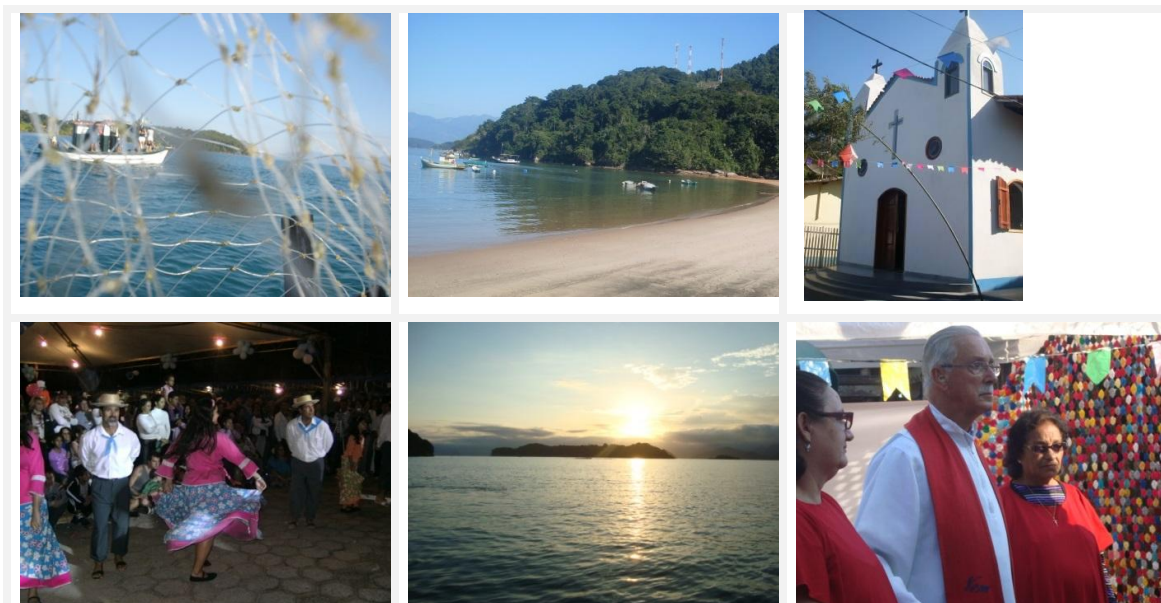


Figura 10 – Representações recorrentes
Fonte: Arquivo Oficina Olhares do Fluminense - SESC Barra Mansa

Para o tópico religiosidade vale mencionar o nexo entre o imaginário coletivo dos jovens e dos velhos, demonstrando a importância do tema como identidade para os primeiros, embora não apareça de maneira formal em seu discurso oral. Com base nas fotografias foi possível verificar a força dessas representações sociais para o grupo.

Neste sentido, cabe ao pesquisador plena consciência das imagens que ele quer ver publicadas a respeito das pessoas que pesquisa. Este é um outro aspecto da ética do pesquisador, a que já me referi anteriormente. Suas imagens contribuirão certamente para a imagem que se terá daquele povo (NOVAES, pg. 27, 2012).

A seguir são apresentadas outras imagens que embora não tenham sido incluídas na exposição são representativas do olhar de seus autores na medida em que repetem os temas anteriormente mencionados.

O fato de que a adesão à oficina de fotografia ocorreu entre os mais jovens, favorece uma conexão entre esses dados e a questão da modernidade, percebendo essa valorização como um conflito entre o “velho” o “novo” jeito de viver. Ainda que haja uma valorização das tradições associadas à visão de natureza dos idosos, a realidade que vivenciam não é regulada pelos ciclos naturais e sim pelos ciclos do trabalho. Mas, embora os mais jovens já tenham feito outras opções de vida, as quais não compatibilizam com a manutenção de algumas tradições caiçaras, ainda

existe forte identificação com as mesmas. Nas falas dos mais jovens há primeiramente uma auto-identificação como povo caiçara. E ainda uma valorização das tradições, ainda que haja a prática.

Ao retratar o local onde vivem, reproduzindo imagens que não refletem necessariamente suas práticas, demonstram um sentimento de pertencimento a elas. Existem temáticas que se repetem nas fotografias, como por exemplo, a pesca. Nem todos vivem intensamente a rotina da pesca, ou optam por ela como atividade de subsistência, mas ao reproduzir cenários tipicamente caiçaras, a pesca é um tema presente nas fotografias de todos os participantes da oficina.

O grupo de idosos denotou em suas falas, representações simbólicas que associam os fenômenos naturais aos espirituais, além de mencionarem por diversas vezes as lendas locais e práticas como a ciranda. Essas representações embora não sejam explicitadas na fala dos mais jovens, podem ser observadas na medida em que são valorizadas ao ponto de se serem fotografadas na oficina. Percebe-se assim um desejo de continuidade dessa identidade, ainda que não adiram a alguns modos de vida associados a ela. Por exemplo, nem todos os jovens dançam ciranda ou ocupam grande parte de seu tempo em esforços para mantê-la viva enquanto tradição, mas ao se identificarem como gente de Tarituba, ela é uma forte referência de sua identidade.

Ainda que os efeitos da decadência da pequena produção mercantil pesqueira movam esses jovens para fora das tradições caiçaras, elas são uma parte forte de sua identidade e portanto de suas representações de natureza.

CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou apresentar os elementos constitutivos da ideia de natureza entre os moradores de Tarituba, Paraty/RJ. A expectativa com a pesquisa foi a de que se alcançassem as representações sociais de uma comunidade caiçara acerca do tema natureza. Acredita-se que a partir dos resultados obtidos, se possa contribuir para o debate acadêmico no sentido de fortalecer o referencial que trata das causas ao invés dos efeitos. Diz-se isso, acreditando que compreender os vínculos entre comunidades e o meio natural seja uma forma de contribuir para sua conservação a partir da relação entre os seres e não do uso de estratégias de mitigação de impactos.

O referencial teórico que embasou a coleta de dados proporcionou parâmetros para realizar esta análise na medida em que ajudou a situar as informações de campo em perspectivas que se diferenciam das abordagens que reforçam uma dissociação entre homem e natureza. Ao optar pelo discurso de Heidegger e Jonas, o trabalho caminhou para a ética do cuidado. E ainda que tenha em Jonas a noção de conservação dos recursos para as gerações futuras, permite situar o discurso em outra perspectiva que diz respeito ao homem como cuidador de outros seres e não como um conservador de recursos para provimento da existência de sua espécie.

Na segunda parte do trabalho, o olhar de Diegues favoreceu um reconhecimento dos sujeitos da pesquisa sob o ponto de vista das comunidades tradicionais. Permitiu com isso situar o grupo de forma mais atuante no processo. Diz-se atuante, uma vez que localizada no entorno de uma unidade de conservação, a comunidade tende a ser percebida de forma estática em relação ao meio ambiente. Ou seja, como expectadora de uma natureza que está ali para ser preservada da ação do homem e que, portanto, deve observada de fora. A partir da abordagem de comunidades tradicionais proposta por Diegues e considerando seu papel na conservação da natureza, a comunidade de Tarituba pôde ser observada de forma mais dinâmica. A interação entre esse grupo e a natureza, sob a ótica das políticas públicas tende a ser caracterizada como potencialmente ocasionadora de impactos negativos.

Como considerações finais acerca das ideias de natureza verificadas durante o trabalho de campo, podem ser relacionados dois principais temas. Um diz respeito

à presença de uma unidade de conservação no entorno da comunidade e as influências desta no discurso dos moradores. E outra diz respeito às associações mais recorrentes no discurso dos moradores, notadas em conversas informais e entrevistas. Essa última, como já mencionado, gerou uma organização das informações em função da idade dos sujeitos da pesquisa gerando um grupo com idade inferior a sessenta anos e outro com idade superior. As considerações sobre os temas são apresentadas a seguir.

Considerando a relação entre comunidade e Unidade de Conservação sob a ótica de Diegues, os moradores de Tarituba não podem ser encarados como uma intervenção inconveniente no meio ambiente, pois sua obra posiciona os saberes tradicionais como uma contribuição positiva no que diz respeito aos modos de se relacionar e conservar a natureza.

Assim o morador de Tarituba, no que se refere à relação mais direta e objetiva com a natureza, no dia-a-dia, no trânsito pelo mar, na pesca como trabalho, como lazer ou em seu ir e vir, não é alguém que olha de fora para um perímetro demarcado para preservar as espécies ali viventes. Nessa perspectiva, a comunidade caiçara e suas interações são resultante e resultado do ambiente natural que ensejou a conservação. É a comunidade parte integrante desse ambiente e não uma espécie exógena.

Com relação ao trabalho de campo e às diferenças geracionais na narrativa relatadas a partir do tópico 3, predominaram as questões identitárias e de subsistência. O contato com essa comunidade na prática da observação participante revelou o desafio de fazer uma ponte entre a modernização e a as tradições que conferem ao povo caiçara sua identidade.

O conflito entre aspectos inerentes ao processo de modernização e a resistência enquanto um grupo com tradições e identidade muito representativas, se revelou na medida em que se alternavam as falas. Unâimes ao se reconhecerem como povo caiçara, precisam lidar com a modernização de seus sistemas produtivos e economia, procurando manterem-se dentro do segmento de pesca artesanal. Reconhecem-se como gente “ligada” à natureza, caiçaras, independentemente dos marcos conceituais que os colocariam no limiar de parâmetros estabelecidos para caracterizá-los como tal.

A experiência em campo permitiu belas conexões entre as falas de jovens e idosos e o referencial teórico utilizado por esta pesquisa. O primeiro grupo, na

medida em que trazia com mais recorrência as dificuldades encontradas na relação com o processo de modernização – conforme o conceito de desencaixe em Giddens ou ainda na velada resignação aos sistemas peritos, que por sua vez denotam sua aceitação no processo de violência simbólica conforme Bourdieu.

Enquanto na geração mais idosa, ainda que os fenômenos anteriormente descritos se façam presentes, as falas não centralizavam tais temas e sim a vida comunitária, os costumes, as tradições e certa aura espiritual permeando as memórias e outras impressões sobre a natureza. A pesquisa conectou-se aqui com Heidegger na medida em que o primeiro ao convocar o homem para que seja o “pastor do ser” traz muito da atitude de reverência e respeito observada em campo. Liga-se também a Diegues, que com amplo trabalho dedicado ao povo caiçara, ressalta a importância das tradições dessas comunidades como sistemas reguladores na conservação do meio ambiente. E ainda pelo fato de que esse autor chama atenção para a necessidade de estudos relacionando espiritualidade e conservação.

Observou-se no contato com o grupo mais jovem, que se confirmam alguns conflitos ideológicos pertinentes à sua adequação ao sistema de produção moderno capitalista. Sobretudo no contato inicial com a localidade, quando lidei diretamente com esse grupo, conforme mencionado. Era como um desejo de obter novas formas de geração de renda tendo de outro lado uma auto-identificação como caiçara e com tradições que recebem cada vez menos adesão, na prática. Estes, por sua vez se contrapõem às questões identitárias, na medida em que mantê-las, significa romper com esse sistema. Assim, compreende-se que a forma como essa parcela dos sujeitos se percebe na natureza está relacionada à manutenção de ideais do mundo do trabalho e da produtividade.

Relacionando relatos do campo, letras de ciranda e imagens retiradas da oficina de fotografia é possível identificar um desejo de continuidade ainda que a realidade e as falas objetivamente esteja distanciadas. A forte assimilação dos aspectos tradicionais pelo grupo e a auto identificação como caiçara, denotam que esse grupo de forma geral, ainda alicerça suas impressões sobre natureza nos mesmos valores que os mais idosos, ainda que atribuindo pesos diferentes.

O olhar desse grupo sobre a natureza alterna-se entre sua percepção como algo em comunhão com o espiritual permeado pelas tradições e por outro lado por sua valorização como recurso. Tem como pano de fundo um conflito (velado para

mim) com a presença da unidade de conservação. Assim, ao demonstrar suas percepções, alterna o olhar entre a identidade na qual se referencia o mundo do trabalho no qual se sustenta e a confiança nos sistemas peritos na forma de Unidade de Conservação.

É fato que a ligação entre os grupos humanos e a natureza está alicerçada no provimento às condições necessárias à manutenção de sua vida que a caracteriza como recurso e que a transformação do ambiente dada pela cultura é própria da existência humana. Mas não de forma exclusiva. A relação como fonte de recursos, ainda que muito significativa, é apenas uma parte das representações de natureza que se somam às experiências lúdicas, espirituais, políticas e também afetivas, conforme verificado.

O desafio é duplo para esse grupo, pois consiste em manter-se nas tradições que os conferem a identidade caçara, enquanto essas tradições permitem preservar costumes que os mantêm como povos “protetores” da natureza, assim como conclamou a ética de Heidegger.

5 OBRAS CITADAS

ARISTÓTELES. *Metafísica*: Livro I e Livro II. Tradução por: Vicenzo Coceo. São Paulo: Abril, 1984.

_____. *Ética a Nicômaco*. Tradução por: Leonel Vallandro, Gerd Bornheim. São Paulo: Abril, 1984.

BACON, Francis. *Novum Organum*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/norganum.html>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

BARBOSA, Márcio F. *A noção de ser no mundo em Heidegger e sua aplicação na psicopatologia. Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 18, n. 3, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 de setembro de 2014.

BORNHEIM, Gerd (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*: 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

BOUDON, Raymond. *Ação*. In: BOUDON, Raymond. (Org.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1995.

BRASIL. *Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990*. Cria a Estação Ecológica de Tamoios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov 1990, p. 1714, seção 1. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 14 de agosto de 2013.

_____. *Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981*. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1991, p. 7557, Seção 1. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6902-27-abril-1981-371587-norma-pl.html>>>. Acesso em 14 de agosto de 2013.

_____. *Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, 30 jun. 2009, v.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em 14/03/2014.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de Conservação: Intenções e Resultados*. São Paulo: Annablume. 2000.

CARRARA, O. V. *Ética e Metafísica em Hans Jonas*. In: Aloisio Krohling e Dirce Nazaré. (Org.). *Filosofia do Direito - Novos rumos*. Curitiba - PR: Juruá, 2012.

CARVALHO, I. de M. C.; GRÜN; Mauro, TRAJBER, Rachel (Org.). *Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

COSTA, Samuel. *Paraty no ano da independência: outros textos e outros poemas*. In: MELLO, Diuner (Org.). Rio de Janeiro: Litteris, 2000.

CULLETON, Alfredo. *Santo Agostinho e São Tomás: a filosofia da natureza na Idade*

Média. In: CARVALHO, I. de M. C.; GRÜN; Mauro, TRAJBER, Rachel (Org.). *Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001. 3 ed.

_____. *Seminário Gerenciamento Costeiro UNESP - Gestão da Biodiversidade Costeira*. São Vicente 27 de março de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3LdHfqagvLQ>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

_____. *A Sócio- Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil*. *Revista Etnográfica*, Vol. III (2), 1999. (pp. 361-375). Disponível em < <http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>> Acesso em 02 de dezembro de 2014.

FOLTZ, Bruce V. *Habitar a Terra*. Heidegger, ética ambiental e a “Metafísica” da natureza. Tradução de Jorge Seixas e Sousa. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, P. (trad. e notas). *Platão. Fedro ou da Beleza*. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

GRÜN, Mauro. *Em Busca da Dimensão Ética da Educação Ambiental*. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2007.

Grupo de Danças Folclóricas de Tarituba. *Xiba/Caterete*. Disponível em:<<https://cirandacaicaradeparaty.wordpress.com/instrumentos/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

_____. *Caboco Velho*. Disponível em:<<https://cirandacaicaradeparaty.wordpress.com/instrumentos/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

HADOT, Pierre. *O véu de Ísis: Ensaio sobre a história da ideia de natureza*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HEIDEGGER, Martin. *A questão da técnica*. *Sci. stud.* São Paulo, v. 5, n. 3, set. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 19 ago. 2014.

ICMBIO. *Mapa da Estação Ecológica de Tamoios*. 1 mapa, cor. Escala indeterminável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/eseectamoios/images/stories/extras/mapa_esec_tamoios.pdf>. Acesso em 07 de junho de 2014.

_____. *Plano de Manejo da Estação Ecológica de Tamoios – Fase 1*. FAPUR - UFRuralRJ - ELETRONUCLEAR – IBAMA, 2001. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/eseectamoios/>>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

_____. *Esec Tamoios avança na implantação de sua área nas cartas náuticas*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4465-esec-tamoios-avanca-na-implantacao-de-sua-area-nas-cartasnauticas.html>>. Acesso em 02 de novembro de 2013.

IBGE. *Infográficos: histórico de Paraty*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330380>>. Acesso em 09 de agosto de 2014.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 3 ed.

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LARAIÁ, Roque de Barros. *Da ciência biológica à social: a trajetória da antropologia no século XX*. *Habitus*, 3 (2), p. 321-345. 2005. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/view/63>>. Acesso em janeiro de 2015.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. *Do bom uso da Natureza*. Para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LIMA, Honório. *Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

LOPES, Rodolfo Platão. *Timeu-Crítias*. Tradução do grego, introdução, notas e índices. Coimbra, CECH, 2011.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *A Phýsis como fundamento do sistema filosófico estóico*. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2010000100009>.

MARCONDES, Danilo. *Aristóteles: ética, ser humano e natureza*. In: CARVALHO, I. de M. C.; GRÜN; Mauro, TRAJBER, Rachel (Org.). *Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

MOTTA-ROTH, Dèsirée. *A dinâmica de produção de conhecimento: teorias e dados, pesquisador e pesquisados*. *Rev. bras. linguist. apl.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982003000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Aug. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982003000100011>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MPF garante pesca tradicional à comunidade em Paraty e conservação da Estação Ecológica de Tamoios. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/frontpage/noticias/mpf-garante-pesca-tradicional-a>>

comunidade-em-paraty-e-conservacao-da-estacao-ecologica-de-tamoios>. Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

NASCIMENTO, Antônio Eugênio do; BULHÕES, Simone Ferreira de. *A Ciranda como instrumento de resistência: Uma incursão ao universo lúdico dos pescadores de Tarituba*. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara*. Vol. 5. Festas, Lendas e Mitos Caiçaras. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.

NOVAES, Sylvia Caiuby. *A construção de imagens na pesquisa de campo em Antropologia. Iluminuras*, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Gelson; BORGES, Hilton. *Ética de Gaia: Ensaio sobre a ética ambiental*. São Paulo: Paulus, 2008.

OLIVEIRA, R. M. de. *Tradição e criação: a Ciranda de Tarituba*. 2004. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX*. *Ci. Inf.*, Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1323/953>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

SAHLINS, Marshall. *A primeira sociedade da afluência*. In CARVALHO, Edgar Assis (Org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

SCHNEIDER, Jens. *Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de junho de 2014.

SCHNEIDER, Jakob Hans Josef. *Os Homens e a Natureza*. Algumas observações sobre a Filosofia do Jardim. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, 2011, Vol.2 (1), pp.197-218.

SILVA, Dulcileni Gonçalves Ferreira da. *A Responsabilidade Social Empresarial na Teoria da Responsabilidade De Hans Jonas*. 2007. 113 f. Centro Universitário Franciscano do Paraná (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento). CURITIBA, 2007.

SILVA, Débora. de Lara. Baz. Bulhões. *Angra I: Uma Usina Nuclear na Vida do Caiçara*. 2007. 48 f. Universidade Severino Sombra. (Pós-graduação em História Social). Vassouras, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SPINELLI, Miguel. *Filósofos Pré-Socráticos*. Primeiros mestres da filosofia e da ciência grega. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

TOMAZ, Carlos; GIUGLIANO, Lilian G.. *A razão das emoções: um ensaio sobre "O erro de Descartes"*. *Estud. psicol.* Natal, v. 2, n. 2, Dec. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de novembro de 2014.

VALLADARES, Licia. *Os dez mandamentos da observação participante*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, Feb. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de abril de. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>.

VIOLA, E. *O movimento ecológico no Brasil (1974 – 1986): do ambientalismo à ecopolítica*, In: J. A. Pádua (Org.) *Ecologia e Política no Brasil*. IUPERJ/Espaço & Tempo, Rio de Janeiro, 1987. p. 63 -110.

WERLE, Marco Aurélio. *Heidegger e a produção técnica e artística da natureza*. Trans/Form/Ação, Marília, v. 34, n. spe2, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732011000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19Aug.2014.

6 OBRAS CONSULTADAS

ACSELRAD, Henri. *Justiça Ambiental e Construção Social do Risco*. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2002. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jun. 2000. p. 1, Seção 1, Página 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2013.

DALE, Jamieson. *Ética e Meio ambiente – Uma introdução*. São Paulo: Ed. SENAC, 2010.

DAMATTA, Roberto. *O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues*. In: NUNES, E. de O. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (p 23-35)

DUARTE, Rodrigo A. P. *Mimesis e Racionalidade*. A concepção de domínio da Natureza em Theodor W. Adorno. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ESPOSITO, Constantino. *Heidegger: de Agostinho a Aristóteles*. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 de agosto de 2014.

GIDDENS, Anthony. *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem moderna*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GUERREIRO, M. A. L. *Pré-socráticos: a Invenção da Filosofia*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

HADOT, Pierre. *O Véu de Isis*. Ensaio sobre a história da ideia de natureza. São Paulo : Loyola, 2006.

NASCIMENTO, Antônio Eugênio; NETTO, Pedro José de Bulhões; BULHÕES, Simone Ferreira. *Vamos indo na ciranda*. Rio de Janeiro: DpeA, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antônio Carlos; SALES, Renato Rivaben de. *Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional, 2007*. Disponível em <www.usp.br/nupaub/SEAPRelatorio.pdf>. Acesso em: 19 Nov. 2014.

7 ANEXO

7.1 LETRAS DE CIRANDA

Xiba/Caterete – Grupo de Danças Folclóricas de Tarituba – GDFT

Essa é a nossa Tarituba
Adormecida despertou
E os jovens reunidos
Do passado recordou

Ai no passado que alegria
Fez Tarituba brilhar
Hoje nós e seus sobrinhos
Queremos te homenagear

Tarituba Tarituba
Pedacinho do Brasil
Veja como é bonito
Verde mar e céu de anil

Veja como é bonito
O barulho dos tamanquinhos
Os jovens de Tarituba
Relembrando o Mestre Chiquinho

De manhã logo cedo
Assim que o galo cantou
Na praia de Tarituba
Sai alegre o pescador

Verde mata, areia clara
Céu azul, lindo luar
Veja nossa capelinha

Com seus fiéis a rezar
Domingo de tardezinha
Bem antes do pôr-do-sol
Os jovens de Tarituba
Jogam alegre o futebol

Veja como é bonito
O barulho dos tamanquinhos
Os jovens de Tarituba
Relembrando o Mestre Chiquinho

Quando é dia de semana
Depois do dia raiar
O lavrador sorridente
Ai, vai pra roça cultivar

Os jovens de Tarituba
Tiveram bom professor
Mostrem para essa gente
Sua fibra e seu valor

Pra voltar o cateretê
Bastou ter voa vontade
E encontrar um grande apoio
No grupo da universidade

Veja como é bonito
O barulho dos tamanquinhos
Os jovens de Tarituba
Relembrando Mestre Chiquinho

Caboco Velho – Grupo de Danças Folclóricas de Tarituba – GDFT

Caboco veio

Onde é sua morada?

Ai, caboco, onde é sua morada?

Onde é tua morada?

Em cima daquela serra

Debaixo da pedra pintada

Caboco veio, debaixo da pedra

Ai, caboco, debaixo da pedra pintada

Quando chove tá enxuta

Quando faz sol, tá molhada

Encontrei Caboco véio no Ribeirão de Maria

Ai, caboco no Ribeirão de Maria

Quem é da terra não nasce

Quem é do céu não se cria

Caboco veio, quem é do céu não se cria

Na boca de quem não presta

Quem é bom não tem valia

Encontrei caboco veio

Sozinho na solidão

Ai, caboco, sozinho na solidão

Por causa de uma morena

Que levou seu coração

Caboco veio Sozinho na solidão

Por causa de uma morena

Que levou seu coração

Atira, atira, caboco,

atira que eu quero ver

Caboco veio atira que eu quero ver

se tu não me atirar eu atiro em você

Caboco veio atira que eu quero ver

se tu não me atirar eu atiro em você
Nas ondas do mar tem vento
Na costeira tem marola
Caboco veio, na costeira tem marola
Entrego meu peito a bala
Por causa desta viola
Caboco veio, na costeira tem marola
Agora meu peito abala
Por causa desta viola

No tempo em que eu cantava
O meu peito retinia
Caboco veio, meu peito retinia
Cantava na Ilha Grande
Que Tarituba se ouvia
Caboco veio, meu peito retinia
Cantava na Ilha Grande
Que Tarituba se ouvia

Encontrei Caboco véio no Ribeirão de Maria
Ai, caboco no Ribeirão de Maria
Quem é da terra não nasce
Quem é do céu não se cria
Caboco veio, quem é do céu não se cria
Na boca de quem não presta
Quem é bom não tem valia

Arara – Os Caiçaras

Botei cravo na janela
Pra Mariquinha cheirar
Mariquinha não cheirou
Deixou meu cravo secar

Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Joguei o chapéu pra cima
Na direção lá do céu
Na cabeça que cair
É o dono do chapéu

Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Tira o chapé da cabeça
Fala comigo direito
Eu quero perguntar
O mau que tenho lhe feito

Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
O chapéu é proteção
Pra cabeça da gente
Protege agente da chuva
E do sol quando tá quente

Quero ver o Arara
Quero ver o Arara

Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Na ponta da Cajaiba
Passei um xarel de galha
Pedi por 1500
Comprei um chapéu de palha

Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar

Joguei meu chapéu pra cima
Pra ver aonde caía
Caiu no colo da moça
Isso mesmo que eu queria

Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar
Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar

Tá chovendo chuva fina
Na capa do meu chapéu
O pedaço de mulher
Não leva homem pro céu

Quero ver o Arara
Quero ver o Arara
Chapéu pra outro que o Arara vai ficar

Quero ver o Arara

Quero ver o Arara

Chapéu pra outro que o Arara vai ficar